

R\$ 6,00

www.etm.com.br

ISSN 0101-7993

221



CADERNOS

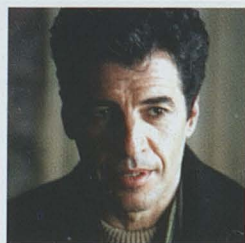
DO TERCEIRO MUNDO

GLOBALIZAÇÃO DEPENDENTE ABALA ECONOMIAS DO SUL



CASO TRT
A hora da
decisão do
Congresso
Nacional

**PAULO
BETTI**



Diagnóstico crítico
do cinema brasileiro

EXCLUSIVO
Samir Amin
analisa
alternativas ao
neoliberalismo

Um livro de referência imprescindível e que constitui uma valiosa

ALMANAQUE BRASIL

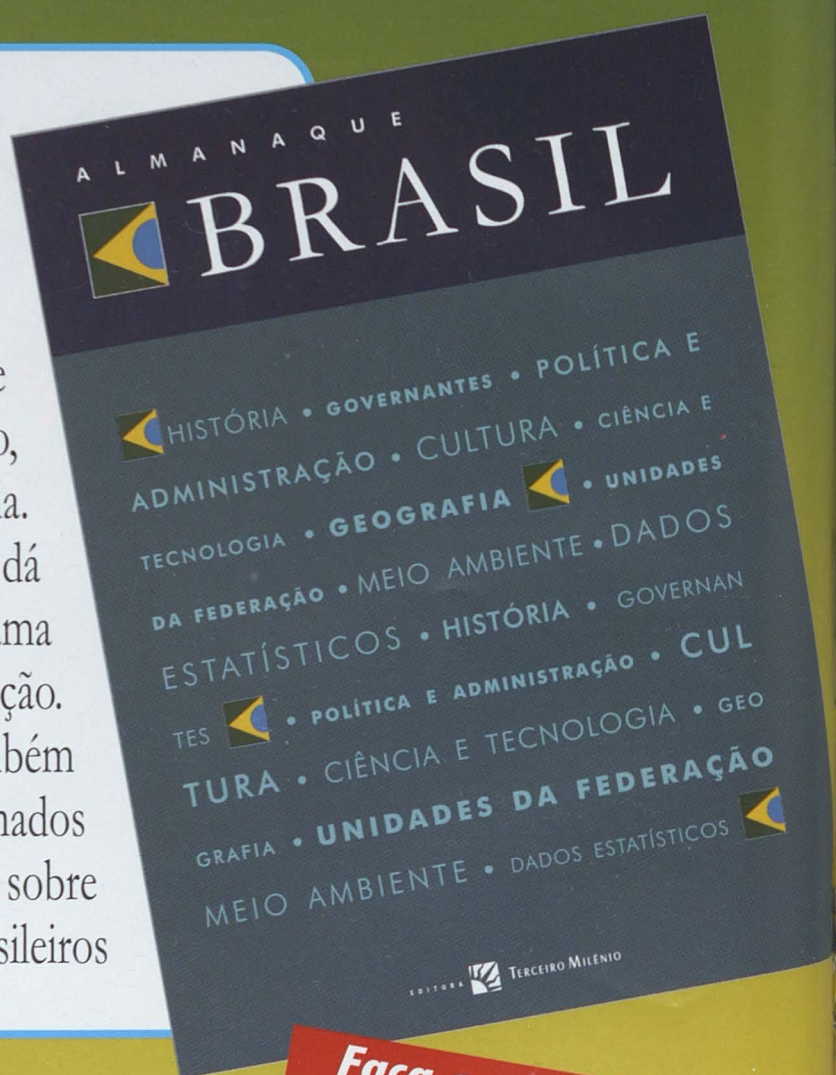
fonte de pesquisa sobre o país em seus múltiplos aspectos

Já à Venda

500 anos de História,
Política, Economia, Cultura e
Tecnologia, Meio Ambiente,
Administração Pública,
Educação, Saúde, Qualidade
de Vida, População,
Dados sobre Violência.

O Almanaque Brasil lhe dá
ainda um completo panorama
de cada unidade da Federação.

Você se informará também
através de textos selecionados
de especialistas sobre
assuntos brasileiros



www.etm.com.br

Faça o seu pedido!
Tel.: (xx21) 221-7511
(xx21) 252-8455
e-mail: etm@etm.com.br

Rua Conde de Lages, 44 - Grupo: 508/510 - CEP: 20241-080 - Lapa - Rio de Janeiro - RJ

Ventos do amanhã

“O mundo atual foi construído pela unidade do Sul contra o Norte, a partir da Segunda Guerra Mundial. A Segunda Guerra Mundial foi uma dupla derrota: do fascismo e do velho colonialismo. Foi essa dupla derrota que permitiu, durante muitos anos, juntar esforços para obter condições menos desfavoráveis para a classe operária e as classes populares. No passado, a Frente do Sul foi construída em torno do apoio às guerras de libertação na Ásia e na África. E, mais tarde, na negociação em torno da Nova Ordem Econômica Internacional (Noei) e da Nova Ordem Internacional da Informação (Noii), bandeiras levantadas pelo Movimento dos Não Alinhados, nos anos 70, e que, de fato, propiciaram uma verdadeira negociação entre o Norte e o Sul, em torno de temas cruciais da agenda mundial.”

Como assinala o autor desse elucidativo parágrafo, o economista egípcio Samir Amin, também coordenador do Fórum Mundial de Alternativas ao Neoliberalismo, eram tempos difíceis aqueles, mas onde se percebia o avanço das lutas pelo desenvolvimento, pela liberdade criativa e pela igualdade de oportunidades. Nos últimos 20 anos, porém, uma nada sutil mudança transforma em tensas interrogações os olhares que a maior parte da humanidade lança aos portais que se abrem para o novo milênio.

Esta inquietação explica o assunto de capa desta edição: a desorganização que o plano de globalização empreendida pelos países centrais - os sete mais ricos do planeta, comandados de

fato pelo mais militarizado e insaciável, os Estados Unidos - promovem no planeta. Tal desorganização joga no lixo princípios políticos e sociais que representavam a estrada para a realização dos anseios gerais pelo desenvolvimento econômico e social.

É uma desorganização que ataca a própria identidade nacional dos países do Terceiro Mundo, que se vêem obrigados a introjetar valores estranhos e a entregar suas riquezas físicas e seu mercado aos colonizadores de ontem e anteontem.

É um processo em tudo dramático e violento - governos nacionais cooptados e usados como tropas de assalto a seus próprios povos, massas humanas lançadas ao desamparo sem remédio, novas gerações abandonadas na ilha da não-oportunidade, a imposição de um evangelho satânico, em que a boa nova é o salve-se quem puder.

A roda da história, porém, continua a mover-se - esta é a certeza que nos apontam os pensadores mais lúcidos e os humanistas, que nunca desaparecem. Samir Amin lembra que uma onda de revolta já se ergue e talvez contagie esse mar que parecia imobilizado a chumbo.

Que o tema de capa inspire boas reflexões a você, leitor, que terá ainda muitas outras matérias de interesse nesta edição produzida com a dedicação de sempre. E lembre-se que você pode expressar também sua opinião: escreva para nós.

Os editores

CADERNOS
DO TERCEIRO MUNDO

ISSN 0101-7993

Nº 221 - Jun / Jul 2000

EDITORIA EDITORA



TERCEIRO MILENIO

Rua Conde de Lages, 44 - Grupos: 508/510 - CEP 20241-080 - Lapa - Rio de Janeiro - RJ - Brasil

Tel: (0 XX 21) 221-7511 - Fax: (0 XX 21) 252-8455

E-mail: etm@etm.com.br - Internet: <http://www.etm.com.br>

Publicação com informação e análise das realidades dos países emergentes

FUNDADOR: Neiva Moreira

DIRETORA: Beatriz Bissio

DIRETOR-ADJUNTO: Pablo Piacentini

EDITOR: Procópio Mineiro

CONSULTORES: Darcy Ribeiro (in memoriam)

Henry Pease Garcia (Peru), Eduardo Galeano

(Uruguai) e Juan Somavia (Chile)

Publicidade:

São Paulo: J.R. Comunicação e Publicidade

Rua Paulo Ribeiro Coelho, 594 - Butantã - SP -

05374-000 - Tel/Fax: (011) 810-4541/5828

Belo Horizonte: KSD publicidade Ltda.

Rua Rio Grande do Sul, 756 / 808 - MG -

Cep 30170-110 - Tel: (0XX31) 335-9628

Fortaleza: AJS- Assessoria e Marketing Ltda.

R. Guilherme Rocha, 218/503 - Cep 60.030-140

Fortaleza - CE - Tel.: (0XX85) 226-7560 / 999-9924

DEPTO DE ASSINATURAS:

Tel: (0XX 21) 221-7511 Fax: (0 XX 21) 252-8455

E-mail: Assinaturas@etm.com.br

Pagamentos: Cheque nominal à Editora Terceiro

Milênio e todos os cartões de crédito

NÚMEROS ATRASADOS: Ao preço do último exemplar, desde que disponível no estoque. Solicitar envio ao Departamento de Assinaturas, acrescentando

30% ao valor do pedido para postagem ou adquiri-los diretamente na sede da Editora, no Rio de Janeiro.

DISTRIBUIÇÃO:

BRASIL: Fernando Chinaglia - Tel: (021) 575-7766

FOTOS: José Barros de Amarante, Agence France Presse (AFP) e CEDOC.

CADERNOS DO TERCEIRO MUNDO utiliza os serviços da: ANGOP (Angola), AIM (Moçambique), INA (Irake), IPS (Inter Press Service), SHIHATA (Tanzânia), WAFA (Palestina), e a rede de agências dos Países Não-Alinhados.

Filiada à **ANER**

Cartas

Lembranças de CADERNOS



Aproveito para enviar uma sequência de fotos, onde meu filho demonstrou todo o ciúme que tinha pela revista na época, quando ele nem havia completado seu primeiro ano de vida. Até hoje rimos disso...

Gisele Gibson
g.gibson@ig.com.br

Dignidade já

Um dia após a reeleição de Fernando Henrique, recebi a triste notícia de que havia sido suspenso administrativamente, por 20 dias, das minhas funções de Analista de C&T, por haver cobrado mais recursos para o CNPq, durante a campanha eleitoral. A informação que corria no CNPq é que as ordens vinham "lá de cima". Vi também com tristeza ter sido negado um empréstimo do Banco Mundial para o exemplar governo de Cristovam Buarque concluir obras, negativa essa, a meu ver, decisiva para o resultado das últimas eleições. Agora tenho acompanhado com interesse essa questão do TRT de São Paulo e começo a entender tudo. Mas eu continuo na mesma linha. Gostaria, por exemplo, de saber quanto foi mesmo que custou aquela exposição na Alemanha.

Aproveito para pedir aos analistas econômicos que comparem o dinheiro da exposição lá na Alemanha (cerca de 18 milhões de reais - NR) e os recursos desviados do TRT (169 milhões de reais - NR) com o minguado orçamento para os Institutos de Pesquisa do CNPq. Confira os dados: Museu de Astronomia e Ciências Afins (Mast) - 973.521; Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas (CBPF) - 4.419.588; Instituto de Matemática Pura e Aplicada (Impa) - 3.477.047; Laboratório Nacional de Astrofísica (LNA) - 942.891; Laboratório Nacional de Computação Científica (LNCC) - 2.794.284; Observatório Nacional (ON) - 1.981.569; Museu Paraense Emílio Goeldi (MPEG) 3.739.377; Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT) - 2.008.245.

Total de Recursos Orçamentários: 20.336.522 de reais. Fonte: Orçamento Geral da União 2000.

Hildebrando Souza Menezes Filho
Hildenet.com.br

Mapa da Amazônia nos EUA

Tendo em vista a repercussão imprevista e a grande comoção observada em torno dos "mapas amazônicos", solicito a publicação da seguinte nota, sobre material didático de geografia, supostamente distribuído em escolas americanas, nos quais o Brasil apareceria dividido territorialmente em áreas de soberania estatal e em "área de controle internacional" (no caso, a Amazônia).

Revelou-se que tal informação estava sendo disseminada, com atribuição maldosa de sua origem ao Brazil Center da Universidade do Texas, inclusive comprometendo o nome de sua responsável, Michelle Zweede. Michelle elaborou um disclaimer para justamente isentar a responsabilidade do Brazil Center na divulgação de tais falsas notícias, o que não impediu, todavia, que as supostas "informações" alarmistas continuassem a ser disseminadas pela internet. A embaixada brasileira em Washington apurou desde então que a fonte inicial da suposta notícia foi um

website (<http://www.brasil.iwarp.com/curtas.htm>), associado à sigla "Brasil, Ame-o ou Deixe-o", mas sem a possibilidade de identificação de seus responsáveis. O site efetivamente continha tal notícia, que, entre 16 e 18 de maio, foi retirada e, em seu lugar, publicada uma "retratação" na qual se alega perda de "disco rígido" para justificar a não-identificação das fontes de tal "notícia". A "retratação" se encontra em brasil.iwarp.com/retrata.htm.

Não há nenhuma evidência até o momento de que tais mapas existam ou de que eles estejam sendo empregados em escolas americanas, e tudo parece resultar não de uma suposta "conspiração americana" para desmembrar a Amazônia, mas de uma desinformação "made in Brazil", vinculada a correntes de opinião ainda não-identificadas.

Rubens Antonio Barbosa
Embaixador do Brasil em Washington
ambassador@brasilemb.org
Fax: (1.202) 238-2728

Fome, doença social

Na época da campanha para a aprovação da emenda da reeleição - na qual todos sabemos que houve compra de votos -, o presidente Fernando Henrique Cardoso pronunciou-se favorável à barganha política feita em torno desse fato, legitimando assim um ato que por si só já é imoral. Porém, em 1998, quando da incitação por parte de segmentos da Igreja Católica, MST e CUT para que os flagelados, vítimas da seca que abrangem o Nordeste, usassem, na falta de outros métodos, o saque para saciar a sua fome e a de sua família, o presidente prontamente se manifestou, criticando os incitadores, chamando-os de irresponsáveis.

Sem querer discutir a legalidade do fato, gostaria de ressaltar a minha indignação diante da postura do Senhor Presidente que, ao invés de se ocupar com políticas competentes, vem, sem o menor pudor, rechaçar e qualificar como imoral o ato de um pai de família, no auge do seu desespero

e desesperança, uma vez que o Estado não lhe garante o direito de viver dignamente.

O governo e a sociedade, de maneira geral, atribuem aos fatores climáticos a responsabilidade pela fome existente no Brasil, mas nós sabemos que a fome, conforme cita Melhem Adas, é a expressão biológica de uma doença social. É preciso que tomemos consciência de que não importa quem somos, mas o que somos e o que podemos fazer para modificar a realidade do país e das pessoas que engrossam as estatísticas da fome, da miséria, do desemprego. É chegado o momento de sairmos do anonimato, nos despidendo dos preconceitos, das incertezas e inseguranças e, assim, juntarmos nossas forças para tentar salvar o mundo das mãos da minoria que o está destruindo. É chegado o momento de sermos, literalmente, cidadãos.

Fabiola dos Santos Cerqueira
Estudante de Ciências Sociais/ Ufes
fab_cerqueira@hotmail.com

Intercâmbio

A seção Intercâmbio também é colocada na edição on-line de **Cadernos** (www.etm.com.br)

Cleverson de Almeida e Souza
Beloka@hotmail.com
13 March Court
Warwick Drive
London - SW156LE

Martins Venske
Rua Cruz e Souza, 1345
89124-000
Benedito Novo - SC

Yaremis Hernández
Calle 11 (2016
(20 y 22 Jovellanos
Matanzas - Cuba
C.P. 42600

Caridad Izquierdo
Calle III (2016
(20 y 22 Jovellanos
Matanzas Cuba
C.P. 42600

Maria Caridad Gareia Calderón
Calle Cienfuegos (III e
e/ Logia y Rafael Trejo
Cumanayagua - Cienfuegos
Cuba - C.P. 57600

Dalivia Sánchez
Edifício 51 Escalera 132
Apartamento 9 Reparto
Horacio Rodríguez
Jovellanos Matanzas
Cuba - C.P. 42600

Miguel T. Castillo Morera
Calle F. N° 69 e/ Cienfuegos
y Filtros - Cumanayagua
C.P. 57600
Cienfuegos
Cuba

Saudades do Jeca Tatu

O país está em alerta diante das últimas estrepolias do Movimento dos Sem Terra, que deu para invadir prédios públicos e infernizar a vida do governo. Fantasmas de um passado bastante recente têm sido evocados e convocados para restabelecer a ordem.

O presidente da República afirma que o limite de tolerância foi rompido; a Polícia Federal ressuscitou a Lei de Segurança Nacional; o ministro da Reforma Agrária quer a prisão dos baderneiros; seu colega das Comunicações restabeleceu a censura proibindo a TV Cultura de apresentar entrevista de Pedro Stédile, ele, o demo em pessoa, segundo a revista *Veja*.

Gente que há muito andava calada, ou que nunca teve senso para ficar quieta, resolveu aparecer em cena para falar bobagens do gênero "ameaça vermelha". Juristas da tropa de choque da direita, com seus argumentos tão pomposos quanto surrados, condenam os atos do movimento.

A mídia, este segmento econômico devoto do poder, cuidou de forjar a causa da idéia em si correta de que o país está por um fio à beira do abismo, atribuindo-a aos reclamos e ações dos sem-terra. Na tentativa de desqualificar a organização dos sem-terra, pululam acusações de que o movimento, à imagem dos comunistas que comiam criancinhas, se apropria do dinheiro dos lavradores, quer acabar com a propriedade privada e blablablá.

(...) A caracterização da insatisfação como política, argumento que seria burro se antes não fosse cínico, é mais um modo para desqualificar a oposição popular. Veste bem em todos os casos, especialmente em relação ao Movimento dos Sem Terra.

Não podemos, a sociedade civil, nos amesquinhar e apequinar diante do poder sem limites das elites. Ela nos ensinou o péssimo hábito de refletir a realidade a partir de seus conceitos e noções, e isto nos leva ao acanhamento e à traição do princípio da solidariedade.

Luís Fernando Camargo Barros Vidal
Juiz de Direito, da Associação de
Juizes pela Democracia
(AJD) do Estado de
São Paulo

Fraude eletrônica

Parabéns! Ótimo o trabalho sobre a fraude eletrônica! Penso que deveremos iniciar uma grande mobilização nacional contra isto e muito mais, buscando uma nova assembleia nacional constituinte! Uma assembleia verdadeiramente constituinte, para banir de vez o Direito da Ditadura que permanece em nossa Constituição, em nossas leis e na pena dos tribunais e da justiça construída pelos ditadores! A fraude eletrônica que vocês denunciam muito bem deve ser combatida sem quartel e penso na possibilidade de uma mobilização partidária e de entidades civis para, talvez, ingressar com um mandado de segurança coletivo! O trabalho está ótimo! Osvaldo Maneschy, você é ótimo!

Luiz Vicente De Vargas Pinto
Advogado/RS - luizpinto@cpovo.net

Holanda

Sou jornalista e vivo há 13 anos na Holanda. trabalho para a Rádio Nederland (www.rnw.nl), a emissora internacional holandesa. Transmitimos programas diários, via satélite e digital, para inúmeras emissoras brasileiras, entre elas a MEC, do Rio, a Cultura de São Paulo, quase duas centenas da Rede Católica e quase vinte da Rede Guaíba. O motivo deste é porque eu gostaria de fazer parte da lista de distribuição de **cadernos do terceiro mundo** pela internet. Parabéns pela iniciativa.

Carlos Lagoeiro
maoli@chello.nl



EDITORA  TERCEIRO MILÊNIO

NOVO ENDEREÇO

Cadernos do Terceiro Mundo

Seção Cartas

Rua Conde de Lages, 44 - Grupo: 508 a 510
Lapa - Rio de Janeiro - RJ - CEP 20241-080

e-mail: etm@etm.com.br

Sumário

JUN / JUL • 2000 • Nº 221 • Ano XXVI

6 PANORAMA NACIONAL

9 FRASES

POLÍTICA

10 MST: Stédile

O governo inviabiliza a reforma agrária

16 Caso do TRT paulista desafia o Congresso

Opinião pública escandaliza-se com novas denúncias de envolvimento de gente do governo em atos suspeitos de corrupção

ELEIÇÕES

18 Minas debate o voto eletrônico

A Assembleia Legislativa promove seminário, reunindo representantes do TSE e críticos do sistema

ENSINO

20 Educação em crise

Jovens fora da universidade

CULTURA

26 Negros e educação: Mutirão universitário

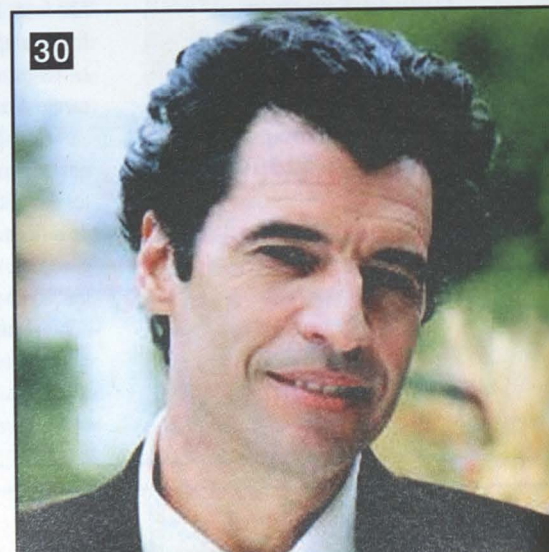
Espalha-se pelo Brasil inteiro o esforço de capacitar afrodescendentes e outros pobres a alcançar a universidade e abrir novos horizontes

28 LIVROS

CINEMA

30 Paulo Betti: O cinema brasileiro na UTI

O ator Paulo Betti - protagonista do indefectível e canastrão detetive Ed Mort e do fanático Zé Lucena em *Guerra de Canudos* - conversou com *cadernos* a respeito da suposta recaída do nosso cinema e da sua possível revitalização



GLOBALIZAÇÃO

dependente abala economias nacionais

36

BNDES,
mudando de natureza



38

SAMIR AMIN: 'A verdadeira democracia implica a regulação do mercado'

A suposta objetividade do mercado, o reinado da livre competição e a satanização do Estado formam o tripé do processo de discriminação que multiplica vítimas nos países pobres e garante mais um século de prosperidade ao pequeno clube dos ricos



42

HISTÓRIA

- 34 **O resgate da memória**
O Rio de Janeiro está prestes a conquistar uma sede definitiva para o Arquivo Geral do Estado, a instituição que guarda a memória do estado, principalmente dos tempos da repressão militar

GLOBALIZAÇÃO

- 50 **Futuro preocupa ex-bloco socialista**
Especialistas constatarem queda no nível de vida da população, no investimento em tecnologia e nos indicadores sociais depois do fim do socialismo

52 PANORAMA INTERNACIONAL

GENTE

- 58 Personalidades e fatos da atualidade

AMÉRICA LATINA

- 61 **Belize: Disputa interminável**
Disputada pela Espanha, Guatemala e Inglaterra - que acabou por colonizá-lo, esse país luta até hoje pela preservação de sua integridade. A Guatemala voltou a reivindicar metade do território do país

- 62 **México: Fox encara desafio social**
Cercado de expectativas, o conservador Vicente Fox promete realizar um mandato direcionado para a luta contra a pobreza e as desigualdades sociais, apesar de não dar sinais de distanciamento da política neoliberal

OPINIÃO

- 64 **Barbosa Lima Sobrinho: No pódio mais alto**
O emocionado adeus ao grande brasileiro, que aos 103 anos encerrou uma vida fecunda de luta democrática

Cientistas inquietos

Os secretários regionais da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) divulgaram manifesto durante a 52ª Reunião Anual da entidade. Acentuam a importância da Ciência e Tecnologia (C&T) para o país e lamentam que o governo não esteja consciente dessa responsabilidade.

"O mercado é imediatista e a Universidade é a antítese do curto prazo. Nossa parceria com o setor privado é importante e fundamental, mas nossa autonomia didática e científica tem que ser preservada e com certeza, para nós, foi, é e sempre será indiscutível", disseram os cientistas, em crítica à tendência oficial de obrigar as universidades a dependerem de parceiros privados para obter recursos para a pesquisa científica. A seguir, alguns trechos do pronunciamento dos cientistas.

"No início de um novo milênio, em que a Ciência e a Tecnologia (C&T) desempenham um papel fundamental no desenvolvimento econômico dos países, no bem-estar da sociedade e na preservação do meio ambiente, a 52ª Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência tem como tema principal a discussão da inserção e, por que não, da ex-

clusão da comunidade científica do Brasil na Sociedade do Conhecimento e os desafios para o novo século que se aproxima.

Agora mais do que nunca, precisamos dar nosso grito de insatisfação com o tratamento que a maioria de nossos governantes têm dado à C&T, ameaçando extinguir o Programa Especial de Treinamento (PET), formador de futuros cientistas; destruindo, torturando e matando por inanição nossas FAPs e, principalmente, levando o ensino público e gratuito à privatização e nossas Universidades públicas à ruína, aumentando assim o processo de exclusão social em nosso país. Parafraseando Anísio Teixeira: 'A universidade é, na sociedade moderna, uma das instituições características e indispensáveis, sem a qual não chega a existir um povo.'

Nesta reunião anual da SBPC, tivemos a oportunidade de dialogar com funcionários do alto escalão do governo federal, cientistas, professores e membros de nosso Parlamento. Presenciamos o secretário-geral da Sesu, Dr. Antônio MacDowel Figueiredo, afirmar com toda segurança e convicção que, no processo de autonomia universitária, alguns itens são discutíveis e outros não. Autonomia sobre gestão administrativa



Representantes da comunidade científica nacional receberam o ministro de Ciência e Tecnologia, embaixador Ronaldo Sardenberg

e de recursos se discute, mas autonomia didática e científica, é consenso geral, é indiscutível. Para nós, as palavras 'consenso geral' e principalmente 'indiscutível' vindas de MacDowel, geram uma enorme dúvida: indiscutível para quem? Para o governo ou para a comunidade universitária?

É preocupante saber que existe um projeto de autonomia, repudiado pela comunidade universitária do país, e que este projeto está hibernando na gaveta do Senhor Ministro da Educação, Prof. Paulo Renato, à espera de uma 'primavera' governamental para emitir decretos e medidas provisórias.

Com o Provão foi assim e, hoje, é um fato 'indiscutível' para o governo. Se no projeto de autonomia existe 'contrato de gestão' pelo qual as Universidades, para sobreviverem, devem buscar recursos no setor privado, onde lucro a curto prazo é a mola propulsora, perguntamos: 'Como ficará nossa autonomia didática e científica?'

Será que o setor privado irá investir em pesquisas que não tenham aplicação com retorno financeiro imediato e que procurem melhorar as condições de vida de 70 milhões de brasileiros excluídos? Relembremos aqui Albert Einstein: 'Não se pode pensar no bem-estar de quem quer que seja, sem que se tenha o mínimo de bem-estar para todos.' O mercado é imediatista e

a Universidade é a antítese do curto prazo. Nossa parceria com o setor privado é importante e fundamental, a nossa autonomia didática e científica tem que ser preservada e, com certeza, para nós, foi, é e sempre será indiscutível.

A SBPC tem exercido um papel de extrema importância por agregar massa crítica que luta pela C&T, e, conseqüentemente, pelo desenvolvimento sustentável do país. Esperamos que o documento *Subsídios para a elaboração de política de Ciência e Tecnologia para o Brasil* resultante da Maratona pela C&T e que se encontra em fase final de elaboração seja entregue o mais breve possível aos governos e à sociedade.

Alguém falou que a maior das esperanças é a dos desesperados. Não estamos desesperados, mas temos uma grande esperança, pois temos a certeza de que muito em breve este gigante adormecido irá acordar ao som de um despertador do mais alto nível tecnológico, de produção genuinamente nacional, resultante de uma comunidade onde a corrupção, o individualismo e a ignorância são substituídos pela ética, solidariedade e excelência acadêmica."

Assinaram a carta os secretários regionais da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência nos estados do AM, BA, CE, DF, GO, MA, MG, PB, PR, PE, PI, RJ, RN, RS, RO e SC.

As lideranças da SBPC levaram ao presidente Fernando Henrique as reivindicações e as queixas pelo que se considera descaso do governo



Resistência ao acordo com EUA

A Base Espacial de Alcântara ocupa lugar privilegiado pela proximidade do equador. Calcula-se que os lançamentos de foguetes ali realizados resultam em economia operacional de 25%.

É natural que vários países estejam interessados em lançar ali os seus foguetes, pagando, naturalmente, o respectivo aluguel do equipamento usado. Entre esses países encontram-se os Estados Unidos, a China, a Ucrânia e a Itália. Cada operação em Alcântara deverá render à Base cerca de cinco milhões de dólares.

Os norte-americanos são responsáveis por quase 80% dos lançamentos no mundo. O acordo correspondente para os lançamentos dos seus foguetes em Alcântara foi firmado entre autoridades brasileiras e norte-americanas, mas, para que seja posto em prática, terá de ser aprovado pelos respectivos Congressos.

No nosso país a reação a várias disposições do acordo está se avolumando e avançando de meios políticos e militares para outros, como a Igreja.

Uma das cláusulas contratadas proíbe que os recursos obtidos pelos lançamentos sejam investidos em aquisição, desenvolvimento, produção, teste, liberação ou uso de foguetes ou de sistemas de veículos aéreos não-tripulados.

"Essa imposição é uma excrescência. O acordo é um atestado final de submissão aos Estados Unidos", disse o coronel Geraldo Cavagnari, conceituado analista, pesquisador do Núcleo de Estudos Estratégicos

da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp).

Em São Luís, os quinze bispos de todo o Maranhão divulgaram documento, de grande repercussão no Estado.

"Nós, bispos do Maranhão, reunidos em Assembléia na cidade de São Luís, de 4 a 8 de julho, tivemos em nossa agenda também o assunto relacionado com o Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo dos Estados Unidos da América sobre salvaguardas tecnológicas relacionadas à participação dos Estados Unidos da América nos lançamentos a partir do Centro de Lançamento de Alcântara.

Sem querermos entrar em questões meramente da ordem jurídica ou técnica deste assun-

to, não podemos, no entanto, deixar de externar algumas preocupações e interrogações:

Será que este Acordo, de tanta importância, foi devidamente estudado e aprovado pelos nossos representantes no Congresso Nacional?

O impacto ecológico da implantação desse Acordo é suficientemente conhecido?

Até que ponto este Acordo vai efetuar nossa soberania nacional? O que, porém, mais nos preocupa é o tratamento que vai ser dado aos povoados que serão afetados pela implantação deste Projeto; não admitimos que a qualidade de vida das pessoas destes povoados venha piorar em consequência da implementação deste projeto, principalmente considerando-se o flagrante contraste com

as altas somas de dinheiro que vão girar, logo ao seu lado, na área reservada ao Projeto do Acordo em questão. Infelizmente, a vida das 312 famílias já desalojadas em 1986 e 1987, para a instalação do Centro de Lançamento de Alcântara, não melhorou, mas, pelo contrário, hoje passa por todos os tipos de privações, inclusive fome, mal antes desconhecido em Alcântara. Estas nossas preocupações são, sem dúvida, somente uma fraca expressão das apreensões das populações afetadas e são um reflexo do que pensa a maioria dos brasileiros que já conhece ou virá a conhecer os termos deste Acordo e por isso esperamos das autoridades competentes que sejam tomadas as medidas adequadas para atender a estas preocupações e isto em benefício, em primeiro lugar, dos povoados de Alcântara, mas também da população em geral do nosso país."

Assinam esta nota o presidente do Regional NE5 da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, D. Affonso Felipe Gregory, bispo da Diocese de Imperatriz, com o acordo de todos os bispos do Maranhão: D. Paulo Eduardo Andrade Ponte, arcebispo de São Luís; D. Geraldo Dantas de Andrade, bispo-auxiliar de São Luís; D. José Belisário da Silva, de Bacabal; D. Franco Masserdotti, de Balsas; D. Valtér Carrijo, de Brejo; D. Marcelino Correr, Carolina; D. Reinaldo Pünder, de Coroatá; D. Frei Franco Cuter, de Grajaú; D. Ricardo Pedro Paglia, de Pinheiro; D. Xavier Gilles de M. D'Ableiges, de Viana; D. Waldir Alberto Valle, de Zé Doca.

Espera-se que se verifique no Congresso grande resistência a dispositivos do acordo que se considera ferirem a soberania nacional.

Outros países alugarão a base para seus lançamentos, mas o contrato mais discutido é o dos EUA, pela natureza das condições impostas



Brasil enriquece urânio em Resende

A Marinha acaba de passar à Indústrias Nucleares do Brasil (INB) a tecnologia de enriquecimento do urânio, desenvolvida pela Armada, em suas instalações de Iperó, dentro do programa de construção de um reator nuclear nacional para submarino. A INB, empresa vinculada ao Ministério da Ciência e Tecnologia, e o Centro Tecnológico da Marinha em São Paulo (CTMSP) firmaram o acordo em 11 de julho. "Estaremos produzindo combustível nuclear legitimamente nacional, economizando divisas e garantindo maior participação nuclear na matriz energética brasileira", disse o presidente da INB, Roberto da Franca. Pelo contrato, a Marinha fornecerá as chamadas cascatas de enriquecimento isotópico de urânio por ultracentrifugação, a serem implantadas nas instalações da INB em Resende, Rio de Janeiro.

Com duração prevista de oito anos e investimentos da ordem de 250 milhões de reais, esse fornecimento gradualmente capacitará a INB a aten-

der à demanda do reator Angra I e parte da demanda do reator Angra II. Está sendo utilizada a infra-estrutura industrial já disponível na INB e originariamente destinada ao programa de enriquecimento pelo processo de jato centrífugo. Essas instalações permitem que, no futuro, seja ampliada a capacidade para atender em maior escala à demanda de urânio enriquecido no país.

Com a assinatura do contrato, inicia-se o processo de transferência para a indústria de uma tecnologia sofisticada, dominada por pouquíssimos países, e considerada atualmente a melhor alternativa para a produção de urânio enriquecido em escala industrial.

Consolida-se, assim, o processo de inovação tecnológica, com o trabalho feito pela Marinha, Institutos de Pesquisa e Universidades e a aplicação desse conhecimento pela indústria. O almirante Marcus Vinícius Oliveira dos Santos, diretor do CTMSP, destacou a inserção da Marinha "em um grande projeto nacional de desenvolvimento na área nuclear".

O presidente da INB, Roberto da Franca, cumprimenta Marcus Vinícius Oliveira dos Santos, diretor do CTMSP, após assinatura do contrato de transferência da tecnologia de enriquecimento



Fotos: INB



Cientistas e representantes do setor nuclear percorreram a fábrica de reconversão (pó) de urânio em Resende



Paz e pão

O pequeno engraxate de rua contempla as fotos de vítimas da violência física estampadas no longo mural improvisado no Largo da Carioca, no Rio de Janeiro, durante a campanha contra a criminalidade urbana Basta! Eu quero paz!, no dia 7 de julho. O que significará paz para esse curioso e pensativo menino, um exemplo de criança em estado de precariedade e com futuro incerto?

A comoção provocada pela morte de Geisa Rodrigues, a refém do ônibus 174, no Jardim Botânico, no Rio de Janeiro, em junho, deu origem à manifestação Basta! Eu quero paz!, liderada pelo Movimento Viva Rio, a ONG que tem se destacado pelas iniciativas contra a violência urbana.

No grande dia, 7 de julho, a população foi orientada a vestir-se de branco e a acender velas nas janelas, ao anoitecer, como sinais de inconformidade com os níveis da violência. No Largo da Carioca, fotografias de vítimas de crimes diversos formaram um mural de mais de 50 metros - um improvisado museu do holocausto em que foram mergulhadas nossas metrópoles.

Houve significativa adesão ao ato, mas não faltaram

críticas à limitação do apelo da campanha, que tornou estritamente pessoal e individual um anseio que somente pode ser alcançado de forma coletiva e através da solução dos impasses sociais que geram criminosos, crimes e vítimas. Na opinião de muitos, faltou àquela mobilização de emoções um olhar - e um protesto - contra as grandes políticas que estabelecem prioridades que inviabilizam a coexistência social.

Sugeriu-se, por exemplo, que o lema da campanha passasse a ser Basta! Eu quero pão!, cuja abrangência incluiria o anseio por mudanças que forjassem uma realidade menos dura e mais esperançosa para os contingentes cada vez mais amplos da população que suportam, com maior ou menor inconformidade, o processo de exclusão.

O que eles dizem...

"Os estudos ainda não são conclusivos, não há uma opinião científica, mas há uma possibilidade muito grande, inclusive vários cientistas afirmam que, de fato, as ondas que o celular utiliza trazem problemas cerebrais, de queima de neurônios e assim por diante."

Do deputado **João Paulo** (PT-SP), justificando seu projeto que restringe o uso do telefone celular

"Os pefelistas que dançam unidos também votam unidos."

José Jorge (PFL-PE), que há mais de 15 anos realiza em seu apartamento uma festa junina

"Jogar ovo tornou-se um símbolo de repúdio ao governo. Onde o governo vai, leva ovo."

Jorge Perez, presidente da CUT-PE, após arremessar 24 ovos contra a comitiva do presidente Fernando Henrique, em Recife

"O Rio tem uma administração Helena Rubinstein, de maquiagem."

Miro Teixeira, deputado federal (PDT-RJ), criticando o prefeito Luiz Paulo Conde

"Armínio tem erros. Acho que ele não é o gênio que dizem. Já vi tantos erros aí de Armínio. Se Armínio ficar magoado, estou pouco ligando. Armínio precisa muito mais de mim que eu dele. Aliás, eu não preciso dele para nada. Preciso é que alguém baixe os juro."

Inocêncio Oliveira, líder do PFL, durante sessão na Câmara que analisava a Lei das S.A.

"Ninguém faz isso feliz, nada temos a comemorar."

José Roberto Arruda (PSDB-DF), líder do governo no Senado, após o processo de cassação do ex-senador **Luís Estevão**

"O Brasil é tão importante no mundo que é preciso maior espaço para temas de maior importância e que não são passageiros, como esses que possam ser colocados por vocês"

Presidente Fernando Henrique Cardoso, em Maputo, Moçambique, tentando evitar que os jornalistas lhe fizessem perguntas sobre o caso do TRT paulista

- Não perca seu tempo, não tomarei o seu. Votarei pela sua cassação.

- O senhor também quer me destruir?

- Não, quero preservar o Senado Federal.

Diálogo entre o senador cassado **Luís Estevão** (PMDB-DF) e o presidente do Senado, **Antônio Carlos Magalhães**, no dia da votação

- V. Excia. disse que aqui todos têm o rabo preso. Não julgue os outros por si, digo-lhe que eu não tenho, nem a grande maioria dos senadores.

- Hipocrisia.

- Não defendo a Casa por hipocrisia, mas dignidade. Infelizmente, V. Excia. não sabe a diferença entre as duas coisas.

Diálogo entre os senadores **Saturnino Braga** (PSB-RJ) e **Ernandes Amorim** (PPB-RO), durante o processo de cassação de **Luís Estevão**

"O capitalismo não é a favor nem contra a democracia. O capitalismo é a favor do mercado.

Se a democracia em dada conjuntura serve ao mercado, muito bem. Se não, não existe compromisso democrático. É necessário saber que vivemos numa conjuntura democrática que pode ser seguida por uma conjuntura autocrática.

Não existe um mercado desregulamentado. Ele é regulamentado de uma forma antidemocrática e opaca, exclusivamente pelas transnacionais, pelo capital dominante."

Samir Amim, sobre o neoliberalismo

"O BC está fazendo corpo mole para seguir o rastro do dinheiro. A CPI do Judiciário descobriu o Nicolau, o grupo OK, a Incal. E os outros?"

Procurador Luís Francisco Fernandes de Souza, sobre a morosidade do Banco Central no levantamento das transações com o dinheiro do TRT-SP

Dr. Barbosa Lima Sobrinho:

"A convicção fundamental que guiou minha vida é o nacionalismo. O Brasil não deve se dobrar a potências estrangeiras."

"A globalização não interessa ao Brasil. É doutrina das grandes nações, que serve sobretudo aos EUA."

"Nem sempre estive ao lado dele, muitas vezes o combati, mas agora dou minha mão à palmatória e acho que Getúlio, nas atitudes que tomou, defendia os interesses do país, lutou pelo Brasil."

"O presidente Fernando Henrique só está a seguir uma orientação de subordinação aos interesses estrangeiros, principalmente norte-americanos. Não tem minha aprovação."

Stédile

O governo inviabiliza a reforma agrária

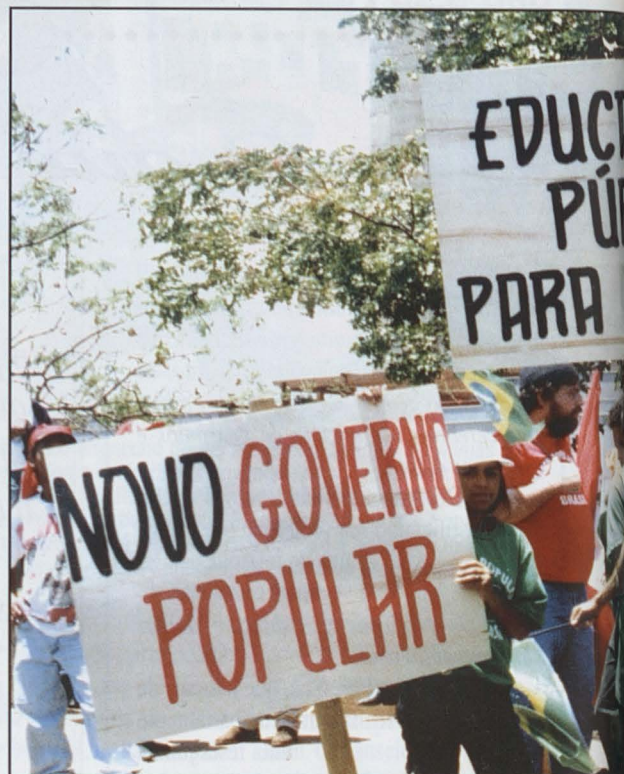
MST reafirma sua luta por um novo modelo agrícola e econômico e define o governo como um consciente fabricante de pobres, que deixou os assentados nordestinos sem financiamento exatamente na época do plantio

Procópio Mineiro

O MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS Sem Terra foi chamado, afinal, à mesa de negociações com o governo, no início de julho, através de gestões encaminhadas pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). Mas não saiu contente com o que ouviu, nem mudou sua impressão antiga de que o governo quer ganhar tempo, sobretudo neste começo de campanha eleitoral. Retaliado por diversas formas em maio, após uma onda de manifestações - inclusive com a ocupação pacífica de prédios públicos - o MST planeja retomar as ações de protesto em todo o país, caso a atitude governamental se mantenha inalterada, isto é, com muitas promessas e nenhuma medi-

da efetiva. Entre os prejuízos impostos pelo governo ao MST este ano, destaca-se a perda da safra pelos assentados nordestinos, que tiveram bloqueados os meios previstos para a realização do plantio no primeiro semestre.

Segundo o coordenador João Pedro Stédile, o MST mantém "uma disputa estratégica com o governo FHC. O governo está implementando um modelo econômico e agrícola, que inviabiliza a agricultura nacional voltada para o mercado interno, que está destruindo a agricultura familiar e que continua concentrando renda e terra. Num cenário desses, é impossível implementar uma reforma agrária séria." Este descompromisso com a reforma agrária, em sua opinião, esclarece a atitude oficial de endurecimento, pois "como o governo não quer mudar o modelo econômico e agrí-



cola, então resolveu tentar nos destruir como uma organização social."

Repressão, a nova tática

"No primeiro mandato, o governo tentou nos derrotar, aplicando o neoliberalismo na reforma agrária, adotando a receita do Banco Mundial para o Banco da Terra, e outras medidas que transferia a responsabilidade para o mercado ou para os governadores estaduais", assinala Stédile. "Não deu certo. Agora, então, o governo apela para duas táticas básicas: a repressão, tanto na sua forma grosseira, violenta, através das polícias militares dos governos estaduais servis, como São Paulo, Paraná, Bahia, Pará e Pernambuco, e através da repressão política - esta, com a criação da Divisão de Conflitos Sociais na Polícia Federal, com o rejuvenescimento da Lei de Segurança Nacional, e com a criação do Sica, uma espécie de SNI rural, que se utiliza da estrutura do Incra e do Ministério do Desenvolvimento Rural."

A segunda tática do governo, de acordo com a descrição do coordenador do MST, é a de "seguir utilizando



O MST anuncia disposição para novas manifestações no país em prol da reforma agrária e de metas sociais negligenciadas pelo governo. À direita, manifestação feita diante do Banco Central, identificado como o elo da subordinação ao FMI



os meios de comunicação, da chamada grande imprensa servil, para plantar mentiras e acusações que possam nos desmoralizar diante da sociedade. Felizmente, nossa causa é justa. Por mais erros que possamos cometer, no fundo a sociedade sabe que temos razão, que é impossível termos uma sociedade democrática com latifúndio. Daí essa acusação mentirosa de que usamos dinheiro público para recolher para o MST. Além de falsa, caiu no vazio, porque não existe. Quem usa dinheiro público em proveito próprio são as elites brasileiras, que estão se locupletando nos últimos anos, como tem aparecido nas CPIs e na imprensa".

Vingança e desarticulação

Uma retaliação do governo às manifestações do MST no primeiro semestre foi a suspensão do programa de as-

sistência técnica aos assentamentos, chamado de Lumiar. Stédile mostra que a decisão do governo significou uma vingança, sob aparência de decisão técnica, cujos efeitos penalizaram sobretudo os assentados nordestinos, que se encontravam às vésperas da época de plantio e, sem os recursos do Lumiar, perderam a possibilidade de preparar a próxima safra.

"Nós sempre brigamos com o governo pelo direito dos assentados e dos pequenos agricultores a terem assistência técnica gratuita. Primeiro, porque está na Constituição esse direito de todos os pequenos agricultores e o dever do Estado de garantir assistência técnica gratuita. Segundo, porque é impossível modernizar a agricultura, incorporar novas técnicas, sem assistência dos agrônomos, veterinários e outros técnicos. O governo sucateou nos últimos anos as empresas estaduais de apoio técnico e extensão rural, as chamadas Emater,

que deveriam cumprir essa função, porque é a opinião desse governo afastar o Estado da agricultura, dismantando o chamado serviço público agrícola. Para atender nossa luta e evitar o fortalecimento do sistema Emater, que era nossa proposta inicial, ele propôs então o programa Lumiar, que seria a transferência de recursos para nossos assentamentos, e eles, através de cooperativas dos assentados ou dos técnicos, contrariam os agrônomos."

"Aceitamos o Lumiar por falta de opção", destaca João Pedro Stédile. "Quando o Lumiar começou a funcionar, aparece de novo o governo para dizer que o programa não serve mais. Na verdade, os técnicos que contratamos pelo Lumiar representavam um custo 50% menor do que a assistência técnica dada pelo Incra ou pelas Emater, antes. Então, a suspensão do Lumiar foi uma retaliação. Agora, nas últimas audiências, estão reconhecendo o erro, prome-

O PLANO: modelo norte-americano para a agricultura

O MST define o propósito básico do governo em relação ao campo como um projeto destinado a copiar e implantar aqui o sistema agrícola dos Estados Unidos, com a predominância de grandes empresas, mas sem seguir a política de intensos subsídios deles. Assim, estimula a implantação de grandes fazendas de grãos, sobretudo na região Centro-Oeste, destinadas à exportação, e favorece a oligopolização do controle do mercado interno agrícola, por parte de grandes empresas agroindustriais, em sua maioria multinacionais.

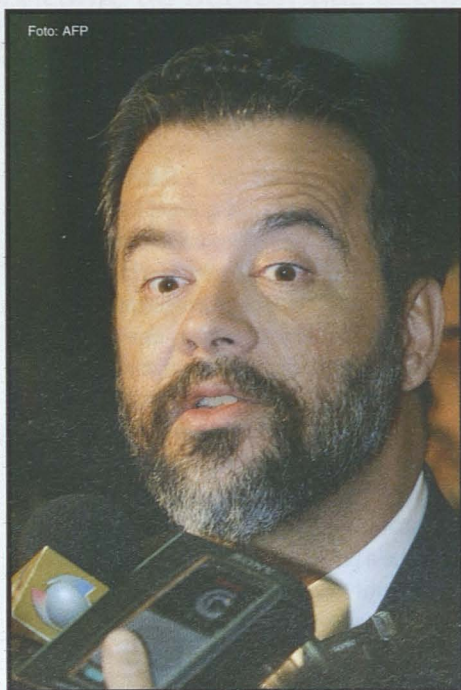
Ainda de acordo com a análise do MST, o governo quer mesmo reduzir o número de pequenos agricultores e levar ao desaparecimento a

agricultura de subsistência, especialmente nas regiões Norte e Nordeste, buscando a redução do emprego agrícola em 5% a cada ano, além de dismantlar o chamado setor público agrícola, representado pela atuação do Estado no controle dos estoques, na assistência técnica, na pesquisa agropecuária e no destino de recursos públicos para o crédito rural.

Outro ponto de enormes consequências para a agricultura nacional é o propósito oficial de transferir o controle da biotecnologia para os grandes grupos multinacionais, o que envolve o sucateamento da Embrapa, a empresa pública de pesquisa agropecuária de grande conceito e que presta enormes serviços à agropecuária nacional. Sob este as-

pecto, pode-se registrar o comportamento compreensivo da Comissão Nacional de Biossegurança em relação aos produtos transgênicos das multinacionais.

Como consequências dessa americanização do setor agrícola brasileiro, o MST aponta maior concentração na propriedade e de renda no campo, maior dependência do exterior para abastecimento das cidades, maior dependência do complexo agroindustrial controlado pelas multinacionais, e, como consequência geral, um empobrecimento das populações que vivem no meio rural, com a inviabilidade da agricultura familiar. Com isso, efetiva-se a inviabilização da reforma agrária e aumentam as tensões sociais no campo.



O ministro Raul Jungmann perdeu pontos como interlocutor do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

tendo liberar 87 milhões de reais para a assistência técnica. Mas não sabem como fazê-lo. Tememos que, agora, tentem envolver as prefeituras, o que vai virar politicagem e atomiza o trabalho de tal forma que cada agrônomo fará um tipo de trabalho isolado, sem coordenação", reclama o coordenador do MST.

Os assentados e pequenos agricultores nordestinos foram os mais atingidos, "porque a região se encontrava em época de chuvas", propícia ao plantio. Foram 40 milhões de reais que deixaram de fluir através do Programa Nacional de Agricultura Familiar (Pronaf). No Sul e Sudeste, o período agrícola é a partir de agosto-setembro e a suspensão de recursos se refletiu pouco. Somente agora o governo volta atrás e promete liberar aqueles recur-

sos retidos e outros novos, mas, no Nordeste, muitos assentamentos perderam a oportunidade de plantar."

Cadastro e propaganda

Enquanto batia no MST, o governo anunciou medidas para retomar terras públicas e combater a grilagem, medidas que, em tese, aumentariam o estoque de terras disponíveis para a reforma agrária.

Uma ação de marketing, segundo Stédile: "Essas medidas foram apenas para efeito de propaganda. A rigor, não afetam nada. O governo fez apenas atualizar o cadastro do Incra. Mas o grande proprietário, aquele que ocupa 5, 10, 100 mil hectares, está pouco ligando para o

"É uma pena que o governo crie cada vez mais pobres e mais serviço para nós"

Recorrendo inclusive a estudos do mentor agrário do governo, o professor Guilherme Dias, da USP, o MST enumera sinais da desorganização em curso no campo, sempre com prejuízos para o país e risco para o futuro, destacando: redução do crédito rural de 19 bilhões de dólares/ano (1975-79) para apenas 4 bilhões (governos FHC); fim dos subsídios agrícolas, os quais, na Europa, chegam a mais de 360 bilhões de dólares/ano (nos EUA, 50% da renda do agricultor é subsídio direto, depositado na conta bancária do produtor); falência de 400 mil estabelecimentos rurais só nos dois primeiros anos do governo FHC; queda de dois terços na venda de tratores; intensificação da apropriação de terras públicas por latifundiários; aumento brutal de importações agrícolas, pulando de 1 bilhão de dóla-

res/ano (anos 80) para 6,8 bilhões/ano (1995-99); queda da renda agrícola de 78,3 bilhões de reais (1994) para 72,4 bilhões (1999); êxodo rural de 4 milhões de pessoas (1995-1999) e previsão de mais 8 a 13 milhões nos próximos anos.

"A partir da compreensão da natureza do modelo econômico em geral e do modelo norte-americano para a agricultura, evidentemente percebe-se que nesse cenário não existe espaço para um verdadeiro processo de reforma agrária. Reforma agrária, na essência, significa democratização da propriedade da terra, significa valorização da agricultura familiar voltada para o mercado interno, e depende essencialmente de um modelo econômico que distribua renda na cidade, para casar mercado interno com reforma agrária", assinala o estudo do MST.

Incrá, órgão sem poder algum. Nem sequer consegue cobrar o Imposto Territorial Rural (ITR). Todos os estudiosos e nós mesmos só usamos as estatísticas de propriedade da terra oriundas do IBGE, que é o verdadeiro, pois o recenseador passa em todas as fazendas, perguntando sobre o tamanho da propriedade e o nome do dono. Essa pesquisa do IBGE é que dá a verdadeira medida da concentração, e não o cadastro do Incra, que - nesse caso o ministro tem razão - vive desatualizado, pois depende da boa vontade do fazendeiro em declarar. Aliás, se ele declarar errado ou não declarar, não sofrerá qualquer sanção. Mesmo para o ITR, se ele deixa de pagar depois de cinco anos, caduca a dívida. Ele só enfrentaria problema se dependesse de alguma ajuda oficial."

"Seguiremos a luta, organizando cada vez mais os pobres do campo"

Próximos passos

João Pedro Stédile lembra que os assentamentos continuam sendo um sinal de avanço do homem do campo, pois, onde os sem-terra fixam raízes, surge a produção e o movimento econômico.

"Não temos um serviço de estatística que vá atualizando os dados sobre a produção nos assentamentos. No entanto, seguimos fazendo um esforço para aumentar sempre a produção para o mercado interno, para os municípios. Naqueles municípios onde há um grande número de assentamentos, os prefeitos são nossos principais aliados, porque eles sabem que a nossa produção aumenta o movimento econômico no município, pois pagamos impostos, compramos no local, abastecemos a

região. Quando um município tem apenas latifúndio de pecuária extensiva, o proprietário é um sujeito que mora em São Paulo, manda depositar no banco de São Paulo, gasta em São Paulo - e o município onde está sua fazenda que se dane.

Este é um dos motivos por que, no interior, todo mundo tem raiva de latifundiário. É porque eles são anti-sociais e descompromissados com o desenvolvimento local."

Quanto ao futuro, diz o coordenador do MST que "nós vamos seguir nossa luta por um novo modelo agrícola. Agora ficou mais difícil a reforma agrária, porque não é mais uma luta apenas contra o latifúndio, é uma luta contra o modelo econômico, e por isso se transforma numa luta contra o governo. Vamos nos juntar com os demais movimentos sociais que atuam no meio rural, com o movimento sindical, pois todos somos atingidos por este modelo perverso, e vamos preparar grandes mobilizações de massa para protestar contra o modelo e contra o governo.

"O Movimento dos Sem Terra, em particular, vai continuar com suas formas de luta tradicionais: seguiremos ocupando os latifúndios improdutivos, seguiremos fazendo passeatas, fazendo marchas, ocupando prédios públicos, sempre que o governo se negue a cumprir seu dever constitucional de enfrentar a pobreza.

Seguiremos a luta, organizando cada vez mais os pobres do campo. É uma pena que o governo crie cada vez mais pobres e mais serviço para nós. E seguiremos com nossas pequenas - grandes - conquistas, de resistência, aumentando a produção, implantando mais agroindústrias, eliminando o analfabetismo nos assentamentos, eliminando a mortalidade infantil e garantindo trabalho todo ano, casa digna e comida farta na mesa. Este é o nosso trabalho. E torcemos para que esse governo termine logo", acentua João Pedro Stédile. ■

As Forças Armadas e a reforma agrária

Através da Abin, do SNI rural e da Polícia Federal, o governo sabia que jamais o MST pensou em invadir a fazenda presidencial. O uso espetacular do Exército para proteger aquela propriedade particular lança o ridículo sobre os militares



Foto: AFP

João Pedro Stédile

A PREPOTÊNCIA E O CYNISMO das elites brasileiras é impressionante. Elites, entendidas como aqueles setores e classes sociais que detêm o poder econômico, político e dos meios de comunicação em nosso país. Os episódios recentes da ocupação pelo Exército da fazenda dos filhos do presidente da República são reveladores da manipulação e da histeria dessas elites, acusando o MST de chantagem às autoridades.

Vamos aos fatos.

1. Há quatro anos, depois de muita pressão, cerca de cem famílias foram assentadas em área totalmente improduti-va, desapropriada pelo Incra - a fazenda Barriguda, em Buritis (MG). No ano passado, essas famílias e outras assentadas na região, que não haviam recebido nenhum recurso do Incra para construir suas casas e tocar a produção, resolveram acampar em frente à fazenda do presidente. Gerou o maior rebuliço. E, só assim, o ministro e o Incra se comprometeram a liberar os empréstimos rurais a que os trabalhadores tinham direito. A PM de Minas protegeu a fazenda, na época, mas, num ato de prepotência e provocação ao governador Itamar, o presidente deslocou um batalhão do Exército.

2. Passou-se quase um ano e nada dos recursos. Pior, um juiz local anulou a desapropriação. Imaginem a revolta dessas famílias. Resolvem, então, a-

campar na praça da cidade de Buritis, a mais de cem quilômetros da fazenda do presidente. Pedem a mesma coisa do ano passado: os recursos prometidos. Inicia-se nova reunião com o Incra. No intervalo, uma das lideranças locais, preocupada com a situação, fez a declaração - ingênua até - de que, se os recursos e a área não fossem liberados, poderia voltar a acampar diante da fazenda do presidente. Pronto: chantagem do MST, e de novo deslocam-se 250 soldados, fortemente armados, muitos encapuzados. Para proteger o quê?

3. Legalmente, a fazenda pertence a dois filhos do presidente (50%) e o restante ao Sr. Juvelino Mineiro, que no Pontal do Paranapanema é grileiro de uma área pública, do patrimônio estadual de São Paulo. O Exército está protegendo a quem? É realmente legal? Se for pela lei, lá no Pontal o Exército precisa ocupar a fazenda do Sr. Juvelino e devolvê-la ao governo de São Paulo.

4. Teria sido legal o Exército ocupar dependências do Banco Nacional, quando esteve ameaçado de desnacionalização, como o foi, já que a nora, o filho e netos do presidente eram herdeiros? Os moradores de Higienópolis que se cuidem, porque amanhã, se algum grupo de sem-teto resolver dormir na calçada da rua Maranhão, onde o presidente tem um apartamento, é provável que o Exército seja chamado para proteger os prédios de uma hipotética chantagem dos sem-teto.

5. O que está em evidência, na verdade, são duas tragédias: a primeira é

a posição ridícula em que nossas Forças Armadas estão sendo jogadas nesse governo. Já gastaram 70 milhões para enviá-las na Operação Mandacaru, no sertão pernambucano, para combater plantio de maconha. Teria sido mais eficaz e barato dar esse dinheiro para um programa de apoio aos pequenos agricultores da região, para aumentar o preço do leite de cabra, da mandioca. Pois a maconha está lá de novo.

Mandaram as Forças Armadas ocuparem as favelas do Rio de Janeiro. Não teria sido mais eficaz autorizar a Aeronáutica a derrubar os 300 aviões que cruzam - mensalmente - nossa fronteira com o Paraguai e a Bolívia, carregados de armas e de cocaína, como denunciou o brigadeiro Sérgio Ferolla? Ou com isso se correria o risco de atingir nobres famílias das elites? Na verdade, estão jogando as Forças Armadas para um papel inadequado por influência do governo dos Estados Unidos, que manda e desmanda por aqui.

A segunda das tragédias é que se acusa levemente o MST de praticar chantagem. O governo sabe, através da Agência Brasileira de Inteligência (Abin), do Sicra (o SNI rural instalado no Incra), e do departamento de conflitos agrários da Polícia Federal (notem velhas siglas da época da ditadura, agora rejuvenescidas e que fazem escuta telefônica e nos vigiam), que o MST jamais decidiu ocupar a fazenda dos filhos do presidente. Não é nossa prática afrontas pessoais ou chantagens. Nós somos um movimento social que organiza pobres para pressionar o governo. O azar do presidente é que ele tem vizinhos pobres, e os pobres não pedem licença para ninguém, nem para o MST.

Talvez fosse melhor o presidente comprar a próxima fazenda no Canadá, na Austrália - lá não há pobres no meio rural e o Exército se dedica a atividades mais importantes, para proteger a soberania nacional. ■

João Pedro Stédile, 46 anos, é membro da direção nacional do MST



Novo endereço: Rua Conde de Lages, 44, Gr. 508 a 510
Lapa - Rio de Janeiro - RJ
Brasil - CEP 20241-080

Tel.: (0XX21) 221-7511
Fax: (0XX21) 252-8455
e-mail: etm@etm.com.br

INDIQUE UM AMIGO PARA ASSINAR NOSSAS PUBLICAÇÕES

PROMOÇÃO SÓ PARA ASSINANTES

VOCÊ GANHA
desconto de

20%*

**NA RENOVAÇÃO
DE SUA ASSINATURA**

SEU AMIGO GANHA
uma revista grátis para avaliação e

10%*

**DE DESCONTO NO ATO
DA ASSINATURA**

Quanto mais amigos você indicar, mais você ganha

PREÇO DA ASSINATURA À VISTA (12 EDIÇÕES): R\$ 60,00

*Se validada a assinatura de seu amigo

PROMOÇÃO INDIQUE UM AMIGO

ENVIAR AO MEU AMIGO (assinale com um x)

- ☐ CADERNOS
☐ REVISTA DO MERCOSUL
☐ ECOLOGIA E DESENVOLVIMENTO

DADOS DO ASSINANTE

Nome:
E-mail:
Código:
Data de envio:/...../.....

DADOS DO AMIGO

Nome:
Endereço:
Bairro: Cidade:
Estado: Tel.: Fax:
CEP:
Profissão:
E-mail:
Data de nascimento:/...../.....

Caso do TRT paulista desafia o Congresso

Opinião pública escandaliza-se com as novas denúncias de atos suspeitos de corrupção e deputado garante que desde 1994 as irregularidades eram conhecidas

AO FECHARMOS ESTA EDIÇÃO, estavam vindo à luz os primeiros trechos das fitas gravadas pelo juiz Nicolau dos Santos Neto, talvez uma pequena demonstração do poder da metralhadora giratória que ele detém. Nesse primeiro trecho divulgado, sobram disparos para o ex-secretário-geral da Presidência da República, Eduardo Jorge Caldas, para o atual ministro do Planejamento, Martus Tavares, e para os senadores Romeu Tuma e Antônio Carlos Magalhães.

Alvejando Eduardo Jorge, estilhaços cravaram-se no centro do poder. Já em relação a Tuma, trata-se, aparentemente, de revidar, com aquela série de revelações sobre uma antiga amizade e trocas de favores, a falta de solidariedade que o senador paulista demonstrou nas horas amargas do senador Luís Estêvão, afinal cassado.

Também como revide, algumas fontes interpretam a referência sutil à empreiteira baiana OAS, ligada à família do presidente do Senado, sobre a qual o juiz lançou insinuações de superfaturamento e desvios na obra do Superior Tribunal de Justiça (STJ), em Brasília. Uma insinuação-

bumerangue, pois o caso do TRT paulista só veio à tona pelos esforços do senador ACM em estimular a CPI do Judiciário.

Como se vê, a primeira exibição da metralhadora giratória do juiz Nicolau deixou patente seu alto poder para intimidar e destruir.



Foto: A.C. Júnior

Giovane Queiroz: governo conhecia irregularidades, mas tinha vontade irrefreável de dar mais dinheiro

Logo após, o próprio ex-ministro da Justiça, José Carlos Dias, revelou

ter sofrido pressão de Eduardo Jorge Caldas para manter os serviços da Montreal Informática ao ministério, uma situação irregular, pois a empresa presta serviços sem licitação, ao preço anual de 22 milhões de reais.

E logo surgiram versões sobre contas na Suíça, no Paraguai e no Panamá, além de se ressuscitarem novos murmúrios sobre o Dossiê Cayman.

O recesso parlamentar não reduziu o impacto das denúncias no meio político, dividindo-se as opiniões entre CPI já ou depois das eleições, embora os presidentes da Câmara e Senado, Michel Temer e Antônio Carlos Magalhães atuassem como bombeiros, tentando mostrar como eventual excesso a convocação de uma CPI.

Debatia-se, ainda, a formação de uma subcomissão na Comissão de Constituição e Justiça para ouvir um depoimento do ex-assessor presidencial, no início de agosto.

O reaparecimento do juiz Nicolau era soprada num dia e desmentida no outro, enquanto o ministro da Justiça, José Gregori, garantia o empenho da Polícia Federal em localizar e capturar o pivô do que fontes parlamentares consideram o caso mais complicado nos arraiais do poder.

Hora do Congresso

Partidário da CPI, o deputado Giovane Queiroz (PDT-PA) revelou a **ca-**
dernos que, desde 1994, já se sabia das irregularidades que cercavam as obras do prédio do Tribunal Regional do Trabalho em São Paulo.

"Já em 1995, apresentei emenda ao Orçamento da União, cancelando verbas para a obra e denunciando suas irregularidades. Tomei essa atitude inflexível e religiosamente solicitei a retirada de créditos para aquela construção, ano a ano, até 1999."

"Mas, como sou da Oposição e havia outros interesses, as denúncias e advertências foram ignoradas, ano após ano. Lembro de uma episódio em 1995, quando conseguimos obstruir, na Comissão Mista do Orçamento, uma votação para concessão de 107 milhões de reais para aquela obra."

"No entanto, quando começou o recesso de fim de ano, a Comissão Representativa do Congresso (que fica em atividade nesses períodos, respondendo pelo conjunto do Legislativo) colocou a matéria em pauta, votou e aprovou. No dia seguinte a este episódio, isto é, em 20 de dezembro de 1995, voltei a Brasília e fiz uma representação de protesto junto à Procuradoria da República. Não se pode alegar desconhecimento das irregularidades."

"Depois, mantive o mesmo procedimento de denúncias e protestos, a cada ano, mas de nada adiantava: o governo sempre suplementava as verbas pedidas para a obra", frisa o deputado paraense.

Verbas do Executivo

Giovane Queiroz destaca, ainda, que os novos recursos entregues aos responsáveis pela obra do TRT paulista eram sempre do próprio Executivo, comprovando o empenho que existia na cúpula do governo em fornecer recursos abundantes a uma construção já denun-

"As revelações deixam estarecida a opinião pública nacional. É clara a existência de tráfico de influência"

Deputado Giovane Queiroz

ciada como fraudulenta.

"É significativo que o dinheiro fosse sempre do Executivo e nunca proveniente de remanejamentos no orçamento do Judiciário. Recorria-se à reserva de contingência. Fica patente, em todos esses anos de remessas, que havia firme vontade de atender às solicitações."

Sobre o envolvimento do atual ministro do Planejamento, Martus Tavares, na liberação do dinheiro, Giovane Queiroz considera que o então secretário recebia ordens expressas para aten-



Luís Estêvão: abandonado e desmoralizado, senador cassado virou estopim de gravata

der, mas nem assim se eximirá de eventual responsabilidade.

Estarrecedor

"As revelações deixam estarecida a opinião pública nacional. Quero desconhecer a questão da legalidade das gravações e ater-me ao seu conteúdo. É clara a existência de tráfico de influência", opina o opositorista paraense.

Quanto à convocação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito para aprofundar as investigações e estabelecer responsabilidades, Giovane Queiroz frisa que "o Congresso Nacional precisa resgatar sua omissão, uma vez que sabia, desde o começo, que profundas irregularidades cercavam aquela obra. Essa CPI precisa vir para, inclusive, retomar um fio de investigações que o Congresso não teve coragem de seguir na época, que seria a CPI das Construtoras, dos corruptores, uma vez que se investigou e denunciou uma série de corrompidos, mas não se avançou em direção aos que os corromperam."

Essa CPI do Tribunal Regional do Trabalho paulista terá condições de ampliar as investigações para outras obras suspeitas, como a ponte rododferroviária na divisa de Mato Grosso do Sul e São Paulo, recentemente inaugurada com a presença do presidente da República. Ao lado de outras irregularidades, essa ponte consumiu 600 milhões de dólares, quando bastavam 150 milhões. E como esta, existem muitas outras obras superfaturadas", aponta o parlamentar paraense.

"Há muitos motivos para a instalação da CPI do TRT. As denúncias precisam ser esclarecidas, até mesmo pela necessidade de se livrar a honra do presidente da República, se ele nada tiver com esse caso. Mas, caso tenha, que se vá às últimas consequências. Não podemos ser governados por quem compactua ou participa de atos da natureza dos que estão vindo à tona", finaliza o deputado Giovane Queiroz. (Procópio Mineiro) ■

Minas debate o voto eletrônico

Assembléia Legislativa promove seminário, reunindo representantes do TSE e críticos do sistema

Oswaldo Maneschy

A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE MINAS GERAIS PROMOVEU, no dia 30 de junho, uma jornada inteira de debates sobre o sistema de votação eletrônica, que vem sendo implantado pelo Tribunal Superior Eleitoral desde o pleito de 1996 e que este ano será, pela primeira vez no país e no mundo, utilizado em todas as etapas do processo eleitoral.

Dos debates, participaram os expositores Paulo César Bhering Camarão, pelo TSE; Elizabeth Rezende, pelo TRE/Minas; Evandro Oliveira, pela Empresa de Informática e Informação de Belo Horizonte (Prodabel); e os debatedores Moacir Casagrande, assessor técnico do PT junto ao TSE; Amílcar Brunazo Filho, pelo Fórum do Voto Eletrônico, e Márcio Coelho Teixeira, também pelo fórum, especialista em software básico.

Participaram ainda dos debates Paulo Nakaya, Oswaldo Catsumi e Antonio Wesley, consultores do TSE; Marcos Lalo, representante da Procomp, empresa de computação envolvida na programação eleitoral; Frederico Gregório, representante da Microbase, outra empresa incluída no processamento eletrônico; Newton Almeida, assessor de planejamento do TSE, e Cláudio

Rego, perito judicial em informática. Numa iniciativa de alta significação informativa, a sessão foi integralmente transmitida ao vivo pela TV Assembleia, que entra aberta no canal 40 e, fechada, no canal 11, permitindo-se também a participação do público.

Controlar o processo

O deputado Rogério Correia (PT-MG) fez breve exposição sobre os motivos que o levaram a montar e a coordenar o debate, com o apoio do presidente da Comissão de Constituição e Justiça da Assembléia Legislativa de Minas Gerais, deputado Ermano Batista. Argumentou que "a adoção da urna eletrônica suscita pelo menos duas grandes questões: será o direito do voto exercido pelo eleitor ou pela máquina? E, em segundo lugar, como pode o eleitor fiscalizar a observância do seu voto?"

Rogério Correia explicou que o controle do processo hoje está nas mãos de uns poucos especialistas. Questionou se essa exclusividade de manuseio não poderia levar a fraudes. "São aspectos que evidenciam a vulnerabilidade do voto pela via eletrônica e que precisam ser esclarecidos, tendo em vista as próximas eleições municipais". Destacou também que esta era a razão de promover a discussão sobre a segurança do voto eletrônico.



Brunazo, Camarão, Evandro e Casagrande debateram a informatização do total do sistema eleitoral brasileiro

O deputado destacou, ainda, que "as fraudes eleitorais sempre ocorreram no cenário político de nosso país. O voto de cabresto, a troca de voto nas urnas, a adulteração dos votos antes de serem contados constituíam algumas dessas fraudes. Com o avanço tecnológico, chegamos às urnas eletrônicas, mas não à eliminação das fraudes. Surgiu um novo tipo de delito - o desvio de votos mediante a alteração nos sistemas de informática. O assunto é certamente delicado, já que se comprova que os recursos eletrônicos são falíveis."

Rogério Correia lembrou que, para resolver o problema, muitas propostas estão surgindo, como o projeto de lei nº 194/99, em tramitação no Congresso Nacional, de iniciativa do senador Roberto Requião. Entre outras providências, o projeto recomenda a emissão, pela urna, do voto impresso, confirmando a escolha do eleitor. "O fato é que devemos evitar que as vantagens da urna eletrônica, entre elas a rapidez da apuração, sejam anuladas por ilegalidades que representem retrocesso para a evolução democrática", frisou o parlamentar mineiro.



TSE: urna à prova de fraude

O primeiro expositor da sessão foi Paulo César Camarão, responsável pelo setor de informática do TSE. Camarão disse, entre outras coisas, que a principal premissa da implantação do voto eletrônico no Brasil, definida em 1995 pelo então presidente do TSE, Carlos Veloso, foi o de acabar com as fraudes eleitorais no Brasil. Frisou que a Justiça Eleitoral trabalha integralmente voltada para o respeito à vontade do povo - possibilitando a eleição dos representantes legitimamente eleitos.

O representante do TSE garantiu que "a urna eletrônica foi construída com toda a seriedade". Manifestou também a intenção de mostrar, em todos os detalhes, como a urna funciona, o que foi explicado pelo assessor Paulo Nakaya, que acompanha o projeto de informatização do voto desde o início dos trabalhos, em 1995. Primeiro, Nakaya relatou que a urna de 1996 era uma, a de 1998, outra e, agora, em 2000, "as urnas receberam novos aperfeiçoamentos técnicos".

Segundo Nakaya, a urna é lacrada e à prova de invasão externa, e que os programas também são totalmente ga-

rantidos. Frisou que não é possível preparar programas que viciem a eleição, porque o TSE não saberia quem são os candidatos - assim, não haveria como associar programas a candidatos, de modo a beneficiar uns e prejudicar outros. Garantiu: "Não adianta a Procomp tentar botar um código estranho no programa, porque não vai bater com o nosso."

Técnicos: incertezas concretas

A confiabilidade absoluta, atribuída pelos técnicos do TSE aos programas utilizados para os processos de votação e totalização, não é compartilhada pelos técnicos independentes que vêm, através do fórum do voto eletrônico, levantando pontos discutíveis da legislação e de sua prática.

Os representantes dessa corrente no debate contestaram a certeza demonstrada pelo TSE. Segundo Amílcar Brunazo Filho e Márcio Coelho Teixeira, tecnicamente é indefensável a certeza dos representantes do TSE. Ambos voltaram a destacar as possibilidades de manipulação do sistema (veja, a propósito, a matéria de capa da edição nº 219 de **cadernos**), e conde-



Na Argentina (foto superior) e no Japão (acima), as eleições ainda mantêm o voto em papel. A total informatização brasileira está sendo um teste mundial

naram sobretudo a forma fechada pela qual o assunto é tratado, tolhendo a possibilidade de fiscalização por parte dos partidos políticos e qualquer tipo de comprovação que dê ao eleitor a certeza da correta destinação de seu pronunciamento.

A uma afirmação categórica por parte da equipe do TSE de que "o sistema de voto eletrônico implantado no país é 100% garantido e inviolável", Amílcar Brunazo pôde contrapor que seria extremamente categórico na afirmação contrária de que o sistema é 100% inseguro.

A polêmica, portanto, se mantém de pé, reforçada pelo fato de que os partidos pouco acesso têm à questão e nenhum se atreve a afirmar que possui a capacidade de exercer uma fiscalização adequada sobre o processo, como lhe garante a legislação e presume a democracia.

Ao Congresso cabe buscar um aperfeiçoamento do processo, como propõe o projeto do senador Roberto Requião. ■

Educação em crise



Foto: AFP

O fato de o Brasil ter melhorado sua posição, ao passar de 79º lugar para 74º no Índice do Desenvolvimento Humano (IDH) de 2000, será atestado de que a política educacional do governo - do ensino fundamental ao superior - passou de ano e vai bem?

Sérgio Meireles

NA ÓTICA DO MINISTRO DA EDUCAÇÃO, PAULO RENATO DE SOUZA, os resultados do IDH, que mede os avanços de um país em três dimensões básicas - esperança de vida ao nascer, PIB per capita e educação (alfabetização de adultos e taxa bruta de matrículas nos níveis primário, secundário e universidade combinados), aprovam os programas do governo no setor. Mas não se entendem as razões do otimismo do ministro, já que, dos seus vizinhos, o Brasil, no referencial IDH, está 39 pontos abaixo da Argentina, 36 do Chile e 35 do Uruguai.

Jovens fora da



O último Censo do Ensino Superior revela a expansão quantitativa de matrículas na graduação, ao incorporar, ano passado, 252 mil novos alunos - 11,8% em relação ao anterior - a maior taxa registrada nas duas últimas décadas, podendo passar dos 2,38 milhões atuais para três milhões de alunos no ano 2002. Registra, também, o crescimento e a qualificação do corpo docente, de funcionários, das novas unidades educacionais e dos instrumentos de avaliação, como o Exame Nacional de Cursos (Provão). Propagados pelo governo com euforia, nem o pequeno salto do Brasil no IDH nem o censo conseguem esconder a face precária da política educacional do país. A começar pela posição majoritária das instituições privadas que respondem por 1,5 milhão de alunos - 64% do total de matriculados no ensino superior.

O Brasil tem uma das menores taxas de participação de jovens no ensino superior. Apenas 11% deles, na faixa dos 18 aos 24 anos, estão na universidade, ao contrário da Argentina e do Chile que atingem de 23% a 30%, e Venezuela, México e Uruguai, com taxas superiores. Até a Bolívia tem mais jovens cursando o ensino superior do que o Brasil, revela uma das maiores autoridades em educação do país, o consultor da Fundação Cesgranrio e ex-secretário estadual de Educação do Rio de Janeiro, professor Hésio Cordeiro. Presidente do Conselho Nacional de Educação (96/97) e da Câmara de Educação Superior (97/98), Cordeiro diz que na maioria dos estados e no Rio de Janeiro, em particular, 55% dos jovens não completam o ensino médio ao atingir 18 anos. Desfaz, as-

sim, o discurso fanático de que há uma "explosão" de concluintes do ensino médio ou um número expressivo de estudantes universitários.

"As universidades não podem ficar para trás, estagnadas, sendo coniventes com a recessão, aumento de desemprego e tampouco serem reflexo de uma política de contenção de gastos público e privado adotada pelo governo. Têm que ser criativas e sintonizadas com a mecânica do mercado brasileiro", diz.

Neoliberalismo recolonizador

"A expansão do ensino superior público encontra-se estrangulada pelas políticas educacionais em curso, todas condizentes com as políticas ditadas pelo Banco Mundial para a educação na América Latina", acusa o presidente do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (Andes-SN), Roberto Leher. Professor da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Leher afirma que não há lugar para a universidade produtora de conhecimento novo, livre e crítico, porque a inserção do país na economia mundial é pensada como periférica, no baixo custo de sua mão-de-obra, reduzindo o papel do Brasil diante de um mercado em que o conhecimento assume imensa relevância estratégica.

Para o presidente da Andes-SN, indicadores econômicos, sociais e educacionais mostram que a "sociedade do conhecimento" está sendo apagada pelas categorias que definem o capitalismo. "O que significa, em termos ético-políticos, declarar, como fez recente-

mente em entrevista o presidente Fernando Henrique Cardoso, que o povo do nosso país necessita apenas de ensino elementar e que é preciso frear o crescimento das universidades públicas", questiona Leher.

A arquitetura da reforma educacional em ritmo acelerado montada pelo governo atende ao modelo do Banco Mundial, mais preocupado com estatísticas do que com a qualidade, completa o diretor de Educação e Cultura do Sindicato dos Professores do Município do Rio de Janeiro (Sinpro), o pedagogo José Ricardo Andrade Ferreira. A seu ver, o governo está vendendo para a sociedade uma reforma do ensino médio virtual, que não alcançou a infra-estrutura das escolas nem o aprimoramento do professor em sala de aula.

Crescimento do ensino superior

A virtualidade está longe da análise da presidenta do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep), Maria Helena Guimarães de Castro, responsável pelo Censo da Educação Superior de 1999, abrangendo um universo de 1.097 instituições. Ela reconhece que, além de revelar números expressivos de matrículas novas, tanto na graduação quanto na pós-graduação, e de indicar melhoria na qualificação docente, os resultados do censo sinalizam um novo modelo de expansão do sistema, mais diversificado, flexível e com mais ofertas. Nos últimos cinco anos, diz, o sistema absorveu um aumento de 717 mil matrículas, acumulando um crescimento relativo de 43,1%. Este número representa mais de 2,5

universidade

vezes o crescimento verificado nos 14 anos anteriores (81 a 94), quando foram ampliadas apenas 274 mil matrículas. Maria Helena acredita que, mantido esse ritmo de crescimento, poderá ser cumprida a meta prevista no Plano Nacional de Educação de atingir, ao final da década, uma cobertura do ensino superior equivalente a 30% da população de 18 a 24 anos. Essa nova dinâmica de crescimento do ensino superior está correlacionada à vigorosa expansão do ensino médio registrada na década de 90. De 1994 a 1999, a matrícula nesse nível de ensino cresceu 57,4%, observa a presidente do Inep, ao anunciar uma forte retomada do processo de oferta de vagas no ensino superior a partir do desempenho do sistema de educação básica.

Segundo Hésio Cordeiro, houve uma expansão real da rede escolar municipal, com resultados positivos da implantação da Fundo de Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef), apesar de algumas distorções e da preocupação governamental de reter os alunos em sala de aula, combatendo a evasão e a repetência com programas tais como bolsa-escola. Deu-se também ênfase à aceleração de aprendizagem e estimulação do aluno para que permaneça mais tempo na escola, além de trabalhos pedagógicos com temas mais atraentes, baseados no conhecimento e na vivência que esses estudantes trazem de sua vida real. Isso, contudo, não resolve o problema educacional porque existem contingentes de gerações anteriores a esses programas que se evadiram, repetiram séries dentro da cultura da repetência ainda não superada por algumas escolas, contribuindo para engrossar a massa de analfabetos - completos ou funcionais, ou seja, aqueles que não completaram os quatro anos das séries iniciais do ensino fundamental.

O presidente da Andes-SN é mais contundente. Para ele, a principal medida do governo para expandir o ensino fundamental, o Fundef, joga no abandono a educação infantil e a dos jovens e



Hésio Cordeiro: universidade ainda restrita

"As universidades não podem ficar para trás, estagnadas, sendo coniventes com a recessão, aumento de desemprego e tampouco serem reflexo de uma política de contenção de gastos adotada pelo governo. Têm que ser criativas e sintonizadas com a dinâmica do mercado brasileiro"

Prof. Hésio Cordeiro

adultos, que ainda contabiliza 30 milhões de analfabetos funcionais, com a taxa média de analfabetismo entre jovens de 15 a 18 anos alcançando o gravíssimo índice de 33%. O trabalho infantil, segundo Leher, ceifa a escolarização das crianças e dos jovens. De acordo com dados do IBGE, algo como 5% da população ocupada é constituída por crianças entre 10 a 14 anos (3,4 milhões); outros 6,5% de adolescentes entre 15 e

17 anos estão no mercado, grande parte com jornadas de trabalho que ultrapassam oito horas. O resultado desse quadro desolador pode ser visto no ensino médio. Nos estados mais atrasados, exemplifica Leher, apenas 10% dos jovens concluem este nível. A evasão, principalmente dos que não conseguem conciliar trabalho e escola, a repetência, que faz com o que o aluno abandone os estudos e a defasagem idade/série, continuam sendo a via-crúcis no percurso dos ensinos fundamental e médio, acentua Hésio Cordeiro.

Para atender a demanda projetada pelo MEC - três milhões de alunos matriculados em cursos de graduação em 2002 -, devem ser abertas cerca de 622 mil novas vagas, no período entre 2000 e 2002, das quais um terço nas instituições públicas (federais, estaduais e municipais). Na média, seriam incorporadas 207 mil vagas por ano nos próximos três anos, sendo 69 mil no sistema público. No ano passado, as instituições federais e estaduais, juntas, registraram 62 mil novas matrículas. Segundo o Inep, desde 1996, a taxa de matrícula em todo o sistema de ensino superior tem crescido mais no Nordeste do que no resto do país. Ano passado alcançou 15,6% contra a taxa de 11,8 % do país. Nesta região, o número de alunos matriculados no sistema público de ensino superior é mais do que o dobro do total de estudantes das instituições privadas. "A política do governo é privilegiar, na matriz do financiamento, as instituições das regiões menos desenvolvidas, onde as universidades particulares não chegam", justifica o ministro da Educação. O censo registra, também, o aumento da matrícula no curso noturno das instituições federais de todo o país, que apresentavam um número baixo de alunos comparado às universidades particulares. Esse quadro começou a mudar nos últimos três anos, sendo que, no período de 1944 e 1999, a matrícula em cursos noturnos aumentou 39,4%, despertando a estrutura sonolenta das federais que permane-

ciam ociosas à noite. Hésio Cordeiro defende a ampliação de vagas nas faculdades e universidades estaduais e federais durante a noite, para combater a flagrante discriminação contra os alunos mais carentes, que precisam trabalhar para manter seus estudos.

Com a rápida expansão do número de concluintes do ensino médio, gerando uma demanda cada vez mais heterogênea, aumenta também a pressão para que o ensino diversifique a oferta, oferecendo diferentes opções, explica a presidente do Inep.

Dentro dessa linha, o Ministério da Educação estimula a transformação de

sequenciais (cursos superiores de curta duração) voltados para uma formação profissional específica ou de complementação dos estudos. Esses cursos já absorvem grande parte da demanda por vagas no ensino superior nos Estados Unidos, no Canadá e em países europeus, e podem ajudar o Brasil a massificar o acesso ao ensino superior, lembra o MEC. A Secretaria de Educação Superior (SESu) vem conduzindo, ainda, as discussões sobre a flexibilização curricular, tendo proposto novas diretrizes ao Conselho Nacional de Educação (CNE).

Alguns cursos sequenciais, informa Hésio Cordeiro, oferecem diplomas e

finir os requisitos para o exercício da profissão. Esses cursos de curta duração agrupam disciplinas, são mais flexíveis e suprem carências do mercado de trabalho, onde estão surgindo novas profissões", diz. Essa flexibilidade permite que o aluno, para cursar Comércio Exterior, por exemplo, não tenha que fazer cursos de Economia ou Direito. Pode apenas, num tempo menor, combinar conteúdos de Direito, Relações Internacionais, Administração e Finanças e sair formado como gestor que lida com o Comércio Exterior, exemplifica.

Há evidências, observa o professor, de que os processos migratórios cami-

Foto: Agência Brasil



Foto: Guilherme Lessa



O ministro da Educação, Paulo Renato de Souza, comemora o aumento de matrículas, enquanto Roberto Leher, da Associação Nacional de Docentes do Ensino Superior, critica modificações orientadas pelo Banco Mundial e que afetam a qualidade do ensino nacional

faculdades em Centros Universitários, desde que preenchidos os requisitos de qualidade acadêmica. Ao todo, já funcionam no país mais de 30 centros, com autonomia para criar, organizar e extinguir cursos e programas de pós-graduação. Tal privilégio só era permitido às universidades, juntamente com a pesquisa e a extensão.

Outra iniciativa para diversificar o ensino superior proposta pelo MEC foi a regulamentação, através da Portaria 912/99, do funcionamento dos cursos

certificações, especialmente nas áreas em que não competem com profissões regulamentadas, com exigências curriculares. A Lei de Diretrizes e Base da Educação (LDB), defendida com entusiasmo pelo então senador Darcy Ribeiro, estabeleceu que o diploma universitário ou de um centro universitário não é habilitação para o trabalho e, sim, comprovante de que determinada pessoa realizou estudos.

"Cabe agora às entidades profissionais de ética e regulação da profissão de-

nam em direção às cidades de pequeno e médio portes, onde surgem novas oportunidades educacionais, entre as quais a implantação de cursos, faculdades, ainda que isoladas, e mesmo de algumas universidades. Hésio defende a vinculação dos universitários que tiveram os estudos financiados pelo crédito educativo a uma espécie de serviço civil obrigatório para compensar a ajuda financeira recebida pelo poder público ou privado. A obrigatoriedade de categorias profissionais beneficiadas pelo crédito

Em busca da qualidade

Nenhuma técnica de avaliação por si só resolve o problema da qualidade do ensino, da pesquisa e dos serviços das instituições de ensino superior. O Provão, o Censo do Ensino Superior, que fornece indicadores sobre o perfil do corpo docente, e o desempenho das instituições e o trabalho das comissões de especialistas da Secretaria de Ensino Superior (SESu), que verificam as condições de ofertas, devem estar afinados com um outro importante instrumento - o Programa de Avaliação Institucional (Paiub).

Ao fazer esta observação, o consultor da Fundação Cesgranrio, professor Hésio Cordeiro, diz que está faltando um outro instrumento ainda não-incorporado à tradição universitária brasileira: a acreditação do ensino. "É verificar se uma instituição cumpre determinados padrões máximos desejáveis de qualidade, de excelência, aferidos por auto-avaliação interna e por comissões externas."

A Cesgranrio, segundo o consultor, está com projetos nas secretarias de Educação e Saúde do município

do Rio de Janeiro para avaliar escolas e hospitais baseados na experiência de acreditação européia e norte-americana. A acreditação vai substituir, dentro de alguns anos, todos os mecanismos processuais que envolvem a decisão se um curso novo deve ser autorizado ou se uma universidade pode ou não receber credenciamento, informa o professor.

O consultor e ex-integrante do Conselho Nacional de Educação (CNE) diz existir rigor nos critérios de autorização e credenciamento de uma universidade. "São sempre critérios temporários, sujeitos a revisões de acordo com as avaliações", explica. No Paraná, conta, uma instituição recém-credenciada como universidade criou vestibular para 40 novos cursos, "uma explosão de cursos que sequer estavam previstos ou bem definidos no plano estratégico de expansão. O CNE agiu duramente, desautorizou a universidade, determinou o encerramento desses cursos e cancelou os exames vestibulares realizados. Instituições que fogem do planejamento estratégico para ampliar brutalmente, em

educativo para que exerçam por um período de tempo sua profissão no interior deve merecer atenção especial do MEC, acrescenta.

É o caso, cita Hésio Cordeiro, dos profissionais da saúde, imprescindíveis para atender as estruturas precárias desse setor em muitos municípios. "O projeto de relocação de profissionais em áreas carentes não pode acontecer isoladamente; ele está atrelado a uma redefinição do conceito político social que requer a nação", alerta.

"O esforço do governo para diversificar o ensino superior não justifica a situação grave em que se encontra o setor educacional brasileiro", sustenta Roberto Leher. É inegável, reconhece ele, que ocorreu um crescimento significativo de matrículas decorrentes da expansão desenfreada das instituições particulares, facilitada pela desregulamentação da legislação promovida pelo Ministério da Educação, que abriu mão de sua responsabilidade de garantir o

interesse público nas atividades educacionais.

"Mesmo esta expansão precária encontra-se severamente limitada pelo empobrecimento da classe média. O nível de inadimplência é altíssimo e muitas famílias já não nutrem esperanças de verem seus filhos nas universidades, por falta de condições financeiras. O crédito educativo", prossegue o dirigente, "uma sangria nas verbas públicas que deveriam estar direcionadas para as instituições públicas, atrelado às exigências do setor financeiro, somente postergará o problema".

No que diz respeito às políticas educacionais e de ciência e tecnologia, os "seus grandes eixos ratificam a tese de que o nosso país está compungido, pela ação combinada das elites locais e dos organismos internacionais, notadamente o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial, a uma inserção periférica no capitalismo mundial", desabafa.



Foto: A.C. Junior

Os professores lutam pela expansão do ensino superior público e gratuito

curtíssimo prazo, a oferta de vagas comprometem a qualidade do ensino. Devem ser combatidas com rigor, recomenda o ex-secretário de Educação do Rio.

O MEC destinou recursos específicos para ampliar e modernizar os recursos de informática e atualizar e modernizar acervos de bibliotecas, beneficiando especialmente as universidades das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste. O ministério está concluindo ainda o processo de aquisição de cerca de 300 milhões de dólares em equipamentos para laboratórios de ensino de graduação apenas para as instituições federais, além de implementar o Fundo de Apoio à Infra-Estrutura Física das Instituições Federais de Ensino e Pesquisa e definir o projeto de lei que criará as novas carreiras de emprego público nas universidades federais.

A expansão da pós-graduação tem sido expressiva no país nos últimos 15 anos, reconhece o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep). Hoje, segundo a presidenta do órgão, Maria Helena Guimarães de Castro, praticamente a metade dos professores que atuam nas instituições de ensino superior (49,3%) tem pelo menos o título de mestre, sendo que 20% do total têm doutorado. Nas federais, 66,7% dos professores

têm pelo menos mestrado e 31,4% possuem o título de doutor. Nas estaduais, o percentual de titulados é de 57,7% pelo menos com mestrado e 35,4% com doutorado. No setor privado, 38,9% dos professores têm título de mestre e 10,3% de doutor. O crescimento da pós-graduação, nos últimos cinco anos, foi mais acentuado nas federais, especialmente o doutorado, que registrou ampliação na matrícula de 87,7%, diz a presidenta do Inep.

O jornalista Jânio de Freitas, em artigo recente em sua coluna na Folha de S. Paulo, acusa o governo de "montar uma enorme fábrica de doutores, da qual joram títulos. Poucas instituições preservam o necessário rigor. Têm doutores até com teses de uma centena de páginas e, no máximo, à altura de serem monografias finais de curso de faculdade".

Apesar de adotar no Brasil um modelo de mestrado mal copiado dos norte-americanos, os europeus exigem longos períodos para elaboração de teses de mestrado ou doutorado. "Mas isso fica defasado em relação à realidade brasileira, pois muitas vezes se prolonga excessivamente uma pós-graduação em detrimento do afastamento do professor do seu ambiente de trabalho e do seu cotidiano na universidade", diz Hésio Cordeiro.

Ciência esvaziada

Segundo Hésio Cordeiro, a ciência e a pesquisa estão sendo esvaziadas pelo corte de bolsas, suspensão de linhas de financiamento que a Finep e o CNPq desenvolvem para centros de excelência e para o incentivo de novos grupos de pesquisas.

Num quadro de contenção de gastos públicos, diz o professor, os critérios de definição das instituições que se habilitam a conseguir bolsas/auxílio de pesquisas são limitados ao repasse àquelas detentoras de maior currículo, pesquisas, maior quadro de doutores e mais experiência na publicação internacional.

"O país não pode sacrificar o surgimento de novos grupos de pesquisas, porque a evolução da velocidade de circulação do conhecimento é tão grande que, até para se fazer a absorção crítica desse conhecimento produzido internacionalmente, é preciso dispor de pesquisadores bem formados nas instituições nacionais", adverte.

O presidente da Andes-SN volta à carga contra as medidas efetivadas pelo governo FHC. A primeira seta tem como alvo a proposta de Emenda Constitucional 370, conforme o parecer Bornhausen que prega a privatização das universidades públicas em uma década e vê, na defesa da pesquisa, puro emocionalismo nacional. O alvo seguinte é o Provão, que "obriga as universidades a se adequarem a um currículo estranho ao perfil acadêmico da instituição". A LDB, aprovada pelo MEC, admite a existência de centros universitários, com várias características de autonomia, nisso semelhantes às universidades, mas sem obrigatoriedade da pesquisa vinculada ao ensino, diz o professor. Ele bate forte também no Decreto 2208/96, da Reforma da Formação Profissional, que pode deixar incompleta a formação do aluno que optar pela formação técnica.

Leher condena o pacote fiscal de setembro de 1998, sob orientação do FMI, compreendendo o corte da quase totalida-

de das verbas de ciência e tecnologia; a subordinação das Procuradorias das universidades à Advocacia Geral da União, "uma afronta à autonomia universitária" e aos parâmetros antiacadêmicos de avaliação introduzidos pela Gratificação de Estímulo à Docência (GED), tão badalada pelo governo. "O governo pode descomprometer-se de vez com o setor de ciência e tecnologia, atribuindo apenas aos fundos privados o financiamento da pesquisa, aniquilando as ciências sociais e humanas e a ciência básica", lamenta o dirigente. A liberação de produtos transgênicos, sem os necessários estudos de impacto ambiental para a saúde humana fará com que o país adquira novos pacotes tecnológicos deletérios", bombardeia.

Leher lembra que o principal motivo que levou grande parte das universidades estaduais e federais a entrarem em greve é a defesa da educação pública de qualidade, seguindo a luta histórica dos idealistas Anísio Teixeira, Florestan Fernandes e Darcy Ribeiro. ■

Mutirão universitário

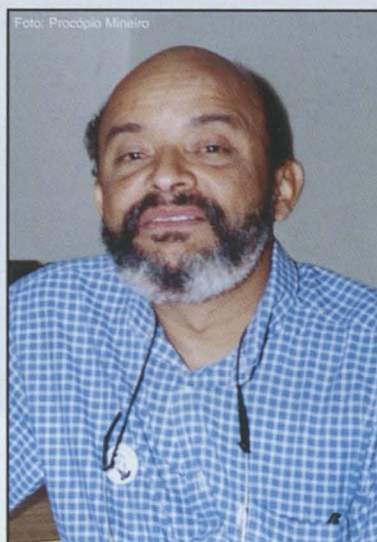
Espalha-se pelo Brasil inteiro o esforço de capacitar afrodescendentes e outros pobres a alcançar a universidade e abrir novos horizontes de vida

“AS DESIGUALDADES SOCIAIS do país expressam-se também no setor de ensino”, comenta o frade franciscano Davi Raimundo dos Santos, que desde 1992 lidera a difusão do Movimento de Pré-Vestibulares para Negros e Carentes, responsável pela presença, hoje, de 404 desses alunos nos cursos de graduação somente da Pontifícia Universidade Católica (PUC) do Rio de Janeiro.

"No último censo, o IBGE divulgou que a população negra (parda e preta) chega a 44% da população brasileira. Se não houvesse um sutil racismo à brasileira, seria de esperar que 44% dos estudantes universitários do país fossem também negros. No entanto, menos de 5% dos universitários brasileiros são afrodescendentes", aponta Frei Davi. O conhecimento dessa realidade levou à decisão de desenvolver um trabalho de promoção humana através da elevação do nível educacional dessa camada da população, "a mais atingida pela má qualidade do ensino e, conseqüentemente, altamente prejudicada em seu anseio de prosseguir os estudos."

Da inquietação à prática

O frade conta que, nos debates promovidos pela Pastoral do Negro em 1993, na igreja matriz de São João de Meriti, na Baixada Fluminense, surgiu a idéia de se partir para a ação efetiva de quebrar o "círculo do fracasso" em que



Frei Davi: a solidariedade deu vida a um movimento de promoção da cidadania

se deixavam encerrar os jovens negros que conseguiam completar o nível médio. "Completavam o segundo grau com grandes dificuldades, às vezes sem terem visto, uma única vez, matérias importantes como Química, por falta de professor. Sentiam-se condenados, porque se sabiam despreparados para enfrentar um vestibular no qual o assunto seria exigido. Precisariam preparar-se num cursinho pré-vestibular, sempre pago, portanto, fora do seu alcance", descreve o frade.

"A grande questão, nas nossas discussões sobre o assunto, era como, sem dinheiro, conforme é a realidade do povo, se deveria fazer surgir uma revolução educacional que potencializasse o ingresso dos pobres em geral e dos afro-

descendentes em particular nas universidades públicas e particulares com bolsas de estudo", frisa o religioso. "Ao se ter um grupo de jovens ligados aos trabalhos populares e eclesiais interessados na proposta, começamos a levantar nomes de pessoas do movimento negro que pudessem assumir a função de professores gratuitamente. Aí encontramos a primeira grande dificuldade: o número de pessoas do movimento negro com formação universitária era insignificante. A opção foi, no início de 1993, recorrer a todos os setores da sociedade e assim conseguimos, meses depois, formar o primeiro quadro de professores voluntários. Assim, o primeiro núcleo começou a funcionar em maio de 1993, na matriz de São João de Meriti", lembra Frei Davi.

A caminho dos 1000 núcleos

A experiência multiplicou-se nestes sete anos e já supera a marca dos 700 cursos, espalhados em 21 estados brasileiros, com capacidade para atender anualmente cerca de 40 mil jovens. Em São Paulo, o primeiro núcleo surgiu em 1997, chegando a 30 em abril de 99, ano em que já eram 134 os universitários oriundos do movimento, que, naquele estado se chama Educação e Cidadania para Afrodescendentes e Carentes (Educafro). No Rio de Janeiro, passam de 2.500 os ex-alunos dos Pré-Vestibulares para Negros e Carentes já cursando as cinco universidades públicas e se aproximam de 1.000 os que receberam bol-

Abrindo portas com a reserva de vagas

O movimento dos pré-vestibulares está ampliando suas batalhas, após consolidar-se como instrumento efetivo de promoção dos alunos carentes e de conseguir a simpatia e a colaboração de parcela significativa de universidades particulares, que concedem bolsas de estudo.

"O próximo passo é de grande significação social e democrática", diz Frei Davi. "Trata-se de garantir vagas nas escolas superiores para os alunos mais pobres, isto é, aqueles oriundos do sistema público de ensino. No Rio de Janeiro, já avançamos bastante e nossas propostas se transformaram em projeto que o governador Anthony Garotinho já enviou para aprovação da Assembléia Legislativa. A proposta básica é que a universidade estadual, a Uerj, passe a destinar 50% de suas vagas para alunos procedentes do sistema público de educação. Será um ato de justiça social e representará a abertura de oportunidades reais de acesso ao ensino superior para os alunos mais pobres, que são afrodescendentes em sua maioria."

Frei Davi espera que atitude semelhante à do governo fluminense seja imitada em outros lugares, a começar por São Paulo, onde a USP se recusa ainda a criar facilidades para os carentes, como a isenção da taxa de inscrição para o vestibular. Esta exigência impede que muitos alunos pobres entrem no concurso.

"É falta de visão social ou de coragem, por parte do comando da USP, em não criar políticas públicas voltadas para o combate às estruturas que, nestes 500 anos, geraram a ausência dos pobres e dos afrodescendentes dos bancos universitários", apela o religioso franciscano.

sas de universidades particulares - só na PUC são 404.

"É um grande movimento social de solidariedade e, ao mesmo tempo, de conscientização dos afrodescendentes. Os estudantes chegam com as deficiências produzidas pelo ensino público de segundo grau, mas demonstram grande tenacidade e os resultados atestam como eles conseguem superar os problemas e capacitar-se. A cada ano cresce o número dos que entram no ensino superior e no momento já são alguns milhares de alunos negros e carentes em graduação, um contingente que, de outra forma, estaria agora sofrendo frustração. É um mutirão educacional que engrandece o sofrido povo brasileiro", diz Frei Davi.

O frade dá a fórmula que vem garantindo a expansão desse sistema informal de ensino: é preciso um lugar (cedido gratuitamente por igrejas católicas ou evangélicas, sindicatos, associações de moradores, clubes, escolas particulares e públicas), um grupo de voluntários (15 pessoas entre professores e coordenadores, por núcleo), um máximo de 50 alunos por núcleo, e a colaboração máxima mensal de 10% do salário mínimo para as despesas com giz, cópias xerox e outros materiais, além dos gastos com as passagens e o lanche dos professores.

Através do telefone (21)756-0804, os interessados podem ser orientados sobre o movimento. (Procópio Mineiro) ■

CADERNOS

DO TERCEIRO MUNDO

a serviço do leitor

Para assinar a *Cadernos do Terceiro Mundo* ligue para

(0 XX 21) 221-75 11

ou envie um fax:

(0 XX 21) 252-8455

Ou pela Internet:

etm@etm.com.br

O preço da assinatura é de R\$ 72,00, mas estamos com uma promoção POR TEMPO LIMITADO (até 30/07/00), de R\$ 60,00 (à vista).

Pode enviar cheque nominal à *Editora Terceiro Milênio* ou solicitar envio de boleto bancário.

Estamos à sua disposição de segunda a sexta, das 9 às 19 horas

Para enviar cartas:
NOVO ENDEREÇO



Cadernos do Terceiro Mundo
Editora Terceiro Milênio

Rua Conde de Lages, 44
Salas 508-509-510 - Lapa
CEP 20241-080

Rio de Janeiro - RJ - Brasil

As cartas devem trazer a assinatura, o endereço, o número de cédula de identidade e o telefone do autor.

Contate o Departamento de Circulação

Para comprar números atrasados:

Tel: (0 XX 21) 221-7511

Se estiverem disponíveis no estoque, serão vendidos ao preço de capa da última edição, acrescido de 30% desse valor para cobrir despesas de correio.

Para anunciar:

Ligue (0 XX 21) 221 - 7511 e contate o Departamento Comercial

Para pesquisas e uso da revista em sala de aula:

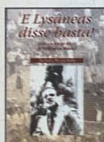
Ligue (0 XX 21) 221-75 11 e contate o Centro de Documentação ou os Editores.

Na Internet:

<http://www.etm.com.br>

E-mail: etm@etm.com.br

Postal Norte-Sul



E LYSÁNEAS DISSE BASTA!

Jonas Resende Cód. 0100-85

A vigorosa atuação de Lysáneas começa a ser resgatada pelo pastor Jonas Rezende. O livro traz também um prefácio do político Francisco Pinto e um posfácio do sociólogo Elter Maciel. 156 páginas. R\$ 25,00 - Editora Mauad



BRIZOLISMO

João Trajano Sento-Sé Cód. 225.02862

A leitura deste livro é indispensável a todos aqueles que se interessam pelos destinos das sociedades e, portanto, pela história do Brasil. 365 páginas. R\$ 29,00 Ed. FGV



RUMO À SIERRA MAESTRA

Che Guevara e Raúl Castro Cód. 517

Diários inéditos da guerrilha cubana são revelados com todos os bastidores da Revolução. Reproduz documentos, fotos e anotações que revelam detalhes nunca divulgados. O professor Emir Sader (UERJ/USP), um estudioso do tema, faz a apresentação. 306 páginas. R\$ 34,00 - Oficina do Autor



HISTÓRIA DO CONE SUL

Amado Luiz Cervo e Mario Rapoport (org.)
Cód. 0159

Coletânea de ensaios sobre a história dos países do Cone Sul, abordando relações regionais e sua inserção na economia internacional. 336 páginas. R\$ 30,00 - Editora Revan

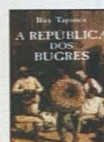


GLOBALIZAÇÃO

Teoria social e cultura global

Roland Robertson Cód. 85326.2247-X

Mostra como a cultura se tornou uma questão contestada globalmente. Por exemplo, por que concepções rivais de uma "ordem mundial" têm consequências políticas e econômicas. 312 páginas. R\$ 32,00 - Editora Vozes



A REPÚBLICA DOS BUGRES

Ruy Tapioca Cód. 85.325.1028-0

O livro surge em um momento oportuno para uma reflexão sobre a História do país e a nossa formação como povo, além de ser uma realização literária de fôlego. 532 páginas. R\$ 35,00 - Editora Rocco



QUANDO EU VOLTEI, TIVE UMA SURPRESA

Joel Rufino Cód. 85.01.05771-1

Este livro o leitor pode lavar das aderências de enganos que nos fazem dano à vida, ferem a nossa inteligência e mancham a infância que lesteja no peito do homem. 140 páginas. R\$ 48,00 Editora Rocco



BINÔMIO- EDIÇÃO HISTÓRICA

Direção: José Maria Rabêlo
Cód. BA 7013

A história do primeiro jornal da moderna imprensa alternativa brasileira, que nunca se curvou aos poderosos. Mais de 200 reproduções, muito humor e a narrativa, documentada, da conspiração de direita que levou ao golpe de 64. 263 páginas. R\$ 34,00 - Ed. Barlavento e Armazém de Idéias



ESTADO FEDERATIVO E POLÍTICAS SOCIAIS:

Determinantes da descentralização

Marta Areteche Cód. 85.7106.194-7

A autora estabelece, de forma sistemática, relações entre o jogo político-institucional e os resultados substantivos de políticas de governo. 304 páginas. R\$ 29,00 - Editora Revan



ESPAÑOL PARA BRASILEIROS

Juan Kattán-Ibarra Cód. 113-47

Curso para entender, falar e escrever em espanhol. Se você nunca falou e precisa aprender depressa, esta é a solução. 330 páginas. R\$ 47,50 - Editora Pioneira



GLOBALIZAÇÃO E GLOBOBAGENS

Verdades e mentiras do pensamento econômico

Paul Krugman Cód. 20412-1

O autor comenta como pensamentos econômicos provocam o aumento desenfreado do desemprego, fala sobre especulação financeira, aponta os caminhos do crescimento econômico, analisa o downsizing das empresas e desfaz falácias divulgadas mundialmente. 224 páginas. R\$ 39,00 - Editora Campus



ESTEREÓTIPOS SEXUAIS NA EDUCAÇÃO

Um manual para o educador

Moema Toscano Cód.: 85.326.2285-2

Militante feminista desde os anos 70, a autora discute o papel da escola e do professor como obstáculos (quase sempre), ou como alavancas (às vezes) na mudança do relacionamento homem/mulher. 116 páginas. R\$ 13,00 - Editora Vozes



O PODER DA IDENTIDADE

Economia, sociedade e cultura

Manual Castells Cod. 20.495

Como nosso mundo e nossa vida vêm sendo moldados pelas tendências conflitantes da globalização e da identidade. 530 páginas. R\$ 42,00 - Editora Paz e Terra



NOTÍCIAS DO PLANALTO

Mário Sérgio Conti Cód. C 1182

O livro retrata os construtores dos impérios de comunicação e suas empresas. Com realizações surpreendentes, narra a ascensão e queda de Collor do ponto de vista da imprensa. (80 fotos cor e pb) 720 páginas. R\$ 35,00 Cia. das Letras



O SUJEITO DA EDUCAÇÃO

Estudos foucaultianos

Organizador: Tomaz T. da Silva

Cód. 85.326.1317-9

Obra baseada nas idéias de Foucault analisa os pressupostos, as instituições e as estruturas de nossos arranjos educacionais, numa perspectiva inovadora, desestabilizadora, transgressora e subversiva. 258 páginas. R\$ 29,00 - Editora Vozes



CONSTRUINDO O FUTURO

O impacto global do novo paradigma

Paulo C. Moura Cód. 010001

Para quem quer entender as transformações em curso, o futuro provável e as chances de elaborar respostas adaptativas a esses desafios. 228 páginas. R\$ 29,00 - Editora Mauad



PRESTES

Lutas e autocríticas. Edição Comemorativa dos 100 anos de Luiz Carlos Prestes

Dênis de Moraes e Francisco Viana
Cód. 020015

Este é o livro para o qual, em vida, Luiz Carlos Prestes deu o seu melhor depoimento. Para esta edição comemorativa, a família Prestes abriu seus arquivos de fotos (quatro cadernos de fotos, 32 páginas). 324 páginas. R\$ 39,00 - Editora Mauad



DESMONTE DA NAÇÃO

Ivo Lesbaupin (Org.)

Cód. 85.326.2174-0

Analisa o processo pelo qual o governo Fernando Henrique Cardoso prometia levar o Brasil à modernidade, ao Primeiro Mundo e ao pleno desenvolvimento. Ao invés disso, conduziu a nação ao caos social e ao desastre econômico. 200 pgs. R\$ 16,00 - Editora Vozes



O DESPERTAR DA ÁGUA

Leonardo Boff Cód. 5-326-1977-0

O livro continua o anterior *A Águia e a galinha*, e relaciona a dimensão-águia e a dimensão-galinha com o Universo, a história e a pessoa humana. 176 páginas. R\$ 12,00 - Ed. itora Vozes



SABER CUIDAR

Leonardo Boff Cód. 85-326-2162-7

Este livro procura detalhar o cuidado em suas várias concretizações: cuidado com a Terra, com a sociedade sustentável, com o corpo, com o espírito, com a grande travessia da morte. A ótica do cuidado funda nova ética, compreensiva a todos e capaz de inspirar valores e atitudes. 200 pgs. R\$ 16,00 - Editora Vozes



A ÁGUA E A GALINHA

Uma metáfora da condição humana

Leonardo Boff Cód. 85-326-1845-6

Uma história africana proposta ao leitor como reflexão de sua própria condição, origem e destino. Segundo o autor, é preciso que se busque o equilíbrio. 208 páginas. R\$ 16,00 Editora Vozes



NO TEMPO DE VARGAS

Memórias, reflexões e documentos

Francisco Antonio Dória Cód. 0075

É um livro indispensável a todos os que se interessam por conhecer a política brasileira deste século. 170 páginas. R\$ 14,00 Editora Revan



DICCIONÁRIO DE EXPRESSÕES IDIOMÁTICAS AMERICANAS

Luiz L. Gomes e Donald E. Collins

Cód. 113-38

Apresenta cerca de 5.000 expressões empregadas na atualidade. 282 páginas. R\$ 41,00 - Editora Pioneira



BRASIL 500 ANOS EM DOCUMENTOS

Ivan Alves Filho Cód. 0200-17

Um livro de referência, didático, para estudos sobre documentos que registram a História do Brasil. 656 páginas. R\$ 99,00 Editora Mauad



IUGOSLÁVIA

Laboratório de uma nova ordem mundial

Mário Augusto Jakobskind

Cód. 85.87414-01-1

Análise sobre a guerra nos Bálcãs. O autor faz retrospectiva histórica da região, do século VI até hoje, e também um resumo sobre os 78 dias de bombardeios da Otan contra a Iugoslávia. 112 páginas. R\$ 14,00 - Novos Ideais



DOMINAÇÃO PELA FOME

Economia política do abastecimento

Miranda Neto

Cód. 00124

A fome em meio à abundância constitui o maior escândalo nas sociedades contemporâneas e politicamente democráticas. Porém há situações ainda mais absurdas, que nos afetam diretamente: a fome está sendo manipulada para a dominação dos povos! 136 páginas. R\$ 9,90 - Forense Universitária



O EXÉRCITO SOVIÉTICO NA II GUERRA MUNDIAL

Aos 50 anos da vitória

Leonid Ieremeev

Cód. 0084

Com o fim da URSS, o interesse neste relato dramático e fartamente documentado renova-se, pois revive um momento crucial para a sobrevivência dos valores democráticos e da própria civilização. 128 páginas. R\$ 10,30 - Editora Revan



A AMERICANIZAÇÃO (PERVERSA) DA SEGURIDADE SOCIAL NO BRASIL

Estratégias de bem-estar e políticas públicas

Maria Lúcia W. Vianna

Cód. 0156

As políticas implantadas pela ditadura entre 1964 e 1985 revelaram-se perversas pelo seu caráter antidemocrático. A autora busca identificar os fatores de natureza política que vêm produzindo barreiras para a implantação do modelo universalista que embasa a Constituição de 1988. 256 páginas. R\$27,00 - Editora Revan



CONFISSÕES

Darcy Ribeiro

Cód. C 0890

Autobiografia, escrita até momentos antes de sua morte, em 1997. Uma vida riquíssima contada com emoção e irreverência. 592 páginas. R\$ 36,00 - Ed. Cia das Letras



HAVANA - DEZEMBRO DE 1999

Emílio Azevedo

Cód. M 0268

Conheça a vida comum na capital cubana, em uma reportagem competente e atrativa. 145 páginas. R\$ 19,00 - Editora Multitexto



UMA HISTÓRIA DO BRASIL

Thomas E. Skidmore

Cód. 20488

Mostra o processo integral de formação do Brasil. O que vem à tona é a história do povo brasileiro na procura de um país moderno e reconhecido internacionalmente em sua singularidade. 358 págs. R\$ 32,00 - Ed. Paz e Terra



HISTÓRIA DA IMPRENSA NO BRASIL

Nelson Werneck Sodré

Cód. 0100-68

O livro vem preencher a necessidade de profissionais e estudantes em suas teses, pesquisas, estudos, ensaios, e trabalhos dos mais diversos. 501 páginas. R\$59,00 - Editora Mauad

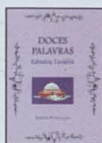


HERANÇA DE UM SONHO

Marcio Antonio Tavares Coelho

Cód. 85.010.576-2

A história pessoal e política de uma vida marcada pela dedicação à luta por um mundo melhor, de um homem moldado pela trajetória política do Brasil e do mundo. Exerceu bem várias funções, fossem legais ou clandestinas. 532 págs. R\$ 20,00 - Editora Record

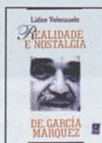


DOCES PALAVRAS

Ednalva Tavares

Cód. 0001

A luz que ilumina a alma pode transformar o corpo e torná-lo tão leve que o aproximará e muito do incorpóreo. 64 págs. (formato: 15cmx11cm). R\$ 5,00 - Janine Prod.



REALIDADE E NOSTALGIA DE GARCIA MARQUES

Lídice Valenzuela

Cód. CA 107

A autora cruzou o morno Mar do Caribe, percorreu aquelas estradas poeirentas e conversou com amigos e parentes de Gabriel, a fim de desvendar as origens mágicas dos personagens que povoam a obra do escritor. 107 páginas. R\$ 18,00 - Oficina do Autor



A INVENÇÃO DO MAR

Gerardo Melo Mourão

Cód. 050229

O livro é uma grande epopeia sobre o descobrimento do Brasil e os momentos primordiais da colonização portuguesa. Gerardo Melo Mourão vai narrando os principais fatos da história brasileira, como a travessia das caravelas de Cabral, a primeira missa celebrada em solo brasileiro e a invasão holandesa. 368 páginas. R\$ 28,00 - Editora Record



ESCRavidÃO OU MORTE

Jorge Preta de Souza

Cód. 0100-20

O autor esclarece o motivo pelo qual lutavam os escravos de uma pátria que os oprimia. Indo além, mostra como, através da guerra, construíram sua liberdade. 136 páginas. R\$ 22,00 - Editora Mauad

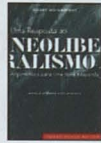


EUROPA 1935 - Uma aventura de juventude

Moacir Werneck de Castro

Cód. 85.01.05771-1

Sem cair no saudosismo, o autor infunde à sua narrativa um sentido crítico que ajuda o leitor a pensar o Brasil de hoje. 223 páginas. R\$ 20,00 - Editora Record



UMA RESPOSTA AO NEOLIBERALISMO

Hilary Wainwright

Cód. Z 0486

Combina uma discussão sobre ideia política neste fim de século com uma avaliação das trajetórias concretas de movimentos sociais e partidos. 152 págs. R\$ 19,00 - Jorge Zahar



MENOPAUSA

Uma Abordagem Natural

Michael T. Murray

Cód. 20311-0

Como tirar proveito de vitaminas, minerais, ervas, exercícios, dietas e outros métodos naturais, assim como uma abordagem das causas e efeitos da menopausa e uma análise detalhada da terapia de reposição de estrogênio. Hoje, ela ainda é tratada como uma doença, não como um processo fisiológico normal. Como adotar medidas naturais na época que antecede à menopausa? O livro esclarece essas dúvidas e desafia a comunidade médica a repensar o modo de tratar o assunto. 224 páginas. R\$ 29,90 - Editora Campus



O LIVRO DA SAÚDE DAS MULHERES NEGRAS

Várias Autoras

Cód. 2210

O livro serve de instrumento na coordenação de ações conjuntas entre mulheres que trabalham por justiça social. Mostra também a falta de política educacional voltada para elas. 356 págs. R\$ 26,00 - Editora Pollos



A VITALIDADE SEXUAL DO HOMEM

Uma Abordagem Natural

Michael T. Murray

Cód. 20310-0

Respeitado naturopata, o autor diagnostica distúrbios da próstata, detecta efeitos colaterais de determinados procedimentos e relaciona virilidade e reeducação alimentar aos exercícios físicos e a um programa de combate ao estresse. 188 págs. R\$29,00 - Editora Campus

Nome: _____
Endereço: _____
Bairro: _____ Cidade: _____
Estado: _____ CEP: _____
Profissão: _____ Tel.: _____ Fax: _____ E-mail: _____

Assinale a forma de pagamento de seu pedido:

- () Cheque(s) nominal(is) à Editora Terceiro Milênio Ltda. em anexo
() Autorizo débito no meu cartão pelo valor total de R\$ _____

Cartão Nº Validade até ____/____/____

ACEITAMOS TODOS OS CARTÕES DE CRÉDITO, SEM PARCELAMENTO (inclusive em cheque)

Data: ____/____/____

Assinatura do comprador

CÓDIGO	QUANT.	FRETE	TOTAL R\$

CADERNOS 221

Os preços estão sujeitos a alteração

VALIDADE: até durar o estoque

Preencha em letra de forma e envie para a
Editora Terceiro Milênio Ltda.
Rua Conde de Lages, 44 - Gr. 508 / 510 - Lapa
Rio de Janeiro - RJ - CEP: 20241-080
Tel.: (0XX21) 221-7511 - FAX: (0XX21) 252-8455
E-mail: etm@etm.com.br - http://www.etm.com.br

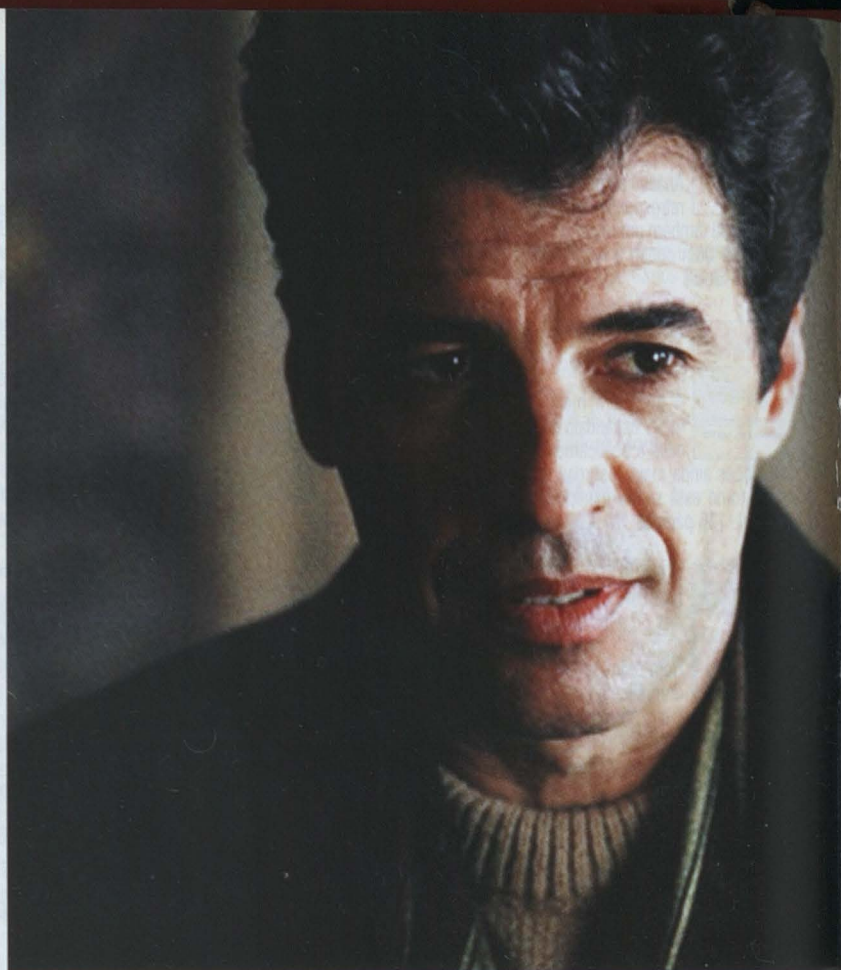
ATENÇÃO: O frete será cobrado à parte no valor de R\$ 2,50 por livro e o prazo máximo de entrega em 20 dias. Consulta prévia nas remessas rápidas, para o exterior e nos pedidos acima de 10 exemplares.

Tendo como pano de fundo a realização de um congresso no início de julho, em Porto Alegre, e que estabeleceu um documento com mais de 60 sugestões para a melhoria do nosso combalido cinema, o ator Paulo Betti - protagonista do indefectível e canastrão detetive Ed Mort no filme homônimo,

Paulo Betti:

O cinema brasileiro

e do fanático Zé Lucena em *Guerra de Canudos* - conversou com **cadernos** a respeito da suposta recaída do nosso cinema e da sua possível revitalização, incluindo desde um maior envolvimento do Estado até a criação de novas parcerias com sua co-irmã, que vai muito bem das pernas, a televisão



Márcio Paschoal

Fotos: Divulgação

NO INÍCIO DE MÊS DE JULHO, em Porto Alegre, foi realizado o 3º Congresso Brasileiro de Cinema, que terminou produzindo um documento que mistura protesto e ação. O texto final reproduziu a insatisfação dos envolvidos em cinema com a política audiovisual do governo Fernando Henrique Cardoso, estabelecendo um diagnóstico sombrio para o mercado brasileiro e sugerindo 69 medidas para incentivos ao setor. A idéia central de todos os participantes no encontro (cerca de 50 entidades representativas) girava em torno de um esforço conjunto que permitisse à atividade cinematográfica nacional deixar de ser cíclica e se fundamentar, de uma vez, como indústria.

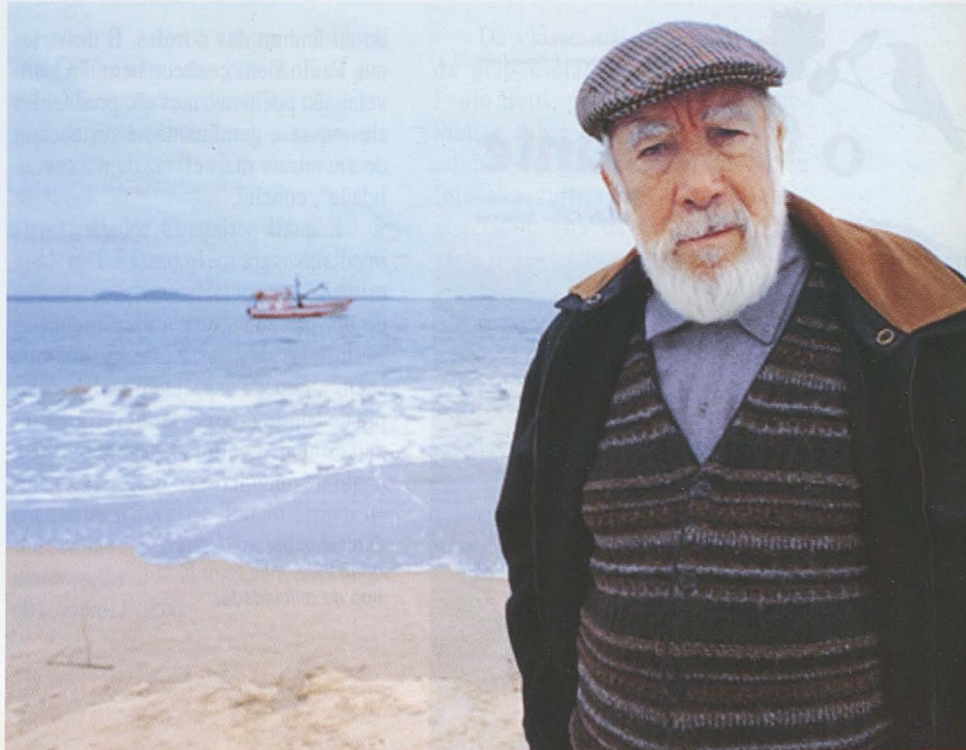
Apesar de criticada em diversos aspectos, a Lei do Audiovisual teve sua manutenção defendida. No dizer do cineasta Cacá Diegues, presente ao evento, a lei é um avanço que, mesmo tendo se mostrado como uma máquina emperada, deve ser tratada como uma conquista, uma espécie de reserva ecológica

que não pode ser tocada. Outro ponto importantíssimo ressaltado no encontro dizia respeito ao número de cotas obrigatórias de exibição de filmes brasileiros na televisão. Com ênfase na reformulação das relações entre cinema e televisão, os participantes apostaram suas fichas na criação de uma nova parceria entre os dois meios de comunicação, visando, entre outras coisas, à expansão do mercado interno.

A verdade é que a televisão não tem nenhum trabalho diretamente relacionado com incentivos fiscais voltado para o cinema nacional. O próprio governo não manifesta seu interesse em fomentar a apresentação de filmes brasileiros nas emissoras de tevê. Entre telas quentes e sessões-de-gala da vida, bem que poderia haver uma maior boa vontade com o nosso cinema, principalmente se levarmos em conta a excelência da safra de novos cineastas que está surgindo.

Sobre tal assunto, ou seja, do aparente e bem-vindo renascimento do nosso cinema, o ator e diretor Paulo Betti declara: "O cinema brasileiro vive de espasmos, que classificam como renascimento. Claro que a produção e a visi-

na UTI



bilidade de alguns filmes que concorreram ao Oscar são bons sintomas, mas pouquíssimos filmes estão sendo rodados. O certo é que vivemos agora a resaca". Verdade seja dita, a produção nacional é, no momento, irrisória, se quisermos alcançar os mínimos patamares de indústria do setor.

Cinema e televisão, uma parceria alternativa

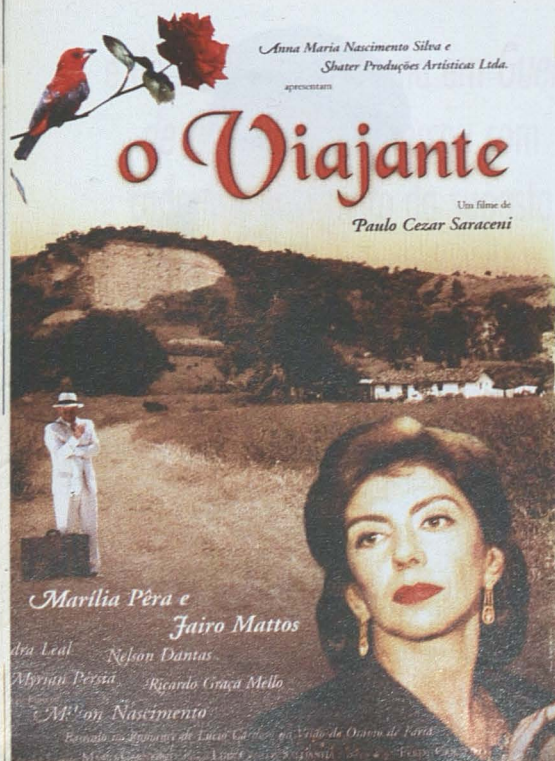
Sobre a aliança entre a tevê e o cinema, Paulo Betti é enfático: "O cinema brasileiro precisa de um aliado forte que só pode ser a televisão. A tevê é

uma concessão pública, tem obrigações institucionais. Como é pública, deve atender a questões culturais, portanto deve sofrer uma taxação em seu faturamento que deve ser direcionado para o cinema."

Outro problema é o da ajuda urgente aos independentes: "A produção televisiva deve ser regulada, ela não pode produzir 100% do que veicula, precisa comprar de produtores independentes, ampliando a multiplicidade cultural que o cinema tão bem representa", assegura Paulo. Um bom exemplo da força e da segmentação das produções de televisão pode ser encontra-

salvação. Se continuar essa guerra de audiência entre os filmes estrangeiros com a compra de sucessos, vamos virar todos dubladores!", ameaça o ator.

Ainda outro aspecto fundamental que foi revisto no Congresso trata do financiamento dos filmes e da falta de estímulos para a produção nacional. E um dos fatores, responsável direto por tais entraves, reside no chamado preconceito que o brasileiro tem por seus filmes. O cineasta Nelson Pereira dos Santos costuma dizer que o espectador brasileiro estranha quando entra num cinema e ouve a nossa língua. Ele está condicionado a ler filmes, não a ver.



do no âmbito das novelas. E desse tema, Paulo Betti conhece bem: "As novelas são positivas, mas são produzidas em massa e geralmente se distanciam de um retrato mais eficaz da nossa realidade", conclui.

E quais seriam as soluções mais imediatas para o impasse? Um bom primeiro passo talvez fosse a criação de um mecanismo de inibição com as enxurradas de filmes estrangeiros que caem sobre os espectadores. "A compra de filmes do exterior deveria ser taxada e mais controlada, porque senão, daqui a pouco, nós, os atores, não tere-

mos espaço nem nas novelas, nossa tábua de

Quando vê um filme nacional, estranha. A linguagem, a paisagem. Está acostumado a ver as ruas de Nova Iorque, quando vê Nova Iguaçu não gosta. Paulo Betti reforça a tese argumentando que o que mais se ouve quando um filme nacional agrada é "nossa, tão bom que nem parece brasileiro!"

O que acontece é que o orgulho nacional com referência ao produto "cinema brasileiro" anda por baixo. E não é só nesse campo: "A auto-estima do nosso povo quase inexistente, e não está só relacionada com o cinema, mas tem muito a ver com ele. Quando o sujeito entra no cinema, já passou por milhares de placas em inglês. Está acostumado com o ritmo e quer escapar do seu dia-a-dia. E nossos filmes ameaçam aquela hora-e-meia de

fuga, esfregando na cara a sua própria realidade. É um beco aparentemente sem saída. Temos que fazer um esforço concentrado e coordenado para revitalizarmos nosso cinema. E temos que fazer muitos filmes para que possamos aprender", ensina.

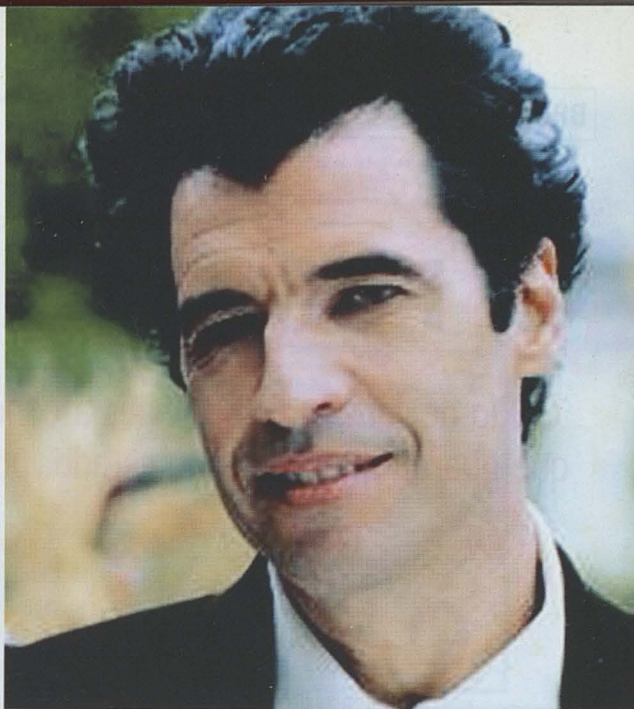
A omissão da maioria das empresas em relação à cultura

E para que isso aconteça, a participação das empresas torna-se essencial. Embora o que aconteça na prática seja o inverso. As empresas não estão lá muito

Paulo Betti: peregrinações infundáveis para alcançar financiamento à produção cinematográfica brasileira

briria mão de arrecadar para fomentar as atividades culturais). A pergunta é por que o governo não distribui ele mesmo, diretamente esse dinheiro?"

De tão óbvia, a resposta assume ares de mistério. Se é assim tão fácil e o negócio é complicar, passa-se então a acreditar que alguns interesses escusos possam explicar os



interessadas em aplicar na cultura, porque, de uma forma geral, não têm o interesse em deixar visíveis seus faturamentos. Para os grandes sonegadores aplicar em cultura é inviável, sem contar ainda que o cinema ainda é considerado uma atividade de risco.

Outro círculo vicioso que se nota é que as grandes corporações criaram suas próprias fundações e recebem o benefício das leis, posando de mecenas.

Paulo Betti aponta uma das principais causas da deficiência dos apoios institucionais aos projetos relacionados à cultura: "A Lei do Audiovisual é perversa. O artista aprova seu projeto no Ministério da Cultura e é obrigado a mendigar nas empresas o dinheiro da renúncia fiscal (que é o que o governo a-

metodos. O atalho é sempre a distância mais longa entre dois pontos. E de atalhos e incorreções está repleta nossa antiquada produção cultural, notadamente no que tange ao velho e exaurido cinema nacional.

O recente Congresso Brasileiro de Cinema de Porto Alegre mostrou que, pelo menos diante das mazelas, a classe mostra-se unida e pensante.

Desde os mais antigos, como Luiz Carlos Barreto e Cacá Diegues, até os novos, como Beto Brant, passando pelos polêmicos, como Guilherme Fontes e os independentes, como Simião Martiniano, Afonso Brazza e Talício Sirino, todos marcaram suas presenças com amor e vida dedicados ao cinema e uma única vontade de acertar.

Da classe artística, representada pelo esclarecido e participante Paulo Betti, podemos esperar o melhor, e sobre os caminhos e desaminhos do cinema brasileiro e seu futuro a curtíssimo prazo (permanência ou alta da UTI), tendo em vista todas as dificuldades de apoios governamentais confiáveis e bem-intencionados, a saída aponta para a união da classe e dos que fazem cinema no Brasil em torno de diretrizes básicas envolvendo novas parcerias com a televisão e, principalmente, uma maior participação efetiva do Estado.

Afinal, uma coisa parece certa: o governo só se mexerá se o cinema brasileiro se mexer. ■

O resgate da memória

O Rio de Janeiro está prestes a conquistar uma sede definitiva para a instituição que guarda a memória do estado, principalmente dos tempos da repressão militar

Alvaro Neiva

SE DEPENDER DE JESSIE JANE VIEIRA DE SOUZA, doutora em história e diretora do Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (Aperj), os versos "O tempo, página infeliz da nossa história, passagem desbotada na memória das nossas novas gerações", cantados por Chico Buarque, na música *Vai passar*, se tornarão menos verdadeiros. Ela luta para conquistar uma sede definitiva para a instituição, em respeito à importância histórica do seu acervo.

Fundado em 1931, o Aperj nunca teve uma sede própria e, por isso, é obrigado a peregrinar por prédios públicos. Desde 1990, o Arquivo já se mudou três vezes: de um prédio do Tribunal de

Contas, em Niterói, para um prédio da Cedae, no centro do Rio, até a sede atual, na praia de Botafogo, emprestada pelo Metrô Rio.

Jessie Jane assumiu a direção da instituição em janeiro de 1999 com o objetivo de interromper esta circulação, conseguindo uma sede definitiva, que possuía instalações condizentes com sua importância, abrigo da história social e política do estado desde a década de 20. "É um crime contra a cidadania este acervo não ter uma sede fixa", diz a diretora do Aperj.

Em conversa com o jornalista Moacir Werneck de Castro, surgiu a idéia de transformar o antigo prédio da Polícia Central e do Departamento de Ordem Político-Social (Dops) na sede do Arquivo. Em março do ano passado,

Moacir Werneck lançava sua proposta na mídia, argumentando que grande parte da documentação do acervo foi gerada naquele prédio, um marco importante na história recente do país.

Outro argumento utilizado é o de que o prédio não é apenas uma referência histórica, mas também artística, retrato de um período marcante da nossa arquitetura. O autor do projeto foi Heitor de Mello, um dos mais conceituados arquitetos brasileiros do início do século. O prédio, na esquina da rua da Relação com a rua dos Inválidos, no centro da cidade, é tombado pelo Patrimônio Estadual. "Aquele prédio é um documento histórico e artístico, por isso é o objeto da nossa cobiça", explica Jessie Jane.

Foto: Ricardo Leoni / Agência O Globo

Tesouro da memória nacional

Como uma das principais preocupações do Estado neste século foi vigiar e perseguir qualquer movimento que representasse uma ameaça ao status, a documentação do Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (Aperj) conta um pouco da história dos movimentos sociais do país. Por isso, pode-se dizer que a história da esquerda brasileira está amplamente registrada ali. Qualquer pesquisa sobre o Partido Comunista ou as organizações rebeldes do período da ditadura militar não pode prescindir dos dados contidos no acervo do Arquivo.

Entretanto, as organizações de esquerda não são as únicas com documentação no Aperj. Há dados ainda sobre movimentos mais amplos, como "O petróleo é nosso", e o movimento feminista do início do século. Surpreendentemente, o Arquivo guarda até informações de grupos de extrema direita, como os integralistas.

Dentre as personalidades da política nacional fichados pelo Estado durante todas estas décadas, e duas ditaduras, Jessie Ja-

A documentação do Arquivo sobre Chico Buarque inclui a análise de algumas de suas músicas, sobretudo o que elas poderiam ter de subversivo

ne destaca Prestes como o grande personagem: "Prestes é o espectro que ronda o Arquivo." A documentação sobre ele é das mais amplas, incluindo documentos íntimos, como cartas pessoais e até fotos de uma comemoração de seu aniversário.

Grandes nomes da vida artística nacional também figuram naqueles prontuários. A documentação sobre Chico Buarque, por exemplo, inclui uma detalhada análise de algumas de suas músicas, sobretudo o que elas poderiam ter de subversivo. As vidas de Portinari e Di Cavalcanti também estão registradas no Arquivo, assim como alguns de seus trabalhos: os pintores modernistas ilustraram algumas cartilhas para o Partido Comunista. Por isso, Jessie Jane afirma que naquele acervo estão presentes alguns tesouros da memória nacional.





Na foto acima, o prédio que abrigou a Polícia Central no início do século e o Dops durante a ditadura militar deve ser a sede definitiva do Aperj

Da proposta de ocupação das antigas instalações do Dops, consta ainda a criação de um espaço cultural, com salas para projeção de vídeo e para exposições, auditório e anfiteatro, entre outras coisas. Simultaneamente, Jessie Jane pretende reforçar a parceria que vêm mantendo com as universidades, em um trabalho de valorização da pesquisa.

Resistências

A demora no andamento do projeto aconteceu em função de uma certa objeção da Polícia Civil em ceder o prédio, que atualmente está sob sua administração. Mas as maiores resistências já foram ultrapassadas e Jessie Jane acredita que brevemente o governador Anthony Garotinho irá autorizar a mudança. O projeto de captação de recursos para a realização das reformas

necessárias já está pronto, aguardando apenas a publicação da medida no *Diário Oficial*.

Jessie Jane considera necessário que Estado e sociedade construam um pacto pela preservação da História. "Não há no Brasil uma política de preservação de documentos e, em maior âmbito, da memória do país." Segundo ela, existem três memórias: a oficial, referente ao Estado; a popular, dividida pelos diversos segmentos sociais; e a individual. No entanto, só há um compromisso conjunto que pode garantir a preservação de todas estas memórias. A conquista de uma sede definitiva para o Aperj poderia ser o primeiro passo para a realização desse pacto.

Além de preservar a História, o Arquivo é importante por disponibilizar direitos. Sua documentação poderia ser usada, por exemplo, como prova em um processo contra a União. Mas o número

DIVISÃO DE ANÁLISE - DIG/DGIE

Memo Nº 12/75-DIVAN Em 19 de agosto de 1975.

Do Diretor da Divisão de Análise.
Ao Diretor da Divisão de Arquivos.
Assunto: Faz solicitação.

Senhor Diretor,

Solicitamos os bons ofícios de V. Sa. no sentido de nos informar e que consta a respeito dos indivíduos infra relacionados:

Fernando Gasparino Ferreira Galaz, João Maia, Paulo Canabrava, Paulo Freitas, Beatriz Brásio (ou Brásio), Roper Humrill, Antonio Candido de Mello e Souza, Celso Furtado, Fernando Henrique Cardoso, May da Costa Santos, Newton Carlos e Carlos Pires de Melo.

Atenciosamente,

CPIA DIVAN: Ref: Livro "Modelo Peruano"

S.S.P. D.I. S.º 12/75-41
35

O Arquivo Público dirigido por Jessie Jane (foto à dir.) está repleto de documentos que comprovam a natureza totalitária e repressiva da ditadura, mas, também, a sua incapacidade até mesmo para exercer o poder discricionário.

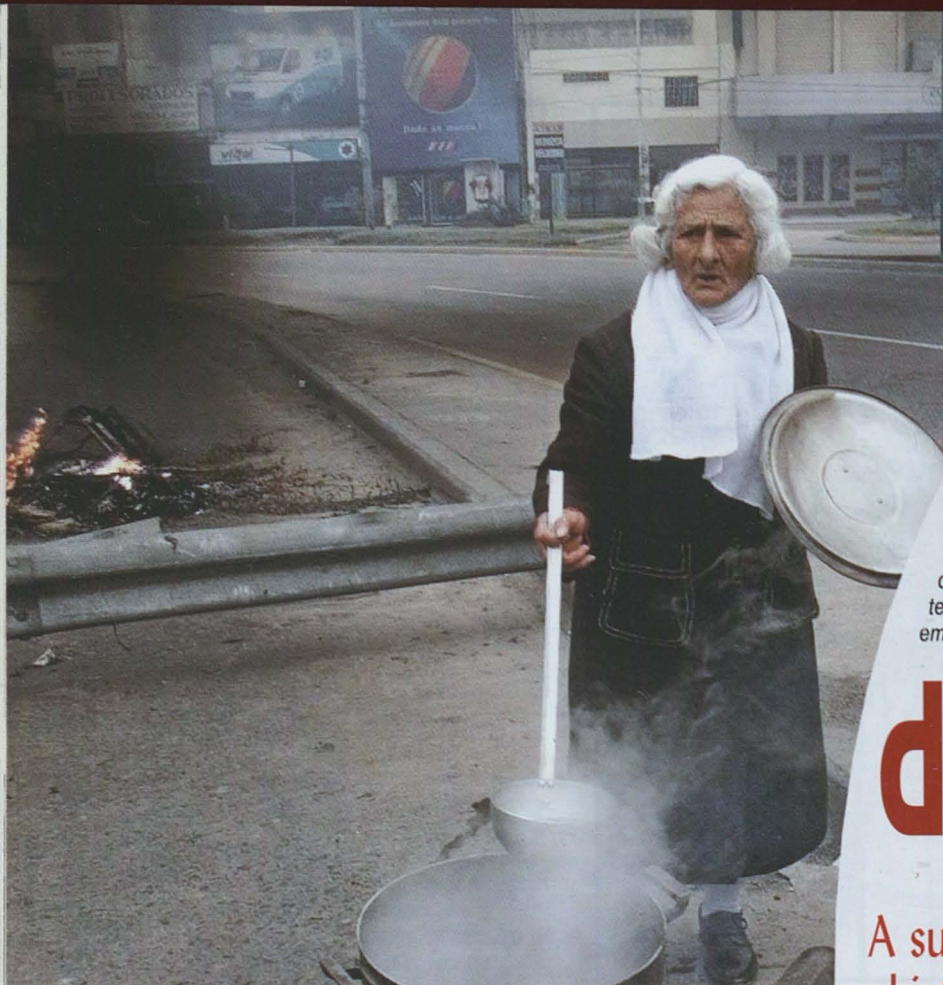


Foto: Rubia Cavalcanti

Alguns são confusos e sem sentido, como o que aqui transcrevemos (fax-símile - foto ao alto) que se encontra no Prontuário 43.139/69 da Divisão de Análise - DIG/DGIE do Dops. 'Modelo peruano' é o título de um livro do jornalista Neiva Moreira sobre a experiência de um governo militar progressista no Peru, publicado nos anos 70

de consultas ao seu banco de dados ainda é relativamente pequeno: apenas 1.800 pessoas já pesquisaram nele, número inexpressivo em comparação com as mais de 400 mil pessoas fichadas.

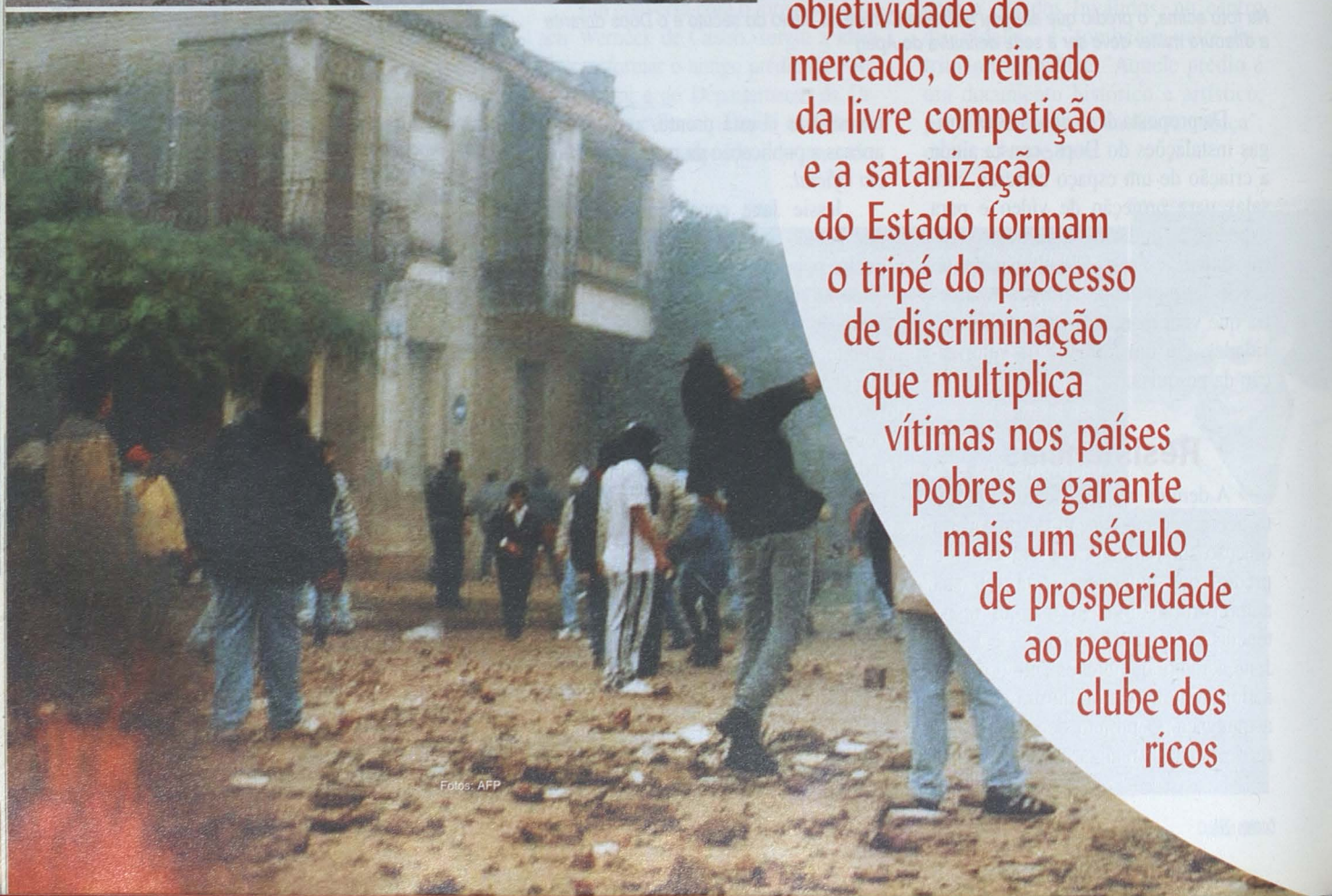
Jessie Jane, que ficou presa por nove anos durante a ditadura militar, por causa de sua militância política, disfarça a emoção ao lembrar do período. "Eu separo o lado pessoal do profissional, mas não se deve esquecer que este trabalho também é sobre a vida das pessoas. Cada prontuário reflete a história de uma pessoa." ■



A onda neoliberal que varre os países do Terceiro Mundo tem um elevado custo social e econômico. Países como a Argentina, antes potências industriais de médio porte, hoje sofrem um processo de desmantelamento de seu parque industrial, de fuga de cérebros e de paralisação das linhas de pesquisa. Os segmentos mais esclarecidos e organizados dessas sociedades têm reagido, de diferentes formas, com manifestações de rua, greves, ocupação de prédios públicos, etc, e, mais recentemente, tentando articular suas estratégias de luta em nível nacional e até internacional

desmonta

A suposta objetividade do mercado, o reinado da livre competição e a satanização do Estado formam o tripé do processo de discriminação que multiplica vítimas nos países pobres e garante mais um século de prosperidade ao pequeno clube dos ricos



Fotos: AFP



Capa

Globalização dependente economias nacionais

NESTA EDIÇÃO, VOLTAMOS AO CADA VEZ MAIS PRESENTE TEMA DA GLOBALIZAÇÃO NEOLIBERAL QUE VARRE O TERCEIRO MUNDO - o conjunto dos países em desenvolvimento, também chamado hoje de Sul - instalando a calamidade naqueles de economia menor e desarticulando perigosamente outros, que, a exemplo do Brasil, se encontram em nível mais avançado de industrialização e contam com grandes contingentes populacionais.

Os alicerces do novo ciclo econômico que as nações centrais querem instituir no mundo incluem a primazia de uma visão de mercado, na qual o papel dos países pobres ou emergentes é de centro importador e fonte de matérias-primas, um novo desenho que numerosos críticos não hesitam em definir como um ativo processo de recolonização.

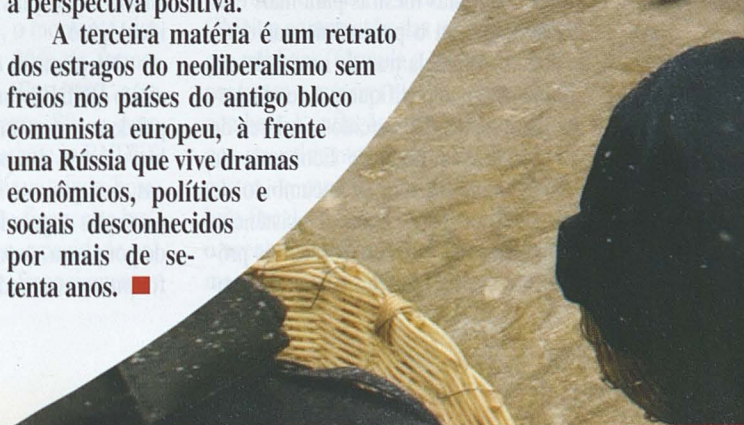
Neste quadro que se vem desenhando, incluem-se os processos de desestatização e de eliminação dos meios autônomos de fomento industrial, impondo-se o predomínio de empresas internacionais nos serviços públicos e expondo-se a indústria, os serviços e a agropecuária a uma concorrência insuportável.

O mercado protegido, os planejamentos nacionais de curto, médio e longo prazos, as prioridades sociais e os mecanismos de estímulo econômico - tudo tende a ir pelos ares, na proporção da adesão dos governos nacionais ao grande projeto gerado pelo restrito grupo das economias dominantes.

O leitor acompanhará, em primeiro lugar, uma matéria de Álvaro Queiroz sobre o BNDES, o grande banco brasileiro de fomento identificado com o desenvolvimento nacional e que vem sendo conduzido a abdicar de sua natureza e a aliar-se às políticas de internalização dos princípios neoliberais. É uma perspectiva pessimista.

A segunda matéria consiste numa entrevista exclusiva do economista Samir Amin a Beatriz Bissio, que proporcionará ao leitor fecundas reflexões sobre o processo que parece desestabilizar o mundo dos que ainda sonham em crescer. Um processo agressivo, porém, que desperta reações cada vez mais eficazes, como fica bem claro nas respostas do economista egípcio, e que, pela extensão do conjunto de injustiças que tenta estabelecer, pode levar a um refluxo, permitindo às nações abaladas retomar nas mãos a história que querem viver. Esta é a perspectiva positiva.

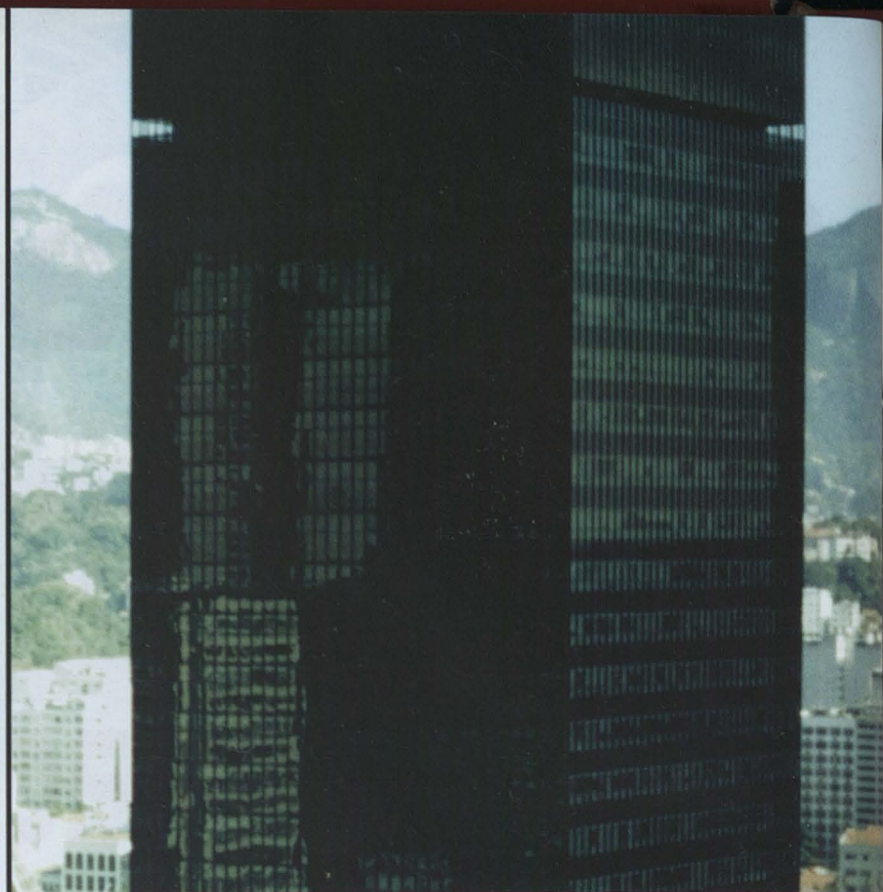
A terceira matéria é um retrato dos estragos do neoliberalismo sem freios nos países do antigo bloco comunista europeu, à frente uma Rússia que vive dramas econômicos, políticos e sociais desconhecidos por mais de setenta anos. ■





Capa

Instituição vital
na industrialização
brasileira, o banco
de fomento é levado
a descaracterizar-se
pela política neoliberal
e corre o risco
de desaparecer como
instrumento de apoio
ao desenvolvimento
nacional



BNDES, mudando

Álvaro Queiroz

O BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL (BNDES) foi incluído na lista das instituições financeiras oficiais que o governo pretende privatizar, a conselho da empresa de consultoria internacional Bozz Allen Hamilton, cujo estudo oferece as linhas mestras para mais esta investida contra o patrimônio nacional. O documento nada traz de novidade em argumentos que justifiquem a venda dessas instituições. Conhecidos titulares de colunas nas editorias de Economia da grande imprensa têm se incumbido de reproduzi-los com grande insistência, encampando-os como se fossem os próprios autores do trabalho, aliás um repo-



Foto: Procópio Mineiro

Símbolo antigo do estímulo ao desenvolvimento nacional, o BNDES vem tendo as funções alteradas, priorizando até mesmo o financiamento à desnacionalização da economia

sitório de falácias mescladas com fuxico ideológico.

Na primeira década de sua existência, o BNDES tinha como fonte principal de recursos um imposto adicional sobre a renda das pessoas físicas e jurídicas, aos quais se somavam reservas técnicas das seguradoras e das instituições de poupança. A partir de 1956, até 1970, foram acrescentadas as reservas monetá-

rias proporcionadas pelo Imposto sobre Operações Financeiras (IOF). Depois de 1970, o banco passou a contar com um fluxo mais estável de fundos de poupança compulsória de custos baixos (Programa de Integração Social e Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público - PIS/Pasep) e, depois de 1988, a nova Constituição abria espaço para o Fundo de Amparo ao Trabalhador

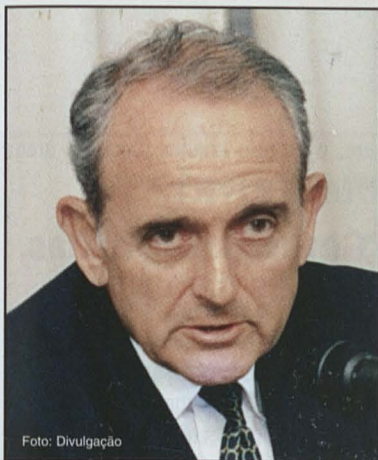


Foto: Divulgação
Francisco Gross, presidente do BNDES

(FAT), com as contribuições do PIS/Pasep destinadas ao financiamento do programa de seguro-desemprego e a incentivar projetos de geração de novos empregos.

A Constituição estabeleceu, ainda, que o mínimo de 40% dos recursos do

financiar a aquisição de máquinas e equipamentos de fabricação nacional e importações de bens de capital.

3- BNDES Participações (BNDESPar), que participa como acionista em projetos da iniciativa privada considerados prioritários.

de longo prazo para investimentos produtivos.

Do fomento aos negócios

Foi ainda nos anos 80 que o banco passou a transitar de agência de fomento, que durante mais de 30 anos deu suporte decisivo - técnico e financeiro - às políticas de crescimento e de desenvolvimento, para banco de negócios.

Essa tendência intensificou-se na década de 90, quando os governos Collor e Fernando Henrique Cardoso escolheram para o Brasil o caminho neoliberal radical, do fim do Estado chamado empresário e da sua substituição, no domínio econômico, pela iniciativa privada. O primeiro golpe nas empresas estatais foi desfechado pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) através de uma resolução que proibiu o BNDES de conceder-lhes empréstimos, em nome da prudência diante de supostos exemplos de desperdícios de recursos de agências públicas para projetos de "qualidade duvidosa".

Associadas a esta proibição do CMN, a compressão das tarifas de serviços públicos (fórmula a que os governos passaram a recorrer sistematicamente no combate à inflação) e o corte drástico nos investimentos, com a limitação dos gastos de capital - em nome do equilíbrio fiscal - tiveram como consequência o acentuado declínio dos índices de formação bruta de capital na infra-estrutu-

de natureza

FAT seriam alocados ao BNDES para aplicações em programas de desenvolvimento econômico. Hoje, as contribuições originárias do PIS/Pasep correspondem a 90% dos novos recursos à disposição do banco, aos quais se acrescentam financiamentos externos a taxas de juros reduzidas.

Criado para apoiar o crescimento

O Sistema BNDES, em suas grandes linhas, está assim estruturado:

1- Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), para dar suporte a projetos básicos de desenvolvimento da economia nacional

2- Agência Especial de Financiamento Industrial (Finame), destinada a

Desde que surgiu, em 1952, até o ano de 1993, o BNDES concedeu à indústria, à agricultura e pecuária, para empreendimentos na infra-estrutura e outros, um volume de financiamento da ordem de 210 bilhões de dólares, destacando-se a indústria, com 118,2 bilhões. A infra-estrutura absorveu, no período, 73,8 bilhões; a agricultura (a partir de 1980), 3,09 bilhões, e outros 14,8 bilhões.

Entre 1975 e 1985, o montante dos empréstimos chegou a 20% da formação de capital no país. Em 1980, esse percentual declinava para 8% e para 2,2% em 1992. Não obstante, o BNDES continuava, como continua ainda hoje, sendo a única instituição financeira brasileira dotada de poder e capacidade para conceder créditos e financiamentos



O governo, ao prestar obediência ao neoliberalismo radical, deixou o Brasil sem metas e sem prioridades, sem políticas setoriais. Passaram a valer os caprichos do mercado. Para que serve um banco de desenvolvimento, se o governo promove o retorno do país a um passado colonial do qual já mantínhamos grande distância?

ra, ainda hoje abandonada à própria sorte, envelhecida e ultrapassada.

Eram sinais cada vez mais nítidos de que, a partir dali, o governo abandonava o desenvolvimento como meta permanente do país e distanciava cada vez mais o BNDES das finalidades que inspiraram a sua criação.

Ao dar maior rapidez à exposição externa da economia brasileira, o governo forçou a chamada inserção competitiva na economia mundial, para a qual a empresa nacional revelou-se absolutamente despreparada. Deu-se maior impulso às privatizações. Tão rapidamente quanto nunca se registrara em qualquer outro país que procurava substituir o Estado pela iniciativa privada através de

uma nova institucionalidade econômica, o governo vendeu, a preços vis, a maior parte das empresas que operavam na infra-estrutura, substituindo-as nos setores estratégicos e altamente lucrativos, não por empresas de capital nacional, mas pelo capital estrangeiro.

O BNDES já estava em outra esfera. Simultaneamente ao proclamado propósito de apoiar o fortalecimento e a internacionalização das empresas de capital brasileiro para competirem nos diversos mercados, o banco deixava definitivamente de operar como instituição de fomento para se consolidar como banco de negócios, sobressaindo como gestor das privatizações. Quer dizer: às criaturas que criou e fez se desenvolve-

rem, o próprio criador jogou na arena para saciar os leões famintos.

Governo sem metas, país sem rumo

Seja na frente interna, seja na frente externa, o que se verificou foi o abandono também das empresas privadas de capital nacional à voracidade da crise. E com a venda das principais estatais, em grande parte financiada pelo próprio banco - e com recursos da poupança compulsória nacional -, o BNDES fez tábula rasa de suas próprias metas e prioridades, que contemplara antes como instituição de fomento. É que o governo, ao prestar obediência ao neoliberalismo radical, deixou o Brasil sem metas e sem prioridades, sem políticas setoriais.

Passaram a valer os caprichos do mercado. Para que serve um banco de desenvolvimento, se o governo promove o retorno do país a um passado colonial do qual já mantínhamos grande distância? No novo contexto, de desconstrução, o BNDES encontrou nova vocação, bem diferente daquela que o revelou capaz, competente, eficiente e eficaz nas ações: agora, é o fomento à especulação.

Na fase em que os governos estavam empenhados em fazer o Brasil crescer e se desenvolver, os dirigentes e os execu-

BNDES - Empréstimos por setor (1952-93, em US\$ milhões)

Período	Indústria	Infra-estrutura	Agropecuária	Outros	Total
52-56	135,6	1.214,7	-	41,1	1.391,5
57-61	1.329,0	1.370,7	-	62,3	2.762,1
62-66	2.926,9	333,4	-	58,1	3.318,5
67-71	5.407,0	2.278,2	-	730,1	8.415,4
72-76	33.921,7	8.913,7	-	1.901,9	44.737,5
77-81	34.144,1	26.029,1	130,4	3.057,0	63.360,7
82-86	20.531,5	13.255,7	214,6	6.238,1	40.240,1
87-91	21.902,9	8.513,8	1.245,6	2.354,9	42.217,4
92-93	5.228,3	2.538,1	1.531,5	306,8	9.704,9

Investindo na infra-estrutura econômica

O BNDE (sem o S de Social) foi criado em 1952 com o objetivo de levar o desenvolvimento aos setores básicos da economia brasileira, primeiramente transportes e energia elétrica; mais tarde, máquinas operatrizes, siderurgia, indústria petrolífera, energia da biomassa etc., para dar suporte ao processo de industrialização e torná-lo cada vez menos dependente de importações e de recursos financeiros externos. Era, então, e assim ainda hoje, a única fonte de financiamento a longo prazo e instituição-chave no processo de formação de capital na infra-estrutura econômica do país.

Antes, porém, de se consolidar como banco de fomento, o BNDES era um simples órgão técnico sugerido pelo governo dos Estados Unidos para levar a cabo um programa de desenvolvimento econômico preparado pela Comissão Mista Brasil-EUA, com o apoio do então Banco

Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento (Bird), hoje Banco Mundial.

No começo dos anos 70, em meio aos transtornos causados pelo primeiro choque do petróleo, o governo incumbiu o BNDE da missão de executar uma política de substituição de importações nos setores de bens de capital e de insumos básicos - produtos químicos e petroquímicos, papel e celulose, alumínio, fertilizantes, aços especiais, álcool - e máquinas e equipamentos, complementando a substituição praticamente concluída nos segmentos de bens de consumo.

Em 1982, o banco incorporou a palavra Social, passando à denominação de Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), para atuar como instituição voltada para ações também no campo social.

tivos da instituição deram muito de si próprios e mostraram ao mundo aquilo de que somos capazes. Eram cabeças brasileiras a serviço do país, interessados no aumento da riqueza nacional.

Aprendizes de tecnocratas egressos de universidades americanas e inglesas como Princeton, Harvard, Oxford e outras mais e menos famosas, alheios ao país, hoje são as cabeças que mandam no banco. Neoliberais por formação e por lavagem cerebral, entendem que o apoio à empresa nacional não passa de prática sem sentido e protecionismo que não combina com as leis do mercado. Que a empresa nacional procure ser mais eficiente sem a tutela do governo, sentenciam abertamente.

Presidido, nas três mais recentes gestões, por representantes do mercado financeiro internacional - Pérsio Arida, Lara Resende e, agora, Francisco Gross são os exemplos mais significativos - o BNDES já opera como banco privado, apropriado pelos interesses financeiros internacionais e nacionais. Importa destacar que o Ministério do Desenvolvimento e da Indústria, ao qual o BNDES

está subordinado, tem como titular o Sr. Alcides Tapias, homem ligado às atividades especulativas no mundo das bolsas e no mercado financeiro. No momento, as metas do banco estão concentradas nos estímulos ao mercado de ações, e o meio para isto é a transferência das empresas estatais para empresas estrangeiras via leilões nas bolsas de valores. Ali se esterilizam por processos os mais estranhos os esforços de desenvolvimento do país despendidos durante décadas e décadas. A ordem é privatizar, para dinamizar as bolsas.

Por força da sua nova vocação, o BNDES exclui das suas metas e prioridades as empresas de capital nacional, sejam elas grandes, médias, pequenas ou de microporte. O festejado e repetido apoio à microempresa, portanto, na prática se reduz a simples falácia. Isto fica muito claro a partir da fórmula única para a taxa de juros dos empréstimos: TJL + 2,5% a.a., mais uma taxa de risco, hoje livre e que pode atingir de 10% a 20%, para alegria dos bancos privados.

A nova institucionalidade econômica que o governo vem impondo ao país

inclui a privatização, não apenas do BNDES, mas também do Banco do Brasil, da Caixa Econômica Federal e demais instituições oficiais de crédito e fomento. Falta, porém, a equação política, cuja armação hoje ainda se evidencia difícil, uma vez que, dentro do próprio governo e dos partidos que o apóiam, se produzem movimentos em sentido contrário. São ecos, também, de lideranças empresariais mais lúcidas, que não querem ver sepultadas as esperanças de retomada do desenvolvimento do Brasil e, para isso, lutam pela reversão do quadro atual e pela restauração plena da institucionalidade que deu ao país condições de crescer, desenvolver-se e prosperar.

Fotos: AFP

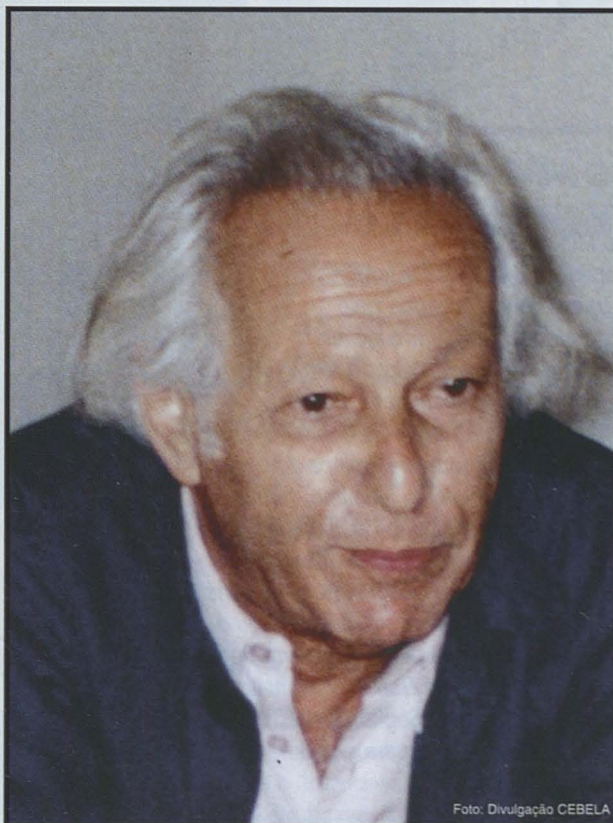


Foto: Divulgação CEBELA

As condições deste fim de século não são as mesmas dos anos 70, mas, na opinião avalizada do economista Samir Amin, um dos coordenadores do fórum internacional para a construção de alternativas ao neoliberalismo, é necessária uma nova frente do Sul para comprometer os países do Norte com negociações sérias sobre o modelo de sociedade que haverá de reger o futuro da Humanidade

SAMIR Amin



**'A VERDADEIRA
DEMOCRACIA
implica a
regulação
do mercado'**



Fotos: AFP

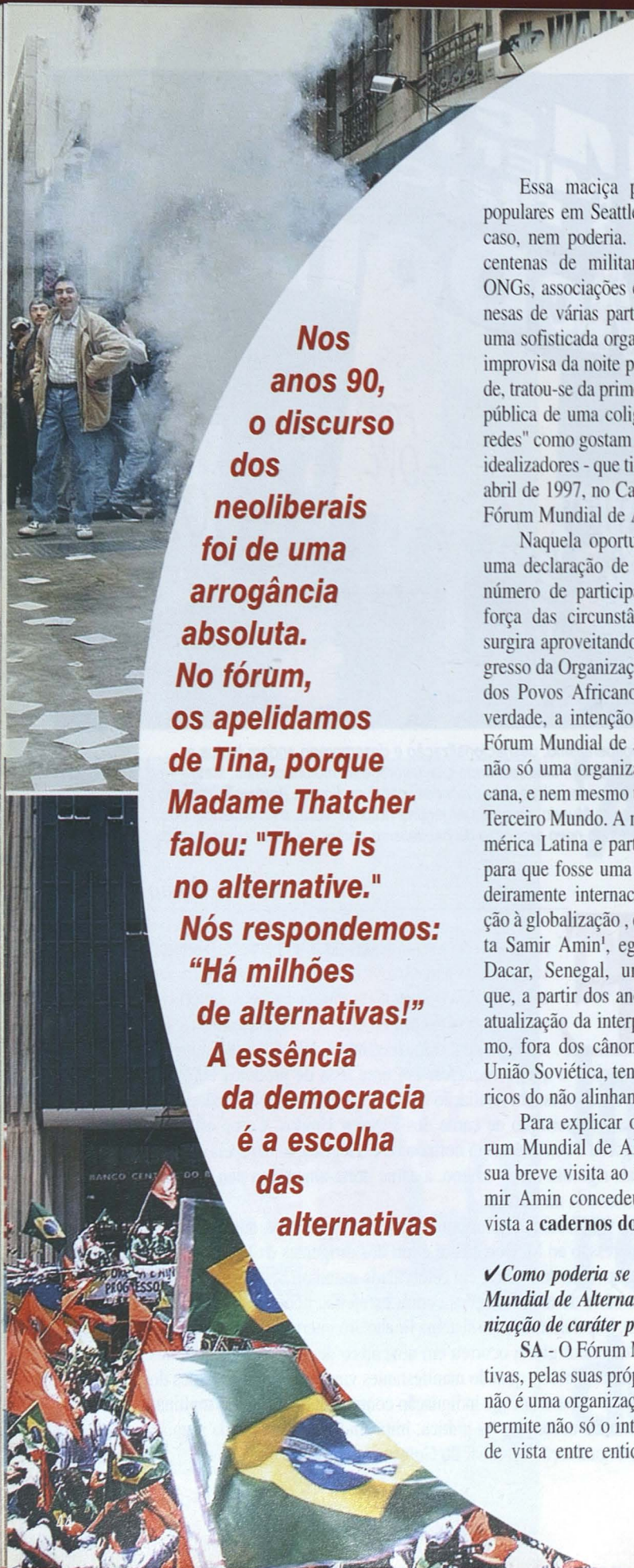
Neoliberalismo, desnacionalização e desemprego andam juntos e representam uma realidade que favorece as multinacionais. Mas, mesmo nos países desenvolvidos, como na França (foto acima) ou do Terceiro Mundo, como na Argentina (foto ao lado), a consciência dos males do novo processo do capitalismo começa a gerar contestação

Beatriz Bissio

EM AGOSTO DO ANO PASSADO, AS TVs DE TODO O MUNDO MOSTRARAM AS IMAGENS DE UMA LANCHONETE DA REDE McDONALD'S NO INTERIOR DA FRANÇA SENDO DEPRÉDADA POR UM GRUPO DE FURIOSOS PRODUTORES RURAIS. Eles estavam reagindo à decisão de Washington de incluir o queijo *roquefort* em uma lista de produtos europeus supertarifados, em retaliação à proibição imposta pela União Européia à importação de carne dos Estados Unidos. Como este país engorda o seu gado com hormônios e a legislação européia é muito mais rigorosa nesse terreno, a carne norte-americana não pode ser consumida na Europa.

O episódio transformou o agricultor José Bové, que comandou a agressão ao McDonald's e é um dos dirigentes da Confederação Camponesa da França, em celebridade mundial. Seu gesto gerou uma série de manifestações contra os efeitos nocivos da globalização, impulsionada pelo sistema financeiro internacional. O momento de maior glória ocorreu em novembro de 1999, em Seattle, nos Estados Unidos, quando manifestantes vindos de todas as partes do mundo mostraram sua indignação contra a dominação das multinacionais e acabaram, na prática, impedindo a realização da reunião da Organização Mundial do Comércio (OMC).





**Nos
anos 90,
o discurso
dos
neoliberais
foi de uma
arrogância
absoluta.
No fórum,
os apelidamos
de Tina, porque
Madame Thatcher
falou: "There is
no alternative."
Nós respondemos:
"Há milhões
de alternativas!"
A essência
da democracia
é a escolha
das
alternativas**

Essa maciça presença de forças populares em Seattle não se deu por acaso, nem poderia. O deslocamento de centenas de militantes de sindicatos, ONGs, associações estudantis e camponesas de várias partes do mundo exige uma sofisticada organização, que não se improvisa da noite para o dia. Na verdade, tratou-se da primeira grande aparição pública de uma coligação - ou "rede de redes" como gostam de chamá-la os seus idealizadores - que tinha sido lançada em abril de 1997, no Cairo, com o nome de Fórum Mundial de Alternativas.

Naquela oportunidade foi adotada uma declaração de princípios, por um número de participantes limitado, por força das circunstâncias. A iniciativa surgiu aproveitando a ocasião do Congresso da Organização de Solidariedade dos Povos Africanos e Asiáticos. "Na verdade, a intenção já era de criar um Fórum Mundial de Alternativas, isto é, não só uma organização asiática e africana, e nem mesmo uma organização do Terceiro Mundo. A meta era incluir a América Latina e participantes do Norte, para que fosse uma organização verdadeiramente internacional" de contestação à globalização, explica o economista Samir Amin¹, egípcio, radicado em Dacar, Senegal, um dos intelectuais que, a partir dos anos 60, se dedicou à atualização da interpretação do marxismo, fora dos cânones da ideologia da União Soviética, tendo sido um dos teóricos do não alinhamento.

Para explicar os objetivos do Fórum Mundial de Alternativas, durante sua breve visita ao Rio de Janeiro, Samir Amin concedeu a seguinte entrevista a **cadernos do terceiro mundo**.

✓ Como poderia se descrever o Fórum Mundial de Alternativas? É uma organização de caráter permanente?

SA - O Fórum Mundial de Alternativas, pelas suas próprias características, não é uma organização centralizada. Ele permite não só o intercâmbio de pontos de vista entre entidades de diferentes

partes do mundo, como também organizar, na medida do possível, instâncias de reflexão sobre as alternativas ao neoliberalismo, alternativas estratégicas e, portanto, de longo prazo. E isso implica definir formas de luta convergentes, em nível local, regional e mundial.

✓ Quais são os aspectos comuns dos participantes do Fórum?

SA - Todos os que participam do Fórum fazem críticas ao capitalismo tal como ele se apresenta no momento atual. Mas nem todos fazem críticas radicais nem muito menos defendem o socialismo. É necessário aceitar que, como instância plural, as alternativas são muito amplas. Pessoalmente, faço uma crítica radical ao capitalismo, e continuo socialista, marxista. Porém, essa é a minha opinião, não a de todos. Se desejamos uma frente contra o neoliberalismo na sua versão atual, é necessário aceitar as diferentes visões estratégicas e as várias análises do capitalismo.

Eu continuo acreditando que a corrente histórica do socialismo e do marxismo é importante, até mesmo decisiva. Mas sei que não é a única. Há outras, como as que se alimentam de valores religiosos, por exemplo.

✓ Nesses anos de vida, o que foi feito?

SA - Foram feitas várias atividades em conjunto. A primeira, em Davos, na Suíça, em janeiro de 1999. Era um "contra-Davos", uma reunião para dizer que o mundo real não é o das transnacionais, dos milionários, banqueiros e governos que estão ao seu serviço. Que o mundo é dos povos que lá estavam representados, simbolicamente, por grandes organizações populares. Da América Latina havia três grandes organizações: o Movimento dos Sem Terra (MST), do Brasil; o Movimento Neozapatista do México, e o Movimento de Mulheres do Canadá. Da África estavam o Movimento das Cooperativas Rurais, que é uma grande organização social de Burkina Fasso, e o Cosatu, os



poderosos sindicatos da África do Sul, que tiveram um papel decisivo na batalha contra a *apartheid*. Da Ásia, participaram os sindicatos da Coreia, que com a sua atuação permitiram dar um conteúdo social à democratização daquele país. Da Europa participaram uma grande organização rural da Holanda, os desempregados - *chomeurs* - da França e representantes do Attach, organização internacional que luta em favor da famosa Taxa Tobin, visando taxar o capital financeiro especulativo.

✓ E atualmente?

SA - O Fórum está agora engajado em outras grandes medidas, uma delas a de produzir um relatório bianual (que no futuro viria a ser anual) sobre *O mundo visto de baixo*. Não é só uma descrição do mundo visto pelas classes populares. Também é um relatório sobre suas lutas e estratégia de luta, explícita e implícita. Ou seja, uma contribuição para a elaboração de estratégias convergentes em todos os continentes.

✓ Como vê a possibilidade de ações na América Latina?

SA - Na América Latina vocês estão em boas condições de agir, porque há mais de uma década funciona o Fórum de São Paulo, que reúne numerosos partidos políticos da esquerda do continente. Eu sei que os partidos da esquerda latino-americana pensam em organizar um diálogo com a esquerda da Europa, em particular com a social-democracia. É útil, mas há outras forças no mundo com as quais deve conversar. A esquerda latino-americana deve compreender que não basta o diálogo com os socialistas e social-democratas europeus.

✓ No passado, com o Movimento dos Países Não Alinhados, houve um grande protagonismo do Terceiro Mundo, que inclusive chegou a pautar a agenda de debate internacional. Como vê a possibilidade de uma ação do Sul, neste momento?

SA - A constituição de uma frente dos países do Sul é um elemento fundamental. Acredito que não haverá mudanças no sistema de poder mundial se não houver uma reconstrução da frente do Sul. E falo em reconstrução porque ela existiu no passado. O mundo atual foi construído pela unidade do Sul em relação ao Norte, a partir da Segunda Guerra Mundial.

A Segunda Guerra foi uma dupla derrota: do fascismo e do velho colonialismo. Foi essa dupla derrota que permitiu durante muitos anos juntar esforços para obter condições menos desfavoráveis para a classe operária e as classes populares. No passado, a frente do Sul foi construída em torno do apoio às guerras de libertação na Ásia e na África. E, mais tarde, na negociação em torno da Nova Ordem Econômica Internacional (Noei) e da Nova Ordem Internacional da Informação (Noii). Essas bandeiras, levantadas pelo Movimento dos Não Alinhados, nos anos 70, propiciaram uma verdadeira negociação entre o Norte e o Sul em torno de temas cruciais da agenda mundial. Hoje em dia, essa página da história está virada. Mas isso não significa que não seja necessária uma nova frente do Sul. Penso que sem isso o Norte não vai mesmo se comprometer com negociações sérias.

✓ Quando falamos em Norte, em termos geopolíticos, incluímos os Estados Unidos e a Europa, fundamentalmente. Mas a Europa hoje tem a maioria de seus países governados por partidos social-democratas, que, pelo menos na sua história política, são muito diferentes dos democratas e republicanos norte-americanos...

SA - Temos que entender o Norte tal qual ele é, com todas as nuances de suas forças políticas. Existe a direita, comprometida com o modelo neoliberal e até uma esquerda constituída por forças social-democratas e até socialistas. Essas nuances podem ajudar em caso de uma negociação.

A essência da democracia

✓ Existem alguns sintomas de que caminhamos nessa direção?

SA - Eu acredito que a idéia está começando a amadurecer. Eu vi isso na negociação da nova Convenção do Grupo de Países ACP² entre a Europa e a África, onde participam a maioria dos países do continente situados ao sul do Saara, a América Latina e o Caribe e um certo número de países do Pacífico. Nessa ocasião, os governos dos países ACP, que têm o mesmo discurso da globalização, seja por que estão convencidos ou por que têm esperanças de vir a ser beneficiários, tiveram uma atitude mais firme. Pelo menos colocaram sobre a mesa algumas dessas questões.

Isso aconteceu também durante a cúpula euro-africana, que já mencionei, e até em outras ocasiões, como na reunião do Movimento dos Não Alinhados em Durban, na África do Sul, em 1998. O Movimento dos Não Alinhados se identificou por procurar a independência em relação às duas superpotências. No mundo de hoje talvez o nome possa soar estranho. Mas, por razões objetivas, estamos agora propondo um não alinhamento em relação à globalização.

✓ Até pouco tempo atrás parecia impossível sequer apresentar a idéia de uma frente contra a globalização. O que mudou?

SA - Nos anos 90, o discurso neoliberal foi de uma arrogância absoluta. Se apresentavam como "sem alternativas". Por isso os apelidamos de Tina, porque Madame Thatcher falou: "There is no alternative." Nós lhes respondemos: "Há milhões de alternativas!" A essência da democracia é a escolha das alternativas. A democracia como eles apresentam é superficial. A possibilidade de escolha fica restrita ao terreno da escolha eleitoral, no contexto de um cenário dominado pelo mercado. Essa é a democracia de "tudo já está definido".



A verdadeira democracia é a liberdade de escolha de projeto societário; não a submissão ao projeto de domínio do mercado. Hoje em muitos lugares do mundo existe uma reflexão profunda sobre a relação entre mercado e democracia. E foi ficando claro que mercado e democracia longe de serem convergentes, como o apresenta o discurso neoliberal, são, ao contrário, conflitantes. A verdadeira democracia implica a regulação do mercado.

✓ *A colocação dos neoliberais de que o Estado mínimo é o mais eficiente, em torno da qual se desenvolveu uma verdadeira guerra ideológica, estaria sendo contestada pelos fatos?*

SA - Hoje está ficando claro que não é possível aceitar o Estado mínimo. Deve-se reforçar o mercado que desenvolve as suas funções de compromisso social, aceitando que a sociedade tem interesses sociais contraditórios, e que são os compromissos que vão levá-la a superar essas contradições. E entre esses compromissos deve estar a regulamentação do mercado.

Não existe, na verdade, um mercado desregulamentado. Ele é regulamentado de uma forma antidemocrática e opaca (não transparente) pelas transnacionais, pelo capital dominante. Deste ponto de vista há um enorme progresso na consciência mundial.

Se a gente observar o que era o discurso da esquerda há dez anos, vemos que tinha absorvido todos os elementos do discurso neoliberal: democracia é igual a mercado e vice-versa. Hoje a situação é diferente. O discurso social-democrata e socialista é outro. Continua moderado, mas já rejeita a visão liberal estreita.

✓ *O neoliberalismo se impôs utilizando-se a força dos meios de comunicação e até por meios mais drásticos. Isso mudou?*

SA - Esse é outro ponto em que a esquerda mudou em relação há dez anos. É a crise de confiança na hegemonia dos

Estados Unidos e a consciência do perigo que ela representa. Os Estados Unidos aparentam ter uma arrogância sem limites, mas tem havido um avanço muito grande quanto à percepção da fragilidade dessa hegemonia e de rejeição à arrogância que eles mostraram nas duas últimas guerras em que intervieram, a do Golfo e a do Kosovo, e a nulidade demonstrada pelos europeus e o seu alinhamento total aos desejos norte-americanos. Isso ajudou a que aumente a consciência do perigo da hegemonia norte-americana.

✓ *Ao mesmo tempo, a economia deles dá sinais de muita vitalidade, reforçando a hegemonia no terreno político e até militar...*

SA - Na verdade, os Estados Unidos são os maiores devedores do mundo. O discurso sobre o milagre da sua economia (mesmo com todos os aspectos sociais negativos que tão bem conhecemos) enfatiza que o desemprego atingiu menos de 4%. Mas omite dizer que esse suposto sucesso é totalmente financiado pelo capital do mundo inteiro, que é absorvido pelos Estados Unidos. Esse capital vem da Europa e do Japão, principalmente, mas também do Terceiro Mundo.

Até mesmo os países mais pobres estão financiando os Estados Unidos, através do serviço da dívida externa. Por isso é tão importante a luta pela abolição da dívida.

A verdade é que os Estados Unidos vivem como parasitas. Temos que nos perguntar por que os europeus aceitam esse parasitismo norte-americano. Sabe porquê? Por medo do Sul. Eles partilham esse medo. Sabem que o perigo é a constituição da frente do Sul, que pode vir a contar com a simpatia e o apoio da Rússia e ainda formar uma grande aliança com a China.

E se isso vier a acontecer, acaba a hegemonia norte-americana e muda a correlação de forças no mundo. E os europeus temem isso.

✓ *Diferentemente do que acontecia há duas décadas, no Terceiro Mundo, em particular na América Latina, os governos são, na sua maioria, democráticos, ou melhor, surgiram de consultas eleitorais. Essa realidade favorece a frente do Sul?*

SA - Neste momento, há uma conjuntura democrática, mas pode acontecer uma nova ruptura institucional. O capitalismo não é nem a favor nem contra a democracia. O capitalismo é a favor do mercado. Se a democracia, em uma dada conjuntura, serve ao mercado, muito bem. Se não, não existe compromisso democrático. É necessário saber que vivemos numa conjuntura democrática, que pode ser seguida por uma conjuntura autocrática. Não podemos acreditar que os capitalistas são democratas.

✓ *Ao terem desmontado o Estado, vendido estatais, desnacionalizado partes vitais da economia, os governos constitucionais conservadores que assumiram o poder na América Latina depois das ditaduras acabaram amarrando as mãos de outras forças políticas de diferente orientação ideológica, que no futuro venham a conquistar o governo. Os instrumentos do Estado para mudar a orientação econômica estão muito debilitados. Isso é perigoso?*

SA - Isso já está acontecendo. Hoje vivemos uma democratização da vida política, com uma certa liberdade de imprensa, o que não é contraditório com o fato de eles deterem o controle da mídia, através do capital dominante. Mas, neste espaço totalmente submetido à lógica de mercado - democracia de baixa intensidade, como eu a chamo - em alguns países o povo já fez a experiência de votar pela esquerda, à procura de uma mudança.

Aí vem um governo de esquerda e diz: "Não podemos fazer nada. Tudo tem que continuar como está", e frustra os anseios do povo. Isso já se viu na Europa, com os socialistas, na América Latina, na Argentina e outros países, e na África, co-

mo o caso recente do Senegal, onde uma eleição provocou uma mudança política aparentemente profunda, mas o novo governo já declarou que não pode fugir do modelo vigente. Vimos isso também na África do Sul, onde a luta contra o *apartheid* foi extremamente forte e a vitória não só contou com o apoio internacional, como milhões de trabalhadores participaram dessa luta. Lá assumiu o governo um homem respeitável como Nelson Mandela, que organizou o gabinete inclusive com a participação do Partido Comunista. Mas esse governo disse que não podia questionar o neoliberalismo.

No Zimbábue, o mesmo movimento de libertação nacional que levou o país à independência acabou aceitando que a reforma agrária não podia ser levada adiante. Agora, vinte anos depois, o governo está implementando essa reforma agrária de forma discutível, sobretudo para manter-se no poder. Mas a necessidade de uma reforma agrária no Zimbábue é real: como é que 5% da população podem ter 80% das terras do país? É inaceitável! E não interessa a cor da pele do proprietário da terra!

Nos países islâmicos, a democracia não está na ordem do dia. Por quê? Porque os governantes sabem que em outras partes do mundo o que há são democracias de baixa intensidade. Então eles podem falar para os seus povos que essa não é a resposta para os problemas; que a resposta está no Islã. Esse é outro problema, mas serve como mais um exemplo para demonstrar a fragilidade da democracia quando o mercado está em questão.

✓ *Mas houve períodos em que o mercado esteve regulamentado...*

SA - Sim, durante todo o período posterior à Segunda Guerra Mundial, de 1945 até 1980, e mesmo até 1990, o mercado esteve dominado seja pelo compromisso histórico entre capital e trabalho - no mundo capitalista desenvolvido (o *welfare state* etc.), seja pelos compromissos que eu chamo "naciona-

lista-populistas" dos governos do Terceiro Mundo. Isso aconteceu no mundo árabe, na América Latina e na África, em regiões onde o projeto de modernização e industrialização capitalista e burguês, como componente principal, teve dimensão social e popular, pela necessidade de um apoio nacional no conflito com o imperialismo. Ou pelo sistema de compromissos históricos socialistas, como era o caso da União Soviética ou da China. As formas de organização das classes sociais populares - seja os partidos políticos e os grandes sindicatos - e as formas de ação, eleições, greves, até mesmo a revolução, tinham nessa época a sua legitimidade. E assim aconteceu tanto nos países do Terceiro Mundo como nos países socialistas, onde o Estado em muitos casos substituiu o papel do capital, que não existia.

✓ *E o que acontece hoje?*

SA - Com as mudanças - a nova revolução industrial, as transformações na organização do trabalho e a transformação da sociedade em seu conjunto -, as antigas formas de organização (partidos políticos e sindicatos, fundamentalmente) perderam eficácia. É isso que deu tanta força ao discurso e às práticas neoliberais. Foi isso que fez com que fossem aceitas formas mais precárias do trabalho, como a flexibilização, e outras muitas iniciativas, que foram legitimando o neoliberalismo. Em resumo, significa aceitar menos Estado, que era apresentado como burocrático, sem eficácia e corrupto.

✓ *O que essas mudanças significaram para a esquerda?*

SA - O desmantelamento do Estado, que em alguns casos foi muito longe, representou uma derrota para a esquerda. Porque o dia que ela conquistar o governo se encontrará sem instrumentos de intervenção. Isso que foi aceito por quase todo mundo há dez anos já não é mais aceito hoje, nem mesmo pelos socialistas e social-democratas europeus, que são muito moderados.

Se a gente observar o que era o discurso da esquerda há dez anos, vemos que tinha absorvido todos os elementos do discurso neoliberal: democracia é igual a mercado e vice-versa. Hoje a situação é diferente. O discurso social-democrata e socialista é outro. Continua moderado, mas já rejeita a visão liberal estreita

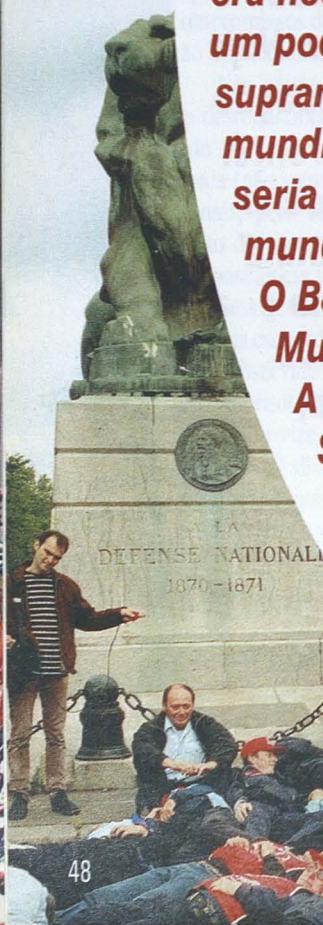
OCDE:
Organisation
Contre la
Démocratie et l'
Environnement

C.C.G.O.C.D.E. - Forum 2000 CNIT
26-28 Juin - Paris, La Défense

Annual Meeting



Há alguns anos, também na esquerda era dominante a retórica de que o Estado nacional estava superado por força da globalização. Alegava-se que era necessário um poder supranacional mundial. Quem seria o governo mundial? O FMI? O Banco Mundial? A OMC? São todos instrumentos da política dos EUA



✓ *Por tudo o que temos visto, parece que as forças políticas de esquerda e os movimentos sociais e populares sabem o que não querem, mas não o que devem colocar no lugar do que aí está...*

SA - O que está acontecendo é que a gente sabe quais são as alternativas. Mas não temos uma estratégia completa para cada etapa. E é por isso que devemos tentar por todos os meios fazer com que as lutas populares em diferentes partes do mundo sejam convergentes. Não creio que as alternativas sejam inventadas pelos intelectuais. Eles contribuem para a cristalização de projetos coerentes na medida em que esses projetos são produzidos pelo processo social, sem o que permanecemos na utopia.

✓ *Quem é, aí, o protagonista?*

SA - A questão que se coloca é a do sujeito na história. Neste ponto há avanços no debate dos últimos anos na esquerda. Na versão do neoliberalismo dominante, o indivíduo se transformou no sujeito da história. Mas também no sujeito do mercado. Porém essa ênfase no indivíduo está sendo negado pelos fatos. Não são os indivíduos que se encontram no mercado, são as transnacionais. E não são os indivíduos que escolhem uma dada profissão, etc. As escolhas estão determinadas pela nacionalidade, classe social, etc. Mas essa ideologia de que o indivíduo é o sujeito da história, muito vulgarizada por Francis Fukuyama³ e outros teóricos do neoliberalismo também esteve muito presente na esquerda. De certa forma é uma recuperação de 1968, ou seja, de um grande movimento, generoso, no entanto individualista. Tem tido um aspecto positivo: a revolta contra as formas da esquerda tradicional, contra partidos não-democráticos, como os antigos partidos comunistas e socialistas.

Agora a esquerda percebe que não se trata de indivíduos, mas que há interesses de classe, interesses nacionais, que continuam a ser decisivos. Eu creio que nessa questão do sujeito da história

tem havido uma certa simplificação na esquerda tradicional, marxista e mesmo social-democrata. O sujeito da história na época do capitalismo era a classe operária. É um dos sujeitos decisivos, efetivamente, mas não o único.

Temos também o exemplo das lutas de libertação nacional, que fizeram das nações o sujeito da história. Durante a guerra de libertação e a revolução, simultaneamente na China, no Vietnã, o sujeito da história era a nação, entendendo por nação as classes populares, que lutavam contra a classe dirigente. É um outro sujeito da história.

E nunca falamos das mulheres como sujeito da história, porque sempre as contemplamos como parte integrante de uma nação ou uma classe. Mesmo a esquerda diz que "as mulheres ou são o-breiras ou são burguesas". Mas podemos dizer que o feminismo - ou o movimento de mulheres, fez, de certa forma, das mulheres o sujeito da história, em determinadas circunstâncias. Ou seja: o sujeito da história muda, se transforma, em cada conjuntura concreta.

Estado nacional versus globalização

✓ *Outra idéia "vendida" pelos liberais é que o Estado nacional perde força com a globalização... Qual é a sua opinião a respeito?*

SA - Há alguns anos, também na esquerda era dominante a retórica de que o Estado nacional estava superado por força da globalização. Alegava-se que o Estado nacional é muito pequeno (mesmo em países do tamanho do Brasil!) e é necessário um poder supranacional mundial. Mas nós não temos os instrumentos para um Estado supranacional mundial. Quem seria o governo mundial? O FMI? O Banco Mundial? A Organização Mundial de Comércio? São todos instrumentos diretos da política norte-americana. Em toda a sua história não foi visto um só gesto de oposi-



ção às políticas dos Estados Unidos. Vejamos o exemplo do boicote a Cuba. Por que ele subsiste? E o embargo ao Iraque, por que ainda continua? Porque são imposições dos Estados Unidos. A mesma coisa com a OMC. Ou seja, na concepção dos Estados Unidos o governo mundial se deve criar, no terreno econômico, através de três instrumentos que ele domina. E no terreno político e militar, com a Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan), que hoje é um instrumento norte-americano. Os europeus assumiram o seu papel de coadjuvantes. Ouvimos aos generais da Otan falar em nome de coletividade internacional. E vimos em Timor os generais australianos - que haviam participado da guerra do Vietnã, bombardeando vietnamitas, posar de libertadores. Creio que isso começa a não ser aceito mais.

Aliás, na África e na Ásia já não é mais aceito por ninguém. Ninguém aceita um tipo de governo mundial, nas mãos da Otan. Na reunião euro-africana já mencionada, a resolução final, chamada pomposamente de Declaração do Cairo, tem uma referência anti-Otan, lida nas entrelinhas, naturalmente: quando se afirma que a responsabilidade da segurança na África cabe, exclusivamente, às Nações Unidas e à Organização de Unidade Africana (OUA).

E, neste sentido é uma contradição total com a declaração dos países da Europa, que, em 1999, depois da guerra do Kosovo, assinaram um papel estendendo a responsabilidade da Otan às regiões vizinhas da Europa - leia-se África e Ásia. É claro que neste ponto há um começo de resistência. Na África, a opinião pública é clara, só se refere à Otan como um instrumento imperialista, como o foi no passado e continuará a ser no futuro.

✓ E em nível governamental?

SA - Em nível dos governos há uma tímida rejeição. E se rejeitamos esse como sendo o possível governo mundial, não há objetivamente condições para nenhum outro, para nenhuma alternativa

de tipo positivo. Isso será uma construção de longo prazo. Primeiro as Nações Unidas têm que passar por uma reforma profunda e o direito internacional também, substituindo a tendência atual de reduzi-lo a um direito dos negócios. Deverá ser um direito internacional público, que reconheça não somente os direitos democráticos dos indivíduos mas também os direitos sociais - a educação, saúde, a uma vida decente - mas os direitos nacionais, como o direito de expressão cultural e outros direitos coletivos. Isso será um trabalho que levará de trinta a cinquenta anos.

✓ Enquanto isso, a construção de governos em nível regional, como de certa forma se vislumbra com a União Europeia, será uma etapa necessária?

SA - Esse é um grande ponto de debate. Eu, pessoalmente, acredito que é positivo e possível, porém difícil. Possível, porque há elementos históricos e culturais que o permitem. A América Latina existe como tal. A África existe, o mundo árabe, também. Há Estados de histórias diferentes, conflitos, sim. Mas há certa unidade. O perigo é que essa organização regional possa servir de corrente de transmissão da globalização norte-americana.

✓ Haveria algum exemplo disso, já acontecendo?

SA - Na América Latina, o Acordo de Livre Comércio Norte-Americano (Nafta) é isso. Também o é o projeto dos Estados Unidos de fazer o Nafta alcançar à Terra do Fogo pelo projeto Área de Livre Comércio das Américas (Alca).

✓ E o Mercosul?

SA - Até o presente o Mercosul não é uma alternativa porque tem prevalecido o espírito liberal. Mas poderá se transformar em outra coisa justamente se vierem a acontecer movimentos sociais e políticos à esquerda, pelo menos nos países principais, como o Brasil.

✓ E a A OUA?

SA - Apesar de toda sua debilidade e hesitações, a OUA representa uma alternativa potencial. Na Ásia, a situação é um pouco diferente porque temos dois países-continente, como a China e a Índia. Se juntarmos os dois têm a metade da população mundial, de modo que o desafio é um pouco diferente.

✓ Como se dará a batalha principal?

SA - A batalha tem que ser dada em todos os níveis. O nível nacional é decisivo, porque é nele que são eleitos os governos, ou derrotados. A batalha política e social se define no marco do Estado nacional, e isso não vai mudar nos próximos anos. A batalha nesse nível continua sendo decisiva. Se temos a chance de uma correlação de forças melhor em algum país, isso ajuda em nível regional. Assim, a coordenação de esforços em nível regional e no âmbito do Sul é fundamental. ■

¹Samir Amin é, também, presidente do Fórum do Terceiro Mundo, uma organização que surgiu na África e integrada por cinco países, sendo o mais importante deles a África do Sul, participando, ainda, Senegal, Benin, Malawi e Egito. O Fórum incentiva o diálogo entre os meios intelectuais e os movimentos sociais e políticos de cada país e entre as diversas nações. Quem desejar entrar em contato com ele, pode escrever para BP3501, Dacar, Senegal

²Conhecem-se como Grupo de Países ACP os 71 países da África, do Caribe e Pacífico que foram colônias da França e com ela mantêm relações comerciais privilegiadas

³Francis Fukuyama causou polêmica ao publicar em 1989, aos 36 anos, um artigo em que anunciava o fim da história a partir da derrota dos regimes pró-soviéticos. De um obscuro funcionário de Departamento de Estado dos EUA, ele passou a celebridade entre os intelectuais neoliberais e alvo de um profundo questionamento de parte dos intelectuais progressistas



Futuro preocupa ex-bloco socialista

Especialistas constatarem queda no nível de vida da população, no investimento em tecnologia e nos indicadores sociais depois do fim do socialismo

Paulo Marinho

AS TRANSFORMAÇÕES ECONÔMICAS por que passam os países do Leste europeu foi tema da conferência A Globalização na Europa Oriental - Impactos e Futuro, promovida pelo Centro de Estudos Afro-Asiáticos da Universidade Cândido Mendes, no Rio de Janeiro. As tensões geradas pela aplicação da doutrina neoliberal em países antes alinhados ao bloco socialista foram descritas pelo economista russo Oleg Bogamolov e pelo sociólogo Nikolai Genov, da Academia Búlgara de Ciências. Das duas abordagens ficou a certeza de que na ex-União Soviética e os demais países do Leste europeu, o século XXI começa sob a égide de um novo desafio: equilibrar o papel do mercado através de mecanismos internos de controle, ou assistir ao aumento da violência e do terrorismo, que, na opinião dos especialistas, encontra terreno fértil na crescente desigualdade social.

Acelerada com o fim do confronto ideológico entre as superpotências, a globalização é um processo irreversível, que não pode ser interrompido. A afirmação é do diretor do Instituto de Economia Internacional e Estudos Políticos da Academia Russa de Ciências, Oleg Bogamolov. "As forças políticas que impulsionaram a globalização são poderosas e, por isso, o século XXI será marcado pelo aprofundamento da interdependência dos

países na chamada economia global", disse Bogamolov.

O economista vê na globalização o mais novo estágio do processo que há séculos vem transformando a economia internacional. Porém adverte que o momento de transição que hoje vivem países como Rússia, China e outros da Europa Central é ambíguo e deve ser acompanhado com atenção. Segundo Bogamolov, o fluxo de capital nas trocas internacionais está assumindo contornos preocupantes, "já que o movimento de ações, divisas e bens de tesouro é cem vezes maior que o comércio de *commodities*". O diretor da Academia Russa de Ciências assinalou que "em 1997, as 53 mil corporações internacionais e suas 450 associadas já eram responsáveis por um terço de todos os bens e serviços comercializados entre as nações".

Administrar o processo globalizante é, na opinião de Bogamolov, a grande tarefa que se impõe às lideranças mundiais. Segundo o economista russo, o risco contido na má distribuição dos benefícios, não só entre as nações, mas, principalmente, nos mercados internos, pode aumentar a marginalização nos "perdedores permanentes", um termo cunhado para identificar as 60 nações que empobreceram a partir do início dos anos 80.

"A manutenção das desigualdades sociais criará um terreno fértil para o nacionalismo exacerbado, o terrorismo e conflitos internacionais", sentenciou.

Mercado clássico, regulamentado por suas próprias leis, versus mecanismos internos de controle, eis o grande desafio, afirma o especialista. "Só o futuro dirá como a economia vai equilibrar essas duas forças". Para Oleg Bogamolov, o problema exige uma reforma da ordem econômica internacional.

Ao abordar o momento econômico vivido pela Rússia atualmente, o economista lembrou que o país também é vítima dos programas de ajuste impostos pelo FMI. "Cabe ao aparelho estatal encontrar formas de evitar a subordinação dos interesses nacionais às influências que vêm de fora", disse. O conferencista lembrou que durante os anos da Reforma, "cerca de 200 bilhões de dólares saíram da Rússia na forma de títulos e investimentos" e defendeu a adoção de mecanismos de controle "capazes de evitar a injusta e inadmissível transferência de recursos".

Responsável por 2% do PIB do mundo e 12% do comércio internacional, a Rússia tem um papel a cumprir na democratização da economia mundial. "Não vamos nos isolar do desenvolvimento global; temos consciência dos perigos decorrentes da expansão das atividades das empresas transnacionais", disse Bogamolov. Ele lembrou que após as transformações econômicas implementadas na Rússia, os reformistas abandonaram a idéia de reorganizar as atividades produtivas e optaram pelo receituário neoliberal. Segundo o economista,



Foto: Raul Moreira

O economista russo Oleg Bogamolov (à esq.) e o sociólogo búlgaro Nikolai Genov (à dir.) participaram do seminário, cujo moderador foi o acadêmico Cándido Mendes (ao centro)

deu-se pouca importância, por exemplo, à recuperação da agricultura e a dependência externa assumiu proporções inadmissíveis. "Atualmente, metade do mercado interno é abastecido por importados e o padrão de vida teve forte declínio." As discussões desenvolvidas na "Agenda da Reforma" (fórum de debates que define as diretrizes político-econômicas) vêm sendo muito influenciadas pelos liberais radicais, alertou o especialista.

Tarefa para o futuro

Os novos padrões produtivos no Leste europeu deram origem a um processo econômico cuja principal característica é o desnível social entre uma pequena camada de novos-ricos e um grande contingente de empobrecidos, denunciou Nikolai Genov, diretor do Departamento de Sociologia da Academia Búlgara de Ciências, e vice-presidente do Conselho Internacional de Ciências Sociais da Unesco. Segundo ele, com os ventos neoliberais que sopraram na região na última década, só aumentou o leque de escolhas de uma pequena parcela da população.

"Alguns poucos se beneficiaram da concentração da renda e da propriedade por meio da apropriação ilegal do bem comum", explicou. "Estabelecer o equilíbrio entre a individualização e a gestão do bem comum é o desafio futuro", acrescentou.

O sociólogo advertiu que os dez anos de economia liberal frustraram as expectativas criadas ao longo da década de 90. Para ele, o discurso centrado na modernização e no desenvolvimento produziu uma história bem diferente: uma década depois, o PIB de países como Polônia, Eslovênia e Hungria caiu para os níveis de 1989. Na Moldávia, por exemplo, o PIB atual representa um terço dos bens produzidos no final da década de 80 e na Ucrânia a queda do PIB, no mesmo período, foi de 40%.

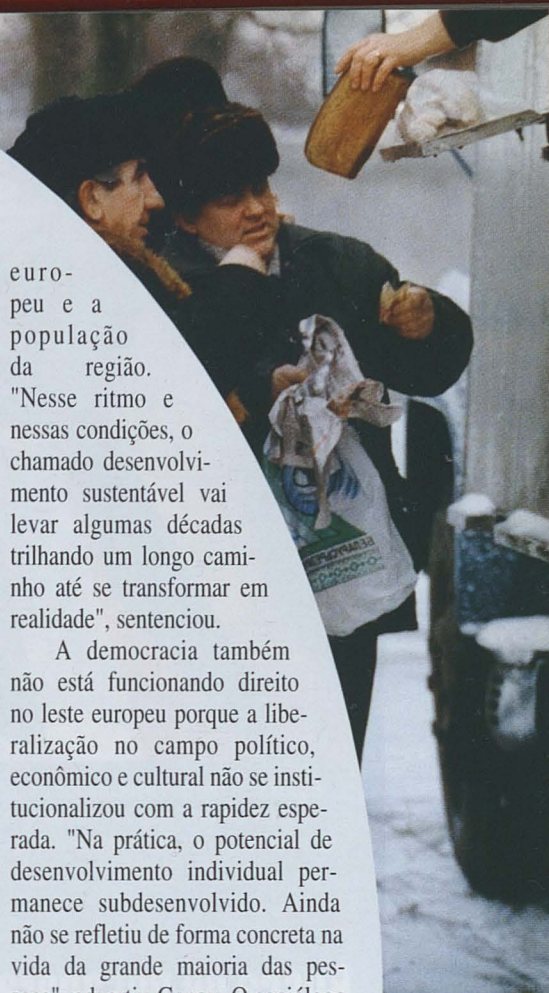
Na Bulgária, nos anos 80, os 20% mais aquinhoados percebiam rendimentos três vezes superiores aos ganhos da população menos favorecida. Hoje, essa relação subiu para sete, segundo Nikolai Genov, que denunciou, também, a drástica queda no nível de emprego no Leste europeu, que na década de 80 ocupava entre 70% e 80% da população economicamente ativa e hoje caiu a níveis alarmantes. "Na Macedônia e na Iugoslávia a taxa de desemprego atinge, respectivamente, 40% e 27% da população economicamente ativa", assinalou.

O sociólogo alertou também que o enfraquecimento do Estado e a violenta queda de investimentos (até 25%) deflagraram um desalentador declínio da produção de tecnologia, sem a qual quaisquer metas de desenvolvimento ficam comprometidas. Segundo Genov, as grandes perdedoras são as empresas industriais de alta tecnologia do Leste

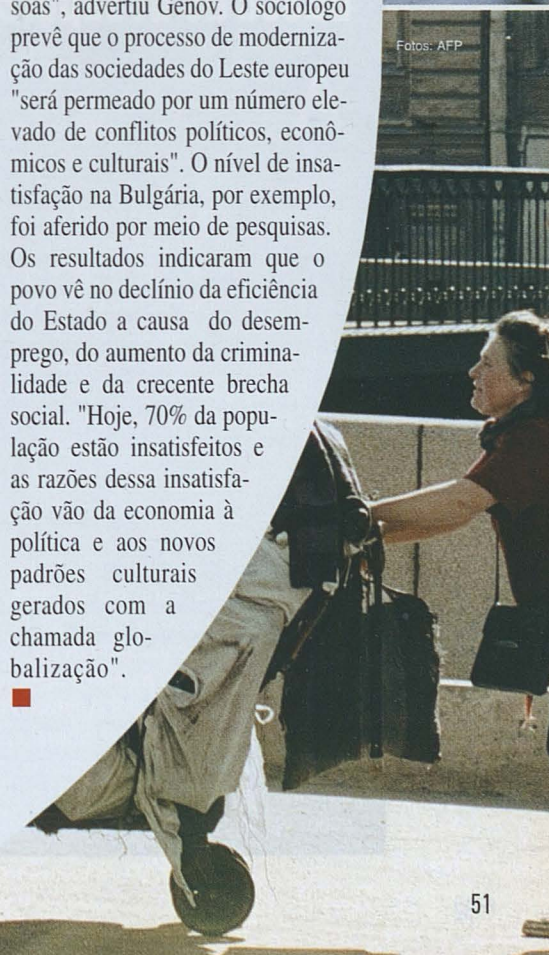
europeu e a população da região.

"Nesse ritmo e nessas condições, o chamado desenvolvimento sustentável vai levar algumas décadas trilhando um longo caminho até se transformar em realidade", sentenciou.

A democracia também não está funcionando direito no leste europeu porque a liberalização no campo político, econômico e cultural não se institucionalizou com a rapidez esperada. "Na prática, o potencial de desenvolvimento individual permanece subdesenvolvido. Ainda não se refletiu de forma concreta na vida da grande maioria das pessoas", advertiu Genov. O sociólogo prevê que o processo de modernização das sociedades do Leste europeu "será permeado por um número elevado de conflitos políticos, econômicos e culturais". O nível de insatisfação na Bulgária, por exemplo, foi aferido por meio de pesquisas. Os resultados indicaram que o povo vê no declínio da eficiência do Estado a causa do desemprego, do aumento da criminalidade e da crescente brecha social. "Hoje, 70% da população estão insatisfeitos e as razões dessa insatisfação vão da economia à política e aos novos padrões culturais gerados com a chamada globalização".



Fotos: AFP





Esposa de um dos executados políticos durante a ditadura de Pinochet reivindica punição do ex-presidente nos Tribunais de Justiça de Santiago

Chile

Busca de desaparecidos

A Conferência Episcopal do Chile apelou aos cidadãos a participarem de um "grande esforço nacional" para encontrar os restos mortais de cerca de 1.200 desaparecidos durante o regime militar, assim que comece a vigorar a lei que protege com o sigilo total os que puderem prestar alguma informação com esta finalidade.

A lei estabelece que igrejas e grupos religiosos com personalidade jurídica, as três forças militares e a polícia de Carbineiros receberão, de forma confidencial, informações sobre os desaparecidos.

O artigo único da lei determina que quem receber a informação estará obrigado a manter reserva sobre o nome do informante e outros antecedentes que permitam identificá-lo, estabelecendo sanções penais pela violação desta obrigação iguais às que protegem a manutenção do segredo profissional. Em virtude das investigações sobre a chamada "caravana da morte" (espécie de esquadrão itinerante da morte que percorria todo o país torturando e matando os opositores da ditadura), a Corte de Santiago despojou recentemente o ex-ditador Augusto Pinochet de sua imunidade parlamentar, abrindo caminho para que ele seja julgado pelos crimes ocorridos durante o regime que comandou de 1973 a 1990. Os advogados da defesa apelaram da decisão.

Peru

Fujimori endurece posição

Depois de demonstrar estar de acordo com a proposta da Organização dos Estados Americanos (OEA) para superar a crise política desencadeada após sua reeleição, o presidente do Peru, Alberto Fujimori, rechaçou as recomendações da entidade. A mudança de postura ocorreu após o líder da oposição, Alejandro Toledo, ter apresentado quatro condições para estabelecer o diálogo com Fujimori, reeleito para o terceiro mandato em junho, sob suspeitas de fraudes. Diante disso, Fujimori afirmou não estar obrigado a seguir as recomendações da OEA.

Depois das eleições, a OEA não questionou a legitimidade da vitória de Alberto Fujimori, mas recomendou um cronograma de reformas democráticas no país, incluindo como base para o diálogo a restituição da autonomia ao Poder Judiciário, a implementação de um plano de direitos humanos, o direito à liberdade de expressão e a redefinição dos serviços de inteligência.

Toledo, por sua vez, impôs como condições não-negociáveis a devolução de dois canais de televisão a seus antigos proprietários, a reativação do vínculo do Peru com a Corte Interamericana de Direitos Humanos e a revisão do papel dos serviços de inteligência e das Forças Armadas.

Toledo se diz disposto a forçar a convocação de novas eleições, embora sua proposta não conte com o apoio de todos os líderes opositores. Em junho, Toledo desistiu de disputar a Presidência no segundo turno, devido às denúncias de possíveis fraudes nas votações. Fujimori vem enfrentando greves e protestos da população, desde o anúncio dos resultados do pleito.



O arquiteto Mariano Arana tomou posse no último dia 13 de julho pela segunda vez consecutiva como prefeito de Montevideo, eleito com mais de 50% dos votos. Ele foi o candidato da coligação de esquerda Frente Ampla-Encontro Progressista, que governa a capital uruguaia desde 1990. Na foto acima, o novo prefeito confraterniza-se com a prefeita da Cidade do México, Rosario Robles. Numerosas delegações latino-americanas foram prestigiar a tomada de posse de Arana

Honduras

Dívida perdoada

Honduras passou a integrar a lista de países qualificados para um perdão da dívida externa, configurando entre os Estados pobres altamente endividados (HIPC, na sigla em inglês), segundo anunciou o Banco Mundial, em julho. Como resultado, Honduras poderá deixar de pagar mais de 900 milhões de reais referentes à amortização da dívida nos próximos anos, mas este perdão está condicionado a reformas econômicas e sociais, impostas pelo Banco Mundial e o FMI.

Mais de 70% dos seis milhões de habitantes de Honduras vivem em situação de pobreza ou extrema pobreza; 27% são analfabetos e 38% carecem de serviços de saúde. Em outubro de 1998, o país

sofreu um retrocesso equivalente a mais de 30 anos de seu desenvolvimento nacional por causa do desastre causado pelo furacão Mitch, que matou seis mil pessoas e danificou 80% do setor produtivo nacional.

Até agora, 36 países integram a iniciativa HIPC, entre eles, Bolívia, Moçambique, Senegal e Uganda, totalizando uma ajuda financeira de 15 bilhões de dólares. O G-7 (grupo dos sete países mais ricos do mundo) já prometeu perdoar um total de 50 bilhões dos 260 bilhões de dólares que os países mais pobres devem aos credores internacionais.

Este foi um dos principais temas em debate na última cúpula econômica do



Mais de 70% dos hondurenhos vivem em situação de pobreza

Grupo dos Oito (G-7 mais a Rússia), entre 21 e 24 de julho, no Japão. O objetivo é que os países mais pobres

apliquem os recursos obtidos com o perdão da dívida em educação, saúde e novas tecnologias.

Guatemala

Revisão das privatizações

Onovo governo da Guatemala, presidido por Alfonso Portillo, está revendo as privatizações realizadas pelo seu antecessor, por suspeitar que os processos tenham sido movidos de acordo com os interesses particulares dos membros da equipe de Alvaro Arzú, no poder entre 1996 e janeiro de 2000. O principal foco das investigações recairá sobre a venda da empresa de telecomunicações Guatel - hoje Telguá - a um consórcio mexicano.

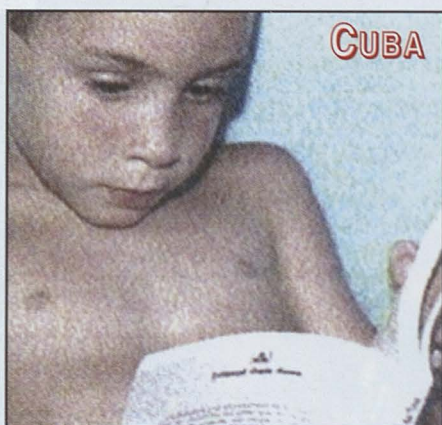
O secretário-geral da Presidência, Luis Mijangos, declarou que as privatizações poderão ser revertidas, caso se confirmem as suspeitas de violação à legislação do país. Antes de anunciar a revisão da venda de estatais, em julho, Mijango havia classificado a privatização da Guatel como "lesiva aos interesses de Estado". O governo Portillo terá três meses para apresentar uma avaliação dos negócios.

O diretor do Centro de Pesquisa, Estudos e Promoção dos Direitos Humanos da Guatemala, Factor Méndez, apoiou a decisão. Segundo ele, o processo de privatização não trouxe benefícios à população, que tem enfrentado grandes aumentos de tarifas públicas. Disse ainda que a venda da Guatel foi feita atrás de uma "cortina de fumaça" para encobrir a participação do empresário mexicano Angel González, proprietário de canais de rádio e televisão na Guatemala.

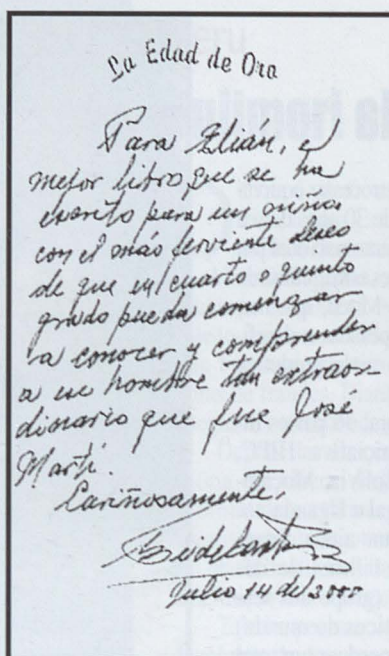


Integrantes da Associação dos Trabalhadores do Estado (ATE), da Argentina, fazem novo protesto, no centro de Buenos Aires, em 13 de julho, contra o plano de ajustes econômicos, aplicado pelo governo do presidente Fernando de la Rúa. O plano inclui uma redução de 12% nos salários dos servidores públicos.

Desde a divulgação da proposta, os argentinos vêm organizando protestos na capital do país. O percentual de argentinos desempregados chega a 30%



De volta à sua vida em Cuba, o menino Elian Gonzalez lê 'A idade de ouro', de autoria do herói nacional José Martí, livro que ganhou de presente do presidente Fidel Castro, com dedicatória na primeira página (dir.). O menino retornou a seu país natal depois de ter sido pivô de uma crise diplomática entre Cuba e os Estados Unidos



Os presidentes Mascarenhas Monteiro (Cabo Verde); F. H. Cardoso (Brasil); Jorge Sampaio (Portugal); e o primeiro-ministro português Antonio Guterres, durante a terceira cúpula da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP), em Maputo. Na ocasião, o representante brasileiro perdoou 95% da dívida de Moçambique com o Brasil, no valor de 450 milhões de dólares

República Dominicana

Novo presidente

Hipólito Mejía, do Partido Revolucionário Dominicano (PRD), foi proclamado presidente do país, após a retirada de Danilo Medina da disputa pelo cargo no segundo turno

das eleições. Medina, do Partido de Liberação Dominicana (PLD), alegou que uma segunda rodada de votos levaria o país à instabilidade econômica. No primeiro turno, Mejía havia conquistado 49,87% da preferência do eleitorado, apenas 0,14 pontos da vitória imediata, contra 24,94%, alcançado por seu principal opositor. Esta é a terceira vez que o PRD sobe ao poder na República Dominicana.

Europa

Peritos exigem imposto 'Tobin'

Delegados dos países do Sul reunidos na Dinamarca para discutir o desenvolvimento social reivindicaram a implementação da proposta do prêmio Nobel de Economia, James Tobin, como forma de frear a especulação financeira mundial. Os especialistas argumentaram que o imposto Tobin não somente poderá melhorar o comportamento dos investidores como também gerar retorno financeiro aos países, que teriam condições de investir mais recursos para projetos de desenvolvimento. Segundo o professor dinamarquês de economia Jesper Jespersen, o imposto Tobin é sem dúvida a solução para a "ameaça ao sistema financeiro global". Trata-se de um pequeno ônus proposto em 1978 pelo Nobel a todas as transações financeiras internacionais. Segundo Tobin, o imposto, normalmente inferior a 0,5%, poderia "jogar areia nas rodas" da especulação e, ao mesmo tempo, gerar investimentos canalizáveis até outras áreas de desenvolvimento. Jespersen milita entre o crescente número de peritos que, por temor de novas crises econômicas, como a desencadeada pela especulação no Sudeste Asiático em 1998, reivindicam normas de segurança para frear o crescimento dos mercados financeiros. A experiência do Sudeste Asiático também fez surgir numerosas organizações não-governamentais que defendem o imposto Tobin. "Como o cigarro, a especulação deve ser proibida ou tributada, como medida para reduzir seus efeitos colaterais. Precisamos que se ponha o povo antes dos mercados", disse o professor dinamarquês.

Rússia

Reflexões sobre o comunismo

Após 10 anos de capitalismo, os comunistas da ex-União Soviética tentam juntar os destroços para uma avaliação crítica das razões que levaram ao fim o regime socialista soviético. Os motivos não são poucos, na opinião do ex-embaixador da extinta URSS na ONU, professor de História na Escola de Diplomatas da Rússia, Aleksander Barychev.

Em visita ao Brasil a convite do jornal *Inverta* e da Universidade Federal Fluminense para uma série de palestras sobre a desagregação soviética e a Rússia de hoje, Barychev pontuou tópicos que, para ele, culminaram com o sonho do socialismo puro, a ditadura do proletariado, idealizada por Marx, implementada por Lênin e Stálin e sepultada por Mikhail Gorbachev. O professor, formado pela Academia de Ciências da antiga URSS e especialista em História Moderna, reconhece erros no regime, mas confia na falência do neoliberalismo para a volta do poder socialista.

Barychev descreve a Rússia de hoje como um país em ruínas, com uma multidão de desempregados - cerca de 20 milhões de pessoas, segundo dados oficiais -, milhares de idosos desamparados, 60% da indústria nacional parados e produção agrícola insuficiente. Os jovens são os mais sacrificados, pois não há mercado de trabalho para absorvê-los. Hoje, a Rússia importa quase tudo e se assemelha, em diversos aspectos, a muitos países africanos, diz ele.

Os serviços públicos foram privatizados, como saúde e educação, incluindo as grandes universidades. As mais importantes estatais foram entregues a grupos internacionais a preço de banana e as que restam não interessam ao capital estrangeiro. Segundo Barychev, o governo é dominado por um grupo de novos-ricos e o presidente Vladimir Putin não tem força nem vontade para mudar o quadro caótico.

As Forças Armadas compararam-se, segundo o professor, a um exército de Brancaneone. "Os militares perderam o orgulho,



Aleksander Barychev descreveu a Rússia como um país em ruínas

a dignidade e a eficiência, devido à falta de investimentos", acrescenta, revelando que, ao dizimar a Chechênia, o Exército se desmoralizou, pois levou quase dois anos para dominar um reduzido grupo de guerrilheiros nacionalistas chechenos, além de matar cerca de 120 mil civis inocentes.

O balanço de Barychev sobre o fim da URSS indica que as estruturas do regime estavam abaladas desde o fim da Segunda Guerra Mundial. Para ele, a morte de 20 milhões de soviéticos, na sua maioria socialistas convictos, muitos contemporâneos da Revolução de 1917, desfalcou sobremaneira os quadros do Partido Comunista, deixando brechas para o ingresso de pessoas com tendências "liberais". Barychev aponta Nikita Krushev como um desses "liberais" que abriram caminho para a influência norte-americana na União Soviética.

A derrocada do comunismo da antiga URSS deve incluir ainda a corrida armamentista que caracterizou a Guerra Fria. Na visão de Barychev, os EUA forçaram os soviéticos a investir pesado em tecnologia armamentista, fato que os impediu de aprofundar o desenvolvimento econômico socialista.

Alemanha

Judeus indenizados

Alemanha vai pagar 4,8 bilhões de dólares a 1,5 milhão de judeus forçados a trabalhos escravos durante o regime nazista de Adolf Hitler. A metade da verba será liberada pelo governo e a outra parte por empresas privadas, algumas das quais beneficiadas com o trabalho dos judeus naquela época. As indenizações ficarão entre 2.500 e 7.500 reais, para cada um.



Amigos de prisioneiros e sobreviventes do campo de concentração Buchenwald, reunidos em 1954

Estimativas indicam que, ao final do Terceiro Reich, em 1944, havia cerca de 10 milhões de judeus trabalhando em indústrias alemãs, entre as quais a Volkswagen, empresa que vem contribuindo para o pagamento de indenização. Até hoje, as vítimas do holocausto receberam da Alemanha um total de 100 bilhões de dólares, mas os judeus dos países do Leste europeu pouco ou nada foram compensados, o que vem gerando descontentamento. O dinheiro a ser liberado não contempla os prisioneiros do regime que foram obrigados a trabalhar no campo.

Filipinas

Imprensa sob suspeita

A guerra separatista em Mindanao está pondo à prova a credibilidade da imprensa estrangeira e filipina, acusadas de incitar o ódio contra os muçulmanos deste país de maioria católica, além de pagar aos rebeldes para obter notícias de primeira mão. Os meios de comunicação receberam duras críticas pela falta de análise do contexto com que apresentam as informações sobre o conflito e as fotos dos 21 reféns dos separatistas muçulmanos em Mindanao, uma ilha ao sul das Filipinas. Alguns observadores consideram que a mídia é favorável ao governo ou mostra um panorama maniqueísta do confronto.

O interesse dos jornais pelo tema aumentou após o seqüestro de reféns estran-

geiros e filipinos em Mindanao pelo grupo rebelde Abu Sayyaf, ocorrido há três meses.

A imprensa de todo o mundo voltou-se então para a região, onde as forças do governo lutam contra a separatista Frente Mouro Islâmica de Libertação (Milf).

Por causa do interesse internacional, nos últimos meses os rebeldes têm recebido dinheiro de jornalistas dispostos a pagar para aproximar-se dos reféns. Correspondentes estrangeiros pagaram de 1.000 a 5.000 dólares para chegar ao acampamento rebelde, investimento recuperado com a venda de cada foto a no mínimo 2.000 dólares. Um jornal nacional teria recebido 15.000 dólares pela primeira foto dos reféns.



A alemã Renate Wallert chora ao ser libertada por motivos de saúde pelos extremistas de Sayyaf Muslim, em 17 de julho. Seu marido, filha e outros 35 estrangeiros continuam como reféns

As denúncias indicam ainda que a maioria dos jornais publica apenas declarações das autoridades militares e governamentais sobre os acontecimentos no sul das Filipinas, país que conta com 70 milhões de habitantes de maioria católica. Apenas seis milhões são muçulmanos e estão concentrados em Mindanao.

A Constituição de 1987 outorgou autonomia à região de Mindanao, possibilitando uma trégua com os

grupos separatistas armados. Em 1996, os rebeldes assinaram a paz com o governo e o chefe da guerrilha, Nur Misuari se tornou governador de Mindanao, impulsionando um programa social avançado, muito diferente do modelo neoliberal implementado pelo governo central de Manila. Mas o grupo de extrema-esquerda de Abu Sayyaf criticou a estratégia negociadora de Misuari e não aceitou depor as armas.

Índia

Massacre reforça necessidade de reforma agrária

Um novo massacre de camponeses das castas inferiores no estado oriental indiano de Bihar reforçou a necessidade de se implementar uma reforma agrária, há muito esperada na região mais pobre do país, segundo os peritos em ciências sociais. O grupo paramilitar rural Ranvir Sena matou a tiros 34 pessoas, entre elas mulheres e crianças, no distrito de Aurangabad. Vários partidos acusam-se mutuamente de oferecer respaldo secreto a este grupo, o maior dos que perpetraram massacres contra membros das castas inferiores na região.

Analistas independentes sublinham que a principal causa da violência na Índia é a aguda desigualdade econômica e social no meio rural, onde ainda existem relações do tipo feudal. A falta de uma política de redistribuição da terra, cuja posse corresponde na maior parte aos latifundiários das castas superiores, conduziu à formação de grupos armados na região.

A discussão em torno do assunto lembrou também o recente assassinato de uma família de 13 pessoas das altas castas no distrito de Nawada, cometido por membros do ultra-esquerdista Cen-

tro Comunista Maoísta (MCC), o qual invoca a defesa dos camponeses das castas baixas para justificar seus atos violentos.

Especialistas em direitos humanos comentaram que Ranvir Sena e o MCC não são apenas sintomas da falta de respeito pela lei em Bihar, como também do fracasso do processo de reforma agrária. Bihar tem quase 100 milhões de habitantes e é um dos estados menos desenvolvidos da Índia, apesar de seus abundantes recursos naturais.

Desde a independência do domínio colonial britânico, em 1947, os sucessivos governos da Índia têm declarado que uma de suas prioridades seria dividir as grandes propriedades rurais de tipo feudal e repartir terras aos pobres, mas, até o momento, nenhum deles teve coragem de cumprir a promessa em grande escala.

Israel-Palestina

Impasses para o tratado de paz

As negociações entre o presidente da Autoridade Nacional Palestina, Yasser Arafat, e o primeiro-ministro de Israel, Ehud Barak, em Camp David, nos Estados Unidos, esbarraram na questão do controle de Jerusalém Oriental e o retorno de 3,5 milhões de refugiados palestinos. Israel, que já dominava Jerusalém Ocidental, passou a ocupar a parte oriental da Cidade Santa - então em poder da Jordânia -, após a Guerra dos Seis Dias, em 1967.

Ao fecharmos esta edição, o presidente Clinton, dos EUA, se reincorporava às negociações após a sua participação na reunião no Japão do G-8. Barak e Arafat insistiram no seu desejo de assinar a paz, porém ambos exigem Jerusalém sob seu domínio, pressionados pelas suas respectivas bases políticas.

Clinton (esq.) e Arafat (dir.), em Camp David

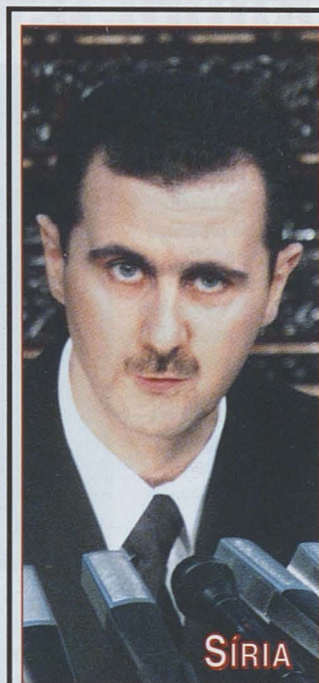


O papa pediu que se respeite o plano original da ONU, que, ao determinar para a Cidade Santa um estatuto especial, assegura a preservação do valor sagrado de Jerusalém para muçulmanos judeus e cristãos.

Segundo fontes oficiais, a retomada das negociações se daria em torno de uma proposta, apresentada pela Casa Branca, que congela por alguns anos a definição do *status* definitivo de Jerusalém. Por enquanto, a cidade seria indivisível, com soberania de Israel sobre toda ela, mas com um autogoverno ampliado palestino, em alguns bairros de Jerusalém Oriental (árabe). Os palestinos teriam uma passagem segura para o conjunto de mesquitas de Al-Aqsa, o terceiro santuário islâmico.

Outros detalhes do acordo provisório que estariam esboçados são o estabelecimento de um Estado palestino desmilitarizado em 95% da Cisjordânia e Faixa de Gaza e o retorno de 100 mil palestinos, num programa humanitário de reunificação das famílias. O resto da diáspora palestina não teria direito de voltar, mas organismos internacionais financiariam e supervisionariam a sua absorção nos países onde atualmente residem ou em outros, que lhes oferecessem abrigo.

Clinton está empenhado na conclusão dessa negociação, já que seria o seu maior feito em política externa em oito anos de mandato, ou o seu maior fracasso.



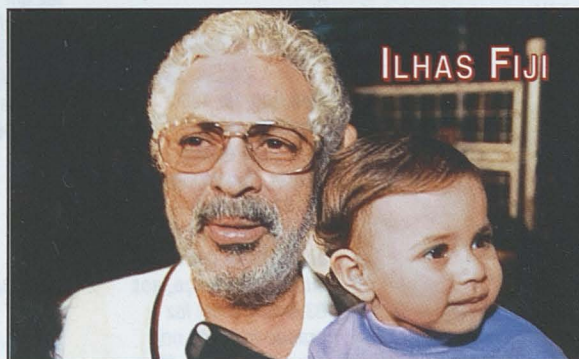
O médico Bashar Assad tomou posse na Presidência da Síria em 17 de julho, sucedendo seu pai, Hafez Assad, morto em 10 de junho. Bashar, de 34 anos de idade, foi aprovado por 97,29% dos eleitores que compareceram ao referendo realizado uma semana antes da posse, marcada por expectativas de grandes mudanças em seu país e pela esperança de paz entre a Síria e Israel

NASA

Hackers isolam astronautas

A inspetora da Nasa, Roberta Gross, revelou à televisão inglesa, em 3 de julho, que a missão Atlantis de 1997 foi ameaçada por um *hacker*, os piratas de computador. Uma sobrecarga do sistema durante a missão de resgate da estação espacial russa Mir tinha perturbado até interromper a comunicação entre a estação e a Terra, assim como o sistema de vigilância de saúde dos astronautas.

A Nasa apressou-se a desmentir o fato. Em comunicado à imprensa, reconheceu a existência de um ataque, mas disse que as consequências se restringiram a interferências entre os computadores no chão. As comunicações estiveram atrasadas, mas em momento algum a vida dos astronautas esteve ameaçada, garantiu a Nasa. A Nasa foi alvo de mais de 500 mil ataques de *hackers*, somente no ano passado.

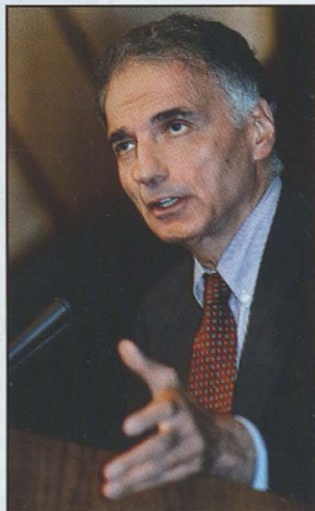


O primeiro-ministro deposto das ilhas Fiji, no oceano Pacífico Sul, Mahendra Chaudhry, com sua neta ao colo, conversa com jornalistas após ser libertado pelos golpistas liderados por George Speight. O primeiro-ministro esteve retido no prédio do Parlamento de Fiji, na cidade de Suva, capital do arquipélago, durante 56 dias. Com apoio dos Estados Unidos, os países vizinhos Austrália e Nova Zelândia impuseram sanções ao país

Gente

Fotos: AFP

O candidato do Partido Verde à Presidência da República, Ralph Nader, falou no Clube da Imprensa, em Washington DC sobre a importância da presença de um terceiro partido na corrida presidencial norte-americana, rompendo o tradicional bipartidarismo. Nader sabe que, pelo menos neste próximo pleito, não tem nenhuma chance mas faz uma pregação no sentido de aprimorar o sistema democrático norte-americano

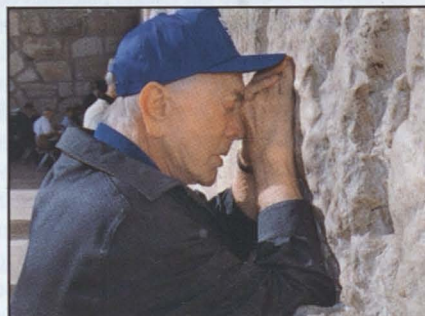


A tenista suíça Martina Hingis, a número um do mundo, segundo a World Tennis Association (WTA), visitou em julho a Colômbia para conhecer de perto a dura realidade das crianças de rua. Ela fora convidada a viajar para Bogotá pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud), que lidera uma iniciativa chamada Unidos Contra a Pobreza, e consiste em atrair a atenção mundial para a situação de marginalidade em que vivem amplos contingentes populacionais em todo o mundo



O intelectual iraniano Mohsen Kadivar, que passou 18 meses preso por questionar o princípio constitucional que assegura aos líderes religiosos islâmicos o papel de autoridade suprema do Estado, sorri para os fotógrafos em 17 de julho passado, quando

foi libertado. Kadivar tinha sido julgado culpado de divulgar idéias contrárias ao Islã



O veterano ator Kirk Douglas, de 84 anos, reza no muro que cerca a parte antiga de Jerusalém. O ator, que é pai do também ator Michael Douglas, visitou a Cidade Santa em julho passado, para participar no XVII Festival de Cinema de Jerusalém, onde recebeu um prêmio pelo conjunto de sua obra



Esta foto, de 1960, mostra a atriz francesa Pascale Audret, que morreu em 17 de julho passado em um acidente de carro no interior da França, aos 63 anos. Audret fez grande sucesso nos anos 60 com um filme sobre a vida de Anne Frank e posteriormente atuou com importantes diretores como Pierre Chenal, Marc Allegret e Jean Dreville

O ex-presidente sul-africano Nelson Mandela fez um comovente discurso em Durban, em julho, durante o encerramento da 13ª Conferência Internacional sobre AIDS. Ele

lembrou que gerações inteiras de africanos têm o seu futuro comprometido pelo vírus HIV, que fez com que a expectativa média de vida no continente caísse de forma drástica na última década.

Mandela fez um apelo à comunidade internacional para intensificar as campanhas para enfrentar a devastadora epidemia



Esteja afinado com o seu tempo

POLÍTICA • CULTURA • ECONOMIA • EDUCAÇÃO • SAÚDE • COMUNICAÇÃO • ENTREVISTAS • INFÂNCIA • SOCIEDADE • MEIO AMBIENTE • EMPRESAS • NEGÓCIOS • LAZER
ESPORTE • ATUALIDADES • LIVROS • CIÊNCIA • ARTE • TRABALHO • JUSTIÇA • DIREITOS HUMANOS • GLOBALIZAÇÃO • HISTÓRIA • MERCOSUL • TURISMO • TECNOLOGIA



*A informação é um instrumento indispensável no século XXI.
Por isso, você precisa assinar nossas publicações.*

SIM, DESEJO ASSINAR (assinale com um x)

☐ CADERNOS ☐ MERCOSUL ☐ ECOLOGIA E DESENVOLVIMENTO

Preço da assinatura (12 edições): R\$ 72,00

Minha opção de pagamento é:

☐ À vista R\$ 60,00 (preço promocional por tempo limitado)
☐ 2 x R\$ 32,00 ☐ 3 x R\$ 22,00 ☐ 4 x R\$ 17,00

Pagarei da seguinte forma:

☐ Boleto bancário (que será enviado ao meu endereço pelo correio)
☐ Cartão de Crédito: N°
Validade: /

Meu nome:
Endereço:
Bairro: Cidade:
Estado: Tel.: Fax:
CEP: Profissão:
Empresa: Setor:
Data: / /

Assinatura

Preencha o cupom e mande pelo
correio à Editora Terceiro Milênio.
Se preferir envie por Fax:

Fax: (0xx21) 252-8455

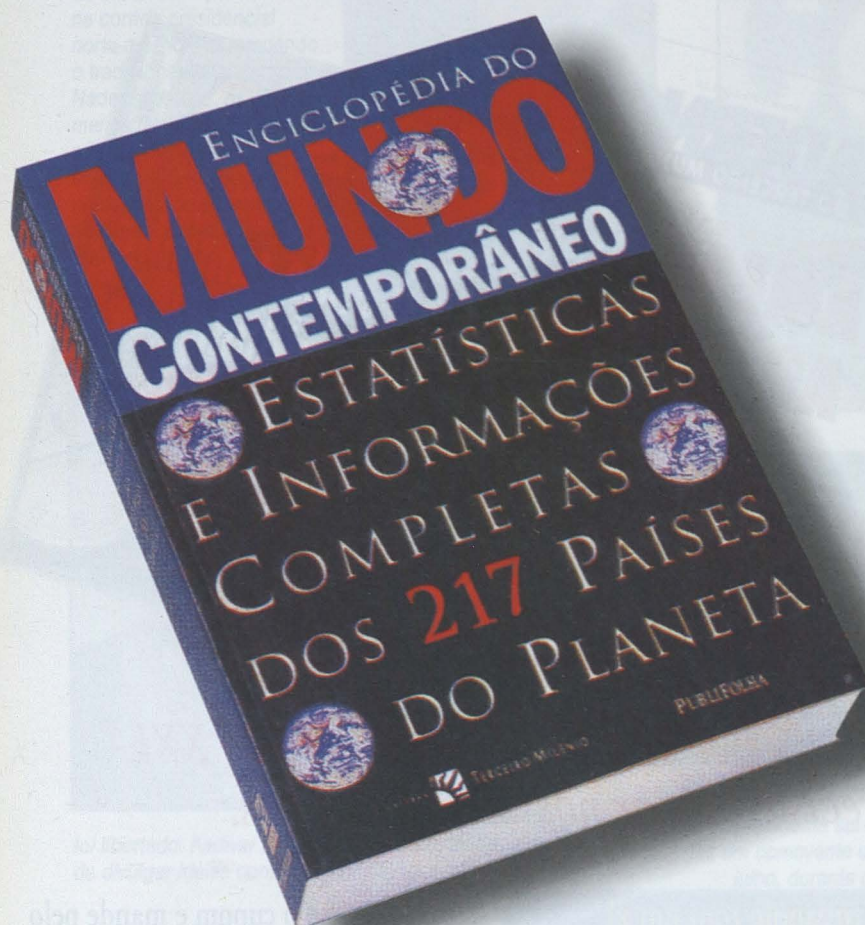
Ou faça seu pedido pela Internet:

e-mail: etm@etm.com.br
www.etm.com.br



Novo endereço:
Rua Conde de Lages, 44
Gr. 507 a 510 - Lapa
Rio de Janeiro - RJ
Brasil - CEP. 20241-080
Tel.: (0xx21) 221-7511

A ENCICLOPÉDIA DO NOVO MILÊNIO



Preço: R\$ 54,00

Pagamento somente com cartão de crédito
Preço sujeito à alteração. Frete não incluído

Tel.: (0xx21) 221-7511

Se preferir faça o seu pedido por Fax:

Fax: (0xx21) 252-8455

Ou pela Internet:

e-mail: etm@etm.com.br

www.etm.com.br

Chegou a Enciclopédia do Mundo Contemporâneo. Um livro completo e atualizado sobre os 217 países do planeta em pleno fim de milênio. São 628 páginas com um panorama da história, sociedade, economia e organização política de cada país. Mais de 220 mapas, estatísticas e análise dos grandes problemas contemporâneos mundiais como: ecologia, globalização, trabalho, tecnologia, saúde, infância, comunicações, demografia e educação. Uma fonte de consulta indispensável para estudantes e profissionais de todas as áreas.

EDITORA



TERCEIRO MILÊNIO

PUBLIFOLHA

Disputa interminável

Disputada pela Espanha, Guatemala e Inglaterra - que acabou por colonizá-lo, esse país luta até hoje pela preservação de sua integridade. A Guatemala voltou a reivindicar metade do território do país

Aristides Royo¹

UM DOS FENÔMENOS do processo de conquista e colonização espanhola na América consiste em observar como um pequeno punhado de homens pode repartir entre si um continente. Contudo, os espanhóis não conseguiram manter para a Coroa todos os territórios dominados e outras potências se aproveitaram para realizar tímidas incursões. Este foi o caso da França no Haiti e Guiana, da Holanda em Aruba e Curaçao, e da Inglaterra, mais ambiciosa, na Jamaica, Trinidad e Tobago, Barbados e outras ilhas caribenhas. Em terra firme, os ingleses tiveram que se contentar com uns terrenos madeireiros vizinhos à Guatemala e Honduras, que ficaram sendo conhecidos como Belize (antigas Honduras Britânicas).

Primeiro, a Espanha se resignou; depois, firmou tratados de paz com a Inglaterra, no século XVIII, permitindo aos ingleses que explorassem o negócio de madeira em Belize, território povoado por escravos africanos e índios maias. Até que em 1859 a Grã-Bretanha e a Guatemala, já independente, definiram as fronteiras entre esta e Belize.

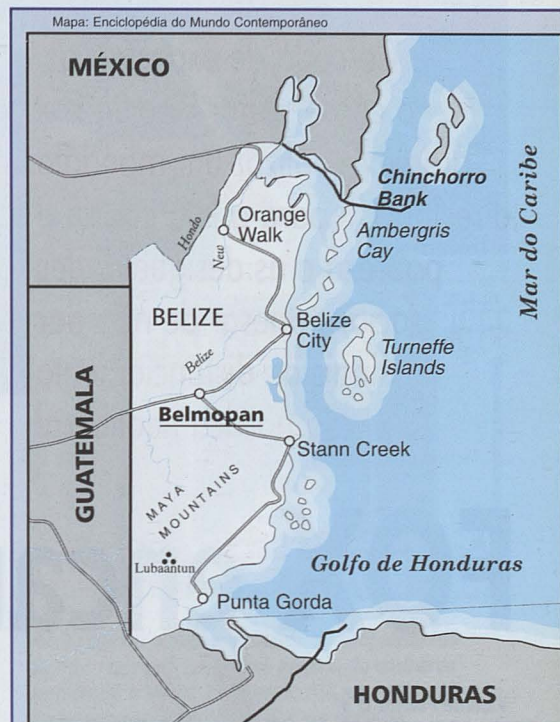
Mas, em 1940, a Guatemala declarou unilateralmente que o tratado de 1859 era nulo, e, cinco anos depois, a Constituição do país declarava Belize como guatemalteco. Em 1981, Belize finalmente alcançou sua independência, a qual havia sido pacificamente negociada, mas que enfrentara atraso devido às

intempestivas reivindicações guatemaltecas. Entretanto, o governo da Guatemala somente em 1991 reconheceu a independência de Belize e a soberania sobre seu território. Mas, o que é mais preocupante é o caminho empreendido pelos guatemaltecos desde que o país iniciou o seu processo de democratização. Uma Carta, datada em outubro de 1999, reclama novamente de Belize a concessão da metade de seu território, com argumentos pseudonacionalistas. Nesse ano, as Forças Armadas da Guatemala entraram no território de Belize em várias ocasiões. Em uma delas seqüestraram quatro membros da polícia do país vizinho, que não tem exército, e os queriam julgar por entrada ilegal no país. Graças à pressão internacional, ambos foram libertados.

Não se sabe os motivos para estas surpreendentes reclamações. Mas cabe a todos os latino-americanos exortar os dirigentes políticos guatemaltecos, cuja sociedade civil deseja manter relações fraternais e de cooperação com os belizenhos, a reconhecer plenamente a soberania do país vizinho.

A Guatemala pode chegar a alcançar - através do entendimento e da negociação - um acesso permanente ao Mar do Caribe. Belize já manifestou, de boa fé, que está disposta a outorgar essa passagem através de seu território à Guatemala.

Os dois Estados podem celebrar convênios de cooperação, que sem dúvida favorecerão um mútuo desenvolvi-



População: 220 mil

Capital: Belmopan

Área: 22.696 km²

Idioma: Inglês (oficial), fala-se também o espanhol e o quiché. Censo realizado em 1992 revelou que a população mestiça de língua espanhola havia superado o número de habitantes de origem anglo-africana, os quais, juntamente com os descendentes de europeus, tinham sido historicamente dominantes

Moeda: dólar de Belize

Taxa de analfabetismo: 20%

Governo: Monarquia parlamentarista.

Chefe de Estado: rainha Elizabeth da Inglaterra; **Primeiro-ministro** Manóel Esquivel, no poder desde 1993

(Dados: *Enciclopédia do Mundo Contemporâneo*)

mento sustentável de ambas as nações, caracterizadas pelo espírito de generosidade.

Os guatemaltecos podem ajudar seus irmãos belizenhos a se integrarem à América Central e eles, por sua vez, têm condições de abrir para a Guatemala o leque da Comunidade do Caribe, à qual pertencem. ■

¹Aristides Royo, ex-presidente do Panamá

Cercado de expectativas, o conservador Vicente Fox promete realizar um mandato direcionado para a luta contra a pobreza e as desigualdades sociais, apesar de não dar sinais de distanciamento da política neoliberal

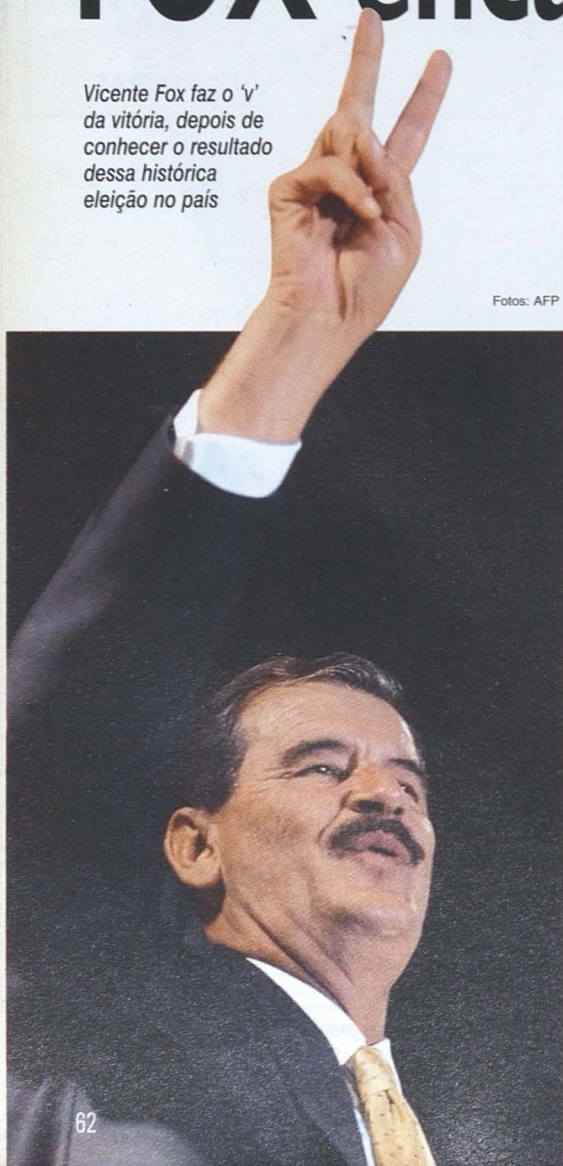
VICENTE FOX, PRESIDENTE E-LEITO DO MÉXICO, GARANTE que a questão social será prioridade em seu governo. A pobreza que atinge cerca de 40% dos 100 milhões de mexicanos é, sem dúvida, um dos grandes desafios a serem superados a partir de dezembro, quando assumirá a Presidência. Apesar de se autodefinir candidato de centro-direita, Fox, do conservador Partido da Ação Nacional (PAN), baseou sua campanha em promessas de cunho social, e na pro-

governadores. Além disso, Fox abrandou seu discurso contra o partido derrotado, elogiando Zedillo, reconhecendo a bagagem do PRI e dizendo acreditar na sua renovação.

O presidente eleito também afirmou que pretende construir um pacto nacional, com o estabelecimento de alguns consensos que lhe permitam governar. O seu partido tem no Parlamento uma bancada representativa, mas não majoritária. "Eu prefiro sempre construir o consenso, não precisar impor nada, mas se não houver

FOX encara desafio social

Vicente Fox faz o 'v' da vitória, depois de conhecer o resultado dessa histórica eleição no país



Fotos: AFP

posta de impor uma renovação à política mexicana. Com isso, conseguiu o que parecia quase impossível: tirar o Partido Revolucionário Institucional (PRI) da Presidência após uma hegemonia de 71 anos.

O intelectual de esquerda Adolfo Zinzer - que sofreu severas críticas quando aderiu à candidatura de Fox, tornando-se um de seus principais conselheiros - considera que a vitória sobre o PRI foi apenas o primeiro passo, e os novos desafios serão a redemocratização do país e a luta contra as desigualdades sociais.

A análise de Zinzer reflete as grandes expectativas quanto ao novo governo. Após o anúncio de sua vitória, em julho, as ruas das principais cidades mexicanas foram tomadas pela população, em comemorações que invadiram a madrugada. No meio da cantoria, chamavam atenção os gritos de "México já!" e "Não nos decepcione!".

Preocupado com esta responsabilidade, Fox já começou a trabalhar, reunindo-se com o atual presidente, Ernesto Zedillo, do PRI, para discutir o processo de transição. Ele pretende se reunir com todos os ministros, secretários de Estado e

acordos, sempre teremos um plano de contingência", declarou.

A eleição de Fox provocou entusiasmo também no mercado financeiro com alta na Bolsa de Valores e a valorização da moeda nacional, o peso mexicano. Ele aproveita o momento para iniciar negociações com grandes investidores, tentando incrementar a economia interna, que já vem registrando crescimento nos últimos anos. Este crescimento, contudo, não beneficia grande parcela da população, que vive em miséria absoluta. O México está entre os países do mundo com maior concentração de renda. Como consequência de toda esta pobreza, percebe-se o aumento da violência urbana e do número de emigrantes que optam por tentar a sorte nos Estados Unidos.

Mas este não é o único grande problema no caminho de Fox. O narcotráfico está aumentando, e o México já é o maior refúgio dos cartéis na América Latina, superando a Colômbia. Além disso, o país é rota obrigatória de quase toda a droga que vai para os Estados Unidos.

Os movimentos guerrilheiros também preocupam Fox. Atualmente estão sob intervenção militar os estados de Guerrero e Chiapas, onde está sediado o



Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN). A guerrilha não apoiou nenhum candidato à Presidência, mas fez duras críticas ao vencedor e ao candidato do PRI, Francisco Labastida. Os guerrilheiros lutam pelos direitos dos indígenas, que constituem grande parcela daqueles que vivem em pobreza absoluta.

Aliança neoliberal

A falta de confiança dos guerrilheiros no presidente eleito - um ex-alto executivo de multinacionais - não será facilmente dissipada. Apesar das promessas de Fox de dar prioridade à luta contra a pobreza, não existe no país a esperança de que ele se desvincule da política neoliberal pregada pelo Fundo Monetário Internacional (FMI). Afinal, ele foi eleito por um partido conservador e sua principal base de apoio é a elite econômica, formada por proprietários de terra e grandes empresários.

Durante a campanha, o então candidato chegou a propor a privatização da Petróleos Mexicanos (Pemex), uma das principais estatais do país, mas acabou desistindo da idéia, percebendo as manifestações contrárias. Entretanto, se nega a aceitar o rótulo de conservador ou reacionário, preferindo se definir como político de centro-direita.

Logo após o resultado das eleições, o próximo presidente do México anunciou uma viagem para diversos países, entre eles Alemanha, França, Canadá e Estados Unidos, com o objetivo de pe-

dir apoio político e estabelecer acordos. Com relação aos Estados Unidos, ele defende a ampliação do tratado de integração entre os países da América do Norte (Nafta), estabelecendo mecanismos que permitam, por exemplo, a livre circulação de pessoas. "Com muros, polícia e controle não existe integração", defende.

Pretende ainda, segundo afirmou na sua campanha, reduzir a distância política e econômica com os demais países latino-americanos, e planeja visitar as nações do Mercosul, além de outros países da América do Sul e Central. Defensor da Área de Livre Comércio das Américas (Alca), defende a sua revisão e ampliação. "É o momento de tornar realidade o sonho de Bolívar, de integrar os países americanos, pois o potencial está aqui e deve ser aproveitado", disse.

Ouvir de Vicente Fox a defesa do sonho bolivariano soa estranho diante de seu passado empresarial. Na década de 70, ele foi um executivo importante da Coca-Cola no México, tendo posteriormente alcançado o cargo de diretor para a América Latina.

Antes de entrar para a política e ser eleito deputado e governador do Estado de Guanajuato (em 1995), se dedicava ao Grupo Fox, conglomerado de fazendas, indústrias alimentícias e fábrica de calçado. Aos 58 anos, divorciado e pai de quatro filhos adotivos, Fox costuma dizer que sua experiência empresarial é utilizada como fonte de



Horas após a votação, milhares de simpatizantes de Fox - entre os quais uma maioria de mulheres - festejaram o fim de 71 anos do PRI no poder, gritando ao futuro presidente: 'Não nos decepcione'

inspiração. Talvez seja por isso que contratou uma firma de *head-hunters*, dedicada a procurar altos executivos para as multinacionais, para ajudá-lo a escolher os membros de seu gabinete. Além disso, é adepto de técnicas empresariais como a de "vender" uma idéia, valorizar o trabalho em equipe e criar um "capital humano".

"Com uma boa equipe, não há objetivo que não se possa enfrentar", afirma. Além da imagem empresarial, ele cultivou um estilo de vaqueiro, se vestindo de jeans, cinturão e botas de couro com o seu nome impresso. Esses hábitos e o seu carisma fizeram com que Fox conseguisse um eleitorado muito representativo entre as mulheres e os jovens.

Hoje ele afirma que o principal obstáculo para o desenvolvimento do México é a desatenção para com seu "capital humano".

Por isso, ele promete priorizar a educação e a capacitação para criar pequenas e médias empresas. Desta forma, acredita o país estará mais próximo do progresso social. (A.N.) ■

Barbosa Lima Sobrinho No pódio mais alto

O emocionado adeus ao grande brasileiro, que aos 103 anos encerrou uma vida fecunda de luta democrática

Neiva Moreira



Foto: Divulgação

SAIO DA ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS, no velório de Barbosa Lima Sobrinho, impactado pelo sentimento de unanimidade que sinto brotar de todas as consciências, da direita à esquerda, em torno desse grande brasileiro, um combatente que aos 103 anos encerrou sua extraordinária vida. No pátio externo do edifício me junto a centenas de pessoas que entoam esse hino de guerra do povo brasileiro e proclamam: "Ou ficar a pátria livre ou morrer pelo Brasil."

No acotovelamento de tantas pessoas ávidas por encontrar um lugar perto do Dr. Barbosa, chego ao lado de Fernando Barbosa Lima, seu filho mais velho. Junto a ele está um jovem de pouco mais de 30 anos, o geriatra Dr. Carlos Paixão, médico do grande brasileiro na última etapa de sua vida exemplar. É para destacar o relacionamento entre médico e paciente, com uma diferença de setenta anos de idade. A que você atribui esse relacionamento?, pergunto ao Dr. Paixão. "Nos entendíamos bem. Sou sempre franco com as pessoas que atendo. Ele gostava", nos respondeu.

Perguntei ao médico se previa que aquela crise seria o fim. "Com uma pessoa de 103 anos nunca se pode prever. Mas tínhamos a esperança de que ele venceria a infecção e suas conseqüências e poderia ter um bom tempo de sobrevivência, levando uma vida normal. Mas tal não ocorreu. Quando teve a parada cardiorrespiratória, não quisemos reanimá-lo artificialmente, pois não tínhamos certeza justamente disso, de que poderia voltar a viver bem, como ele desejava, sem nenhuma seqüela."

Fernando Barbosa Lima, um destacado jornalista, não perde sua condição de repórter e nos fala dos dias finais do pai. Quando na quinta-feira anterior à sua morte o Dr. Paixão convenceu o seu cliente de que deveria internar-se, o Dr. Barbosa o atendeu, disciplinadamente. Fernando entra então no diálogo com o pai: "Espero, amanhã, ir ao hospital para trazê-lo à casa." "Você jura?", pergunta-lhe Dr. Barbosa. "Juro", responde Fernando, que no entanto, não pôde cumprir o seu juramento.

Em mais de um século de vida, Dr. Barbosa só foi internado três vezes num hospital. Nas duas anteriores relutou em fazê-lo, dando muito trabalho aos médicos. Dessa última vez, com problemas respiratórios, não resistiu muito à orientação

de internação. Parece que previa o fim, pois ao sair de casa quis despedir-se da esposa, D. Maria José, com quem esteve casado 68 anos. José Augusto Ribeiro, o seu competente biógrafo, assinalou que ele dizia que sua maior preocupação era a enfermidade da esposa, a exemplar companheira de uma existência.

Barbosa em nenhum momento perdeu a serenidade e a verve, marcas de seu permanente comportamento. Em não poucas oportunidades em que estávamos na linha de frente da luta nacionalista, quando os horizontes pareciam cerrar-se, a ele recorriamos. Recebidos com o sorriso de sempre e a inabalável confiança nas nossas idéias e no futuro da nossa luta, ele sempre encontrava saídas para os problemas em que estávamos metidos, muitas vezes como conseqüência dos nossos próprios erros ou avaliações precipitadas.

"E agora, com o neoliberalismo dando as cartas no mundo e árbitro das decisões no Brasil, o que pensava ele?", pergunto a Fernando. "Achava que o domínio das grandes potências e seu poderio militar vão dificultar muito a luta, mas essa deve continuar sem trégua", dizia.

No seu artigo do dia 16 de julho, o último de mais de 4.000 escritos para o *Jornal do Brasil*, Barbosa Lima Sobrinho sentenciou: "Quando leio ou ouço esses apanágios antigos do liberalismo como o do Estado fraco, da globalização, da mão invisível, fico imaginando qual será a reação da opinião pública quando afinal acordar e perceber que lhe tiraram tudo e sequer restou o aluguel. Será que teremos de esperar e pagar para ver chegar esse momento trágico? Não será melhor que, sobretudo como obrigação da maior parte dos formadores de opinião, se comece logo a reagir e a defender os legítimos interesses nacionais?"

Era uma mensagem de luta e, também, uma advertência aos jornalistas no seu compromisso e deveres com os interesses nacionais.

Cultuar a memória desse insuperável lutador é continuar a sua incessante batalha. Até agora, Dr. Barbosa era o incentivador, o guia, o apoio seguro das lutas nacionalistas.

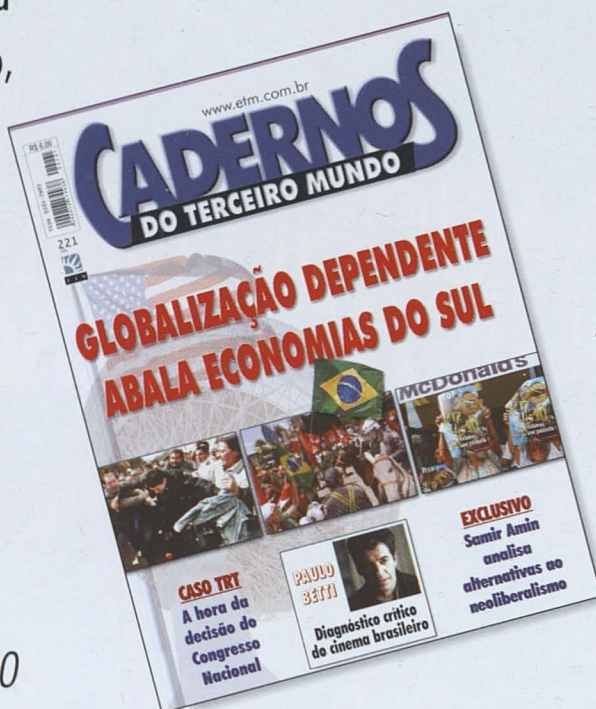
Hoje, é a figura emblemática, no ponto mais alto do pódio da defesa da democracia, da soberania, da justiça social, da causa pública, abrindo caminho ao Brasil com o qual sonhamos. ■

CADERNOS NA INTERNET

Um bom site para se visitar:
faça de www.etm.com.br seu caminho de atualização

Na página eletrônica da
Editora Terceiro Milênio,
você encontrará todas
as nossas publicações

*CADERNOS DO TERCEIRO
MUNDO, ECOLOGIA e
DESENVOLVIMENTO,
REVISTA DO MERCOSUL,
ALMANAQUE BRASIL e
a completíssima
ENCICLOPÉDIA DO MUNDO
CONTEMPORÂNEO*



Visite
www.etm.com.br
Deixe seu recado
etm@etm.com.br

*LEIA AS ÚLTIMAS NOTÍCIAS,
FAÇA PESQUISAS,
MANDE SUA MENSAGEM,
TORNE-SE ASSINANTE
OU RENOVE SUA
ASSINATURA, COMPRE
LIVROS SELECIONADOS NA
LIVRARIA VIRTUAL ETM*

EDITORA



TERCEIRO MILÊNIO

Rua Conde de Lages, 44 / 508-510 - Lapa
CEP 20241-080 - Rio de Janeiro - RJ - Brasil

Tel: (0xx21) 221-7511
Fax: (0xx21) 252-8455

JÁ VIU UM JOGO ONDE TODO MUNDO GANHA?

Quando você tenta a sorte em um jogo da Loterj, pode estar mudando a sorte de muita gente. Agora ainda mais: o Governo do Estado estadualizou os bingos e passou a regulamentar, autorizar e controlar esta atividade através da Loterj. Isto significa aumentar em quase o dobro os recursos provenientes do bingo. Recursos para o desenvolvimento social do Estado do Rio. Aqui é assim: você sabe para onde vai o dinheiro do bingo. Agora mesmo, 900 casas populares estão sendo entregues no Trevo das Missões, um prêmio para quem sonhava com a casa própria. Este prêmio pode sair em muitas outras formas, como ambulâncias, reforma de escolas, o que for preciso para tornar melhor e mais digno o dia-a-dia de quem vive em nosso Estado. Loterj. Sorte de quem mora aqui.

GOVERNO DO ESTADO
RJ
RIO DE JANEIRO

Loterj

